



Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição do Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Domingos Moreira Semedo (PS) esteve presente em substituição do Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 a 7.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição da Vereadora Sónia Isabel Leal Mauricio Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 8 e 9.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.

### Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Deliberação n.º 379/2023 – Proposta n.º 08/2023 – GAP – Delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara - RETIRADA**
  - 2. Deliberação n.º 380/2023 – Proposta n.º 09/2023 – GAP – Parecer do Município de Setúbal, no âmbito da candidatura de reconhecimento do estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN) ao Projeto “Aurora – Unidade Industrial de Conversão de Lítio”**
  - 3. Deliberação n.º 381/2023 – Proposta n.º 10/2023 – GAP – 3.ª Alteração ao Orçamento da Despesa e 1.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal**
  - 4. Deliberação n.º 382/2023 – Proposta n.º 11/2023 – GAP – Alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2023**

5. **Deliberação n.º 383/2023 – Proposta n.º 264/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fé, n.º 18 - R/C Dto., em Setúbal**
6. **Deliberação n.º 384/2023 – Proposta n.º 265/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.º 17 – 4.º Frt., em Setúbal**
7. **Deliberação n.º 385/2023 – Proposta n.º 266/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da República da Guiné Bissau, n.ºs 15, 15A, 15B e 15C - R/C Esq. cave, em Setúbal**
8. **Deliberação n.º 386/2023 – Proposta n.º 267/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.º 25 – 1.º Dto., em Setúbal**
9. **Deliberação n.º 387/2023 – Proposta n.º 268/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Flávio Resende, n.ºs 1, 1A, 1B e 1C – 1.º Esq., em Setúbal**
10. **Deliberação n.º 388/2023 – Proposta n.º 269/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 14 – 9.º B, em Setúbal**
11. **Deliberação n.º 389/2023 – Proposta n.º 270/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Casal de Bolinhos, Brejos de Azeitão, Rua José Fontana, n.º 12, em Azeitão**
12. **Deliberação n.º 390/2023 – Proposta n.º 271/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta dos Vidais, Rua Falcão Machado, Lote 11 – 1.º Dto., em Setúbal**
13. **Deliberação n.º 391/2023 – Proposta n.º 272/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Plátanos, Lote 5, em Azeitão**
14. **Deliberação n.º 392/2023 – Proposta n.º 273/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Jorge, n.º 9, em Azeitão**
15. **Deliberação n.º 393/2023 – Proposta n.º 274/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.º 25 – 4.º Esq., em Setúbal**
16. **Deliberação n.º 394/2023 – Proposta n.º 275/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Canes, Vale da Rosa, Lote 2, em Setúbal**
17. **Deliberação n.º 395/2023 – Proposta n.º 276/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Herdade de Negreiros, Rua José Afonso, n.º 14 (antigo Lote 139) – 2.º Dto., em Azeitão**
18. **Deliberação n.º 396/2023 – Proposta n.º 277/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Ladeira das Fontainhas, n.º 25, em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 397/2023 – Proposta n.º 278/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro Dias e Areias, Rua Flávio Resende, n.ºs 13, 13A e 13B – 5.º Dto. Rec., em Setúbal**
20. **Deliberação n.º 398/2023 – Proposta n.º 279/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua 9 de Abril, n.ºs 38 e 40 - Moradia Esq., em Azeitão**
21. **Deliberação n.º 399/2023 – Proposta n.º 280/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante D. Henrique, n.º 6 – 1.º Esq., em Setúbal**

22. **Deliberação n.º 400/2023 – Proposta n.º 281/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Misericórdia, n.º 4, tornejando para o Largo do Forno, n.º 6 - R/C, em Azeitão**
23. **Deliberação n.º 401/2023 – Proposta n.º 282/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.ºs 34, 35 e 36, em Setúbal**
24. **Deliberação n.º 402/2023 – Proposta n.º 283/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Almada, n.º 16 – 1.º Esq., em Setúbal**
25. **Deliberação n.º 403/2023 – Proposta n.º 284/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ariovisto José Valério, n.º 11, em Setúbal**
26. **Deliberação n.º 404/2023 – Proposta n.º 285/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 36 – 2.º Esq., em Setúbal**
27. **Deliberação n.º 405/2023 – Proposta n.º 286/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro, n.º 21, em Azeitão**
28. **Deliberação n.º 406/2023 – Proposta n.º 287/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 9.º E, em Setúbal**
29. **Deliberação n.º 407/2023 – Proposta n.º 288/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Silva Porto, n.ºs 19 e 19A - Cave, em Setúbal**
30. **Deliberação n.º 408/2023 – Proposta n.º 289/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Jacarandás, Lote 1, Bloco 1C - R/C Esq., em Azeitão**
31. **Deliberação n.º 409/2023 – Proposta n.º 290/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Acácio Barradas, n.ºs 8, 8A a 8C, tornejando para o Passeio da Misericórdia, n.ºs 2, 2A a 2C – 3.º A, em Setúbal**
32. **Deliberação n.º 410/2023 – Proposta n.º 291/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Associação de Moradores, n.º 42 - Duplex Esq., em Setúbal**
33. **Deliberação n.º 411/2023 – Proposta n.º 292/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Acácio Barradas, n.ºs 8, 8A a 8C, tornejando para o Passeio da Misericórdia, n.ºs 2, 2A a 2C – 1.º D, em Setúbal**
34. **Deliberação n.º 412/2023 – Proposta n.º 293/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Comendador Lino da Silva, n.ºs 7A e 7B, em Setúbal**
35. **Deliberação n.º 413/2023 – Proposta n.º 294/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 5 de Outubro, n.º 27, letras Q e R - R/C, em Setúbal**
36. **Deliberação n.º 414/2023 – Proposta n.º 295/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 5 de Outubro, n.º 27, letra P - R/C, em Setúbal**
37. **Deliberação n.º 415/2023 – Proposta n.º 296/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 5 de Outubro, n.º 27, letra I - R/C, em Setúbal**
38. **Deliberação n.º 416/2023 – Proposta n.º 297/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 5 de Outubro, n.º 27, letra S - R/C, em Setúbal**

39. **Deliberação n.º 417/2023 – Proposta n.º 298/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, Lote 1 – 1.º L, em Setúbal**
40. **Deliberação n.º 418/2023 – Proposta n.º 299/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Bom Pastor, Castanhos, Lote 28, em Azeitão**
41. **Deliberação n.º 419/2023 – Proposta n.º 300/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 49 – 2.º Esq., em Setúbal**
42. **Deliberação n.º 420/2023 – Proposta n.º 301/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Almeida de Carvalho, n.º 1, em Setúbal**
43. **Deliberação n.º 421/2023 – Proposta n.º 302/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sá da Bandeira, n.º 5 – 1.º Dto., em Setúbal**
44. **Deliberação n.º 422/2023 – Proposta n.º 303/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Alameda dos Álamos, n.º 5 - B, em Setúbal**
45. **Deliberação n.º 423/2023 – Proposta n.º 304/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Casais da Serra, em Azeitão**
46. **Deliberação n.º 424/2023 – Proposta n.º 305/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Coração de Maria, n.º 3 – 4.º Dto., em Setúbal**
47. **Deliberação n.º 425/2023 – Proposta n.º 306/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Pedro Álvares Cabral, n.º 3 – 3.º Dto., em Setúbal**
48. **Deliberação n.º 426/2023 – Proposta n.º 307/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida das Descobertas, n.º 11 – 3.º Dto., em Setúbal**
49. **Deliberação n.º 427/2023 – Proposta n.º 308/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Senhor Jesus dos Navegantes, n.º 20 - R/C e 1.º andar, em Setúbal**
50. **Deliberação n.º 428/2023 – Proposta n.º 309/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Família Marques, n.ºs 83 e 83A, em Azeitão**
51. **Deliberação n.º 429/2023 – Proposta n.º 310/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Madalena, Lote 17, em Azeitão**
52. **Deliberação n.º 430/2023 – Proposta n.º 311/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale de Andeiro, em Azeitão**
53. **Deliberação n.º 431/2023 – Proposta n.º 312/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge Claro, n.º 4 – 2.º andar, em Setúbal**
54. **Deliberação n.º 432/2023 – Proposta n.º 313/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta António Enes, n.ºs 10 e 10A e Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 7 – 3.º Dto., em Setúbal**
55. **Deliberação n.º 433/2023 – Proposta n.º 314/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Monte, n.º 12 – 4.º D61, em Setúbal**
56. **Deliberação n.º 434/2023 – Proposta n.º 315/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –**

- Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4, 5 e 6 e Rua Jorge Claro, n.ºs 8, 10, 12 e 14 – 5.º C, em Setúbal*
57. *Deliberação n.º 435/2023 – Proposta n.º 316/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Major Pedroso Gamito, n.º 53 e n.º 55, em Setúbal*
58. *Deliberação n.º 436/2023 – Proposta n.º 317/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Tebaida, n.º 2 – 3.º Dto., em Setúbal*
59. *Deliberação n.º 437/2023 – Proposta n.º 318/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Henrique Cabeçadas, n.º 31 e Rua Clube Setubalense, n.º 6 – 2.º Dto., em Setúbal*
60. *Deliberação n.º 438/2023 – Proposta n.º 319/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, n.º 35, tornejando para a Rua dos Marmeleiros, n.º 16 – 2.º A, em Setúbal*
61. *Deliberação n.º 439/2023 – Proposta n.º 320/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Professor Bento de Jesus Caraça, n.ºs 168 a 168-G (3.º Esq.) e 170 a 170-I (Garagem n.º 5), em Setúbal*
62. *Deliberação n.º 440/2023 – Proposta n.º 321/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Santas, Rua Dr. Francisco José Guerra, Lote 29, em Setúbal*
63. *Deliberação n.º 441/2023 – Proposta n.º 322/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 2 e Largo Celestino Rosado Pinto, n.º 5 – 6.º B, em Setúbal*
64. *Deliberação n.º 442/2023 – Proposta n.º 323/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Pinhal de Negreiros, Brejos de Azeitão, Lote 29, em Azeitão*
65. *Deliberação n.º 443/2023 – Proposta n.º 324/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Pinhal de Negreiros, Brejos de Azeitão, Lote 26, em Azeitão*
66. *Deliberação n.º 444/2023 – Proposta n.º 325/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Pinhal de Negreiros, Brejos de Azeitão, Lote 25, em Azeitão*
67. *Deliberação n.º 445/2023 – Proposta n.º 326/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Pinhal de Negreiros, Brejos de Azeitão, Lote 28, em Azeitão*
68. *Deliberação n.º 446/2023 – Proposta n.º 327/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Pinhal de Negreiros, Brejos de Azeitão, Lote 27, em Azeitão*
69. *Deliberação n.º 447/2023 – Proposta n.º 328/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 132 - R/C Dto., em Setúbal*
70. *Deliberação n.º 448/2023 – Proposta n.º 329/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça General Luís Domingues, n.ºs 14 a 17, em Setúbal*
71. *Deliberação n.º 449/2023 – Proposta n.º 330/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio da Palhavã, em Azeitão*
72. *Deliberação n.º 450/2023 – Proposta n.º 331/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, n.º 8 – 5.º Dto., em Setúbal*

73. **Deliberação n.º 451/2023 – Proposta n.º 332/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.ºs 20 a 32 - Bloco A, 2.º Dto., em Setúbal**
74. **Deliberação n.º 452/2023 – Proposta n.º 333/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Escola de Brejos de Clérigos - R/C e 1.º andar, em Azeitão**
75. **Deliberação n.º 453/2023 – Proposta n.º 334/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Vale de Cerejeiras, n.º 12 – 3.º Esq., em Setúbal**
76. **Deliberação n.º 454/2023 – Proposta n.º 335/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale de Mulatas, Sítio das Casas Amarelas, Lote 84, em Setúbal**
77. **Deliberação n.º 455/2023 – Proposta n.º 336/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Professor Hernâni Cidade, n.º 3 – 1.º J, em Setúbal**
78. **Deliberação n.º 456/2023 – Proposta n.º 337/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta José Romão Santos Ferro, n.º 21 – 2.º B, em Setúbal**
79. **Deliberação n.º 457/2023 – Proposta n.º 338/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 25 - R/C tardoz, em Setúbal**
80. **Deliberação n.º 458/2023 – Proposta n.º 339/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Luís Pereira de Almeida, Lote 9 e Parque Dr. Manuel Constantino Gois, n.º 7 – 2.º Esq., em Setúbal**
81. **Deliberação n.º 459/2023 – Proposta n.º 340/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Soeiro Pereira Gomes, n.º 76, em Setúbal**
82. **Deliberação n.º 460/2023 – Proposta n.º 341/2023 – Alteração de conta – IBAN dedicado**
83. **Deliberação n.º 461/2023 – Proposta n.º 342/2023 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 2.ª ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades Municipal e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
84. **Deliberação n.º 462/2023 – Proposta n.º 04/2023 – DRH/DIDEC – Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal de Setúbal – Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente - Composição**
85. **Deliberação n.º 463/2023 – Proposta n.º 05/2023 – DRH – 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2023**
86. **Deliberação n.º 464/2023 – Proposta n.º 06/2023 – DRH/DIGAT – Autorização para abertura de procedimentos concursais para cargos de Direção Superior de 1.º grau e de Direção Intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau e designação da correspondente composição do júri de recrutamento**
87. **Deliberação n.º 465/2023 – Proposta n.º 02/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP**
88. **Deliberação n.º 466/2023 – Proposta n.º 344/2023 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor dos S.M.S. - Contrato de entrega e receção de resíduos sólidos urbanos (RSU) e recolha seletiva para valorização, tratamento e destino final**
89. **Deliberação n.º 467/2023 – Proposta n.º 05/2023 – DEB/DIAPE – Apoio Financeiro aos Agrupamentos de Escolas do Concelho para despesas de**

- funcionamento - Manutenção e Reparação de Equipamentos de Cozinha, referente ao ano 2022/2023*
90. *Deliberação n.º 468/2023 – Proposta n.º 06/2023 – DEB – Adenda aos Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho*
  91. *Deliberação n.º 469/2023 – Proposta n.º 343/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 11/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para fornecimento contínuo de aquisição de peças auto para manutenção e reparação de viaturas ligeiras por 24 meses – Adjudicação*
  92. *Deliberação n.º 470/2023 – Proposta n.º 345/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor dos S.M.S. - “Aquisição de licença do software informático SAP RISE (ERPS4/HANA) e contratação de prestação de serviços de implementação de todo o sistema informático, garantido a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais, pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, decorrente da reversão do contrato de concessão em vigor”*
  93. *Deliberação n.º 471/2023 – Proposta n.º 10/2023 – DCDJ – Feira de Sant’Iago 2023 - Edital*
  94. *Deliberação n.º 472/2023 – Proposta n.º 11/2023 – DCDJ/DISOC – Aprovação do Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de Setúbal*
  95. *Deliberação n.º 473/2023 – Proposta n.º 12/2023 – DCDJ/DISOC – Aprovação do Regulamento Interno do Fundo de Maneio do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de Setúbal*
  96. *Deliberação n.º 474/2023 – Proposta n.º 13/2023 – DCDJ/DISOC – Aprovação do projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações de Carácter Eventual em Situações de Comprovada Carência Económica e/ou Emergência Social de Setúbal*
  97. *Deliberação n.º 475/2023 – Proposta n.º 14/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Núcleo de Bicross de Setúbal – Manutenção da Pista Municipal de BMX*
  98. *Deliberação n.º 476/2023 – Proposta n.º 15/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Núcleo de Amigos do Bairro Santos Nicolau – 2.º Convívio de Pesca*
  99. *Deliberação n.º 477/2023 – Proposta n.º 16/2023 – DCDJ/DIDES – Isenção de Taxas em Instalações Desportivas Municipais – Época 2022-2023*
  100. *Deliberação n.º 478/2023 – Proposta n.º 17/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Luísa Todi*
  101. *Deliberação n.º 479/2023 – Proposta n.º 18/2023 – DCDJ/DICUL – Água Ardente – Produções Teatrais - Apoio financeiro*
  102. *Deliberação n.º 480/2023 – Proposta n.º 19/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro – Associação Oridanza – Cultura em Movimento*
  103. *Deliberação n.º 481/2023 – Proposta n.º 20/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Música e Belas-Artes Luísa Todi*
  104. *Deliberação n.º 482/2023 – Proposta n.º 21/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal*
  105. *Deliberação n.º 483/2023 – Proposta n.º 22/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Infantil de Setúbal*

106. *Deliberação n.º 484/2023 – Proposta n.º 23/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense*
107. *Deliberação n.º 485/2023 – Proposta n.º 24/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolos de Colaboração entre o Município de Setúbal e os Grupos Corais Alentejanos “Os Amigos do Independente” e “Os Amigos dos Sadinós”*
108. *Deliberação n.º 486/2023 – Proposta n.º 25/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural Casa Invisível*
109. *Deliberação n.º 487/2023 – Proposta n.º 26/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Disrupção – Associação Cultural – 2023*
110. *Deliberação n.º 488/2023 – Proposta n.º 27/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Galeria Zé dos Bois, Associação Cultural*
111. *Deliberação n.º 489/2023 – Proposta n.º 87/2023 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de constituição de compropriedade ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei n.º 71/2021, de 4 de novembro - Processo n.º 94/23*
112. *Deliberação n.º 490/2023 – Proposta n.º 88/2023 – DURB – Regulamento de utilização da ponte cais localizada no Portinho da Arrábida, dos espaços de amarração do Portinho da Arrábida e do Parque Marinho Luiz Saldanha – Interpretação*
113. *Deliberação n.º 491/2023 – Proposta n.º 89/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura – Legalização de alterações introduzidas no decurso da obra - Processo n.º 50/19*
114. *Deliberação n.º 492/2023 – Proposta n.º 90/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas à edificação de habitação e concessão da licença - Processo n.º 501/21*
115. *Deliberação n.º 493/2023 – Proposta n.º 91/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia, anexos garagem e muro de vedação - Processo n.º 355/22*
116. *Deliberação n.º 494/2023 – Proposta n.º 92/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção para obras de edificação - Processo n.º 305/22*
117. *Deliberação n.º 495/2023 – Proposta n.º 93/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença para obras de edificação e legalização de anexo - Processo n.º 495/21*
118. *Deliberação n.º 496/2023 – Proposta n.º 94/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura - Processo n.º 182/22*
119. *Deliberação n.º 497/2023 – Proposta n.º 95/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença para obras de edificação - Processo n.º 233/22*
120. *Deliberação n.º 498/2023 – Proposta n.º 96/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia - Processo n.º 221/22*
121. *Deliberação n.º 499/2023 – Proposta n.º 97/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença especial de obras inacabadas - Processo n.º 708/00*
122. *Deliberação n.º 500/2023 – Proposta n.º 98/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença especial de obras inacabadas - Processo n.º 135/21*
123. *Deliberação n.º 501/2023 – Proposta n.º 99/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção para obras de edificação - Processo n.º 49/22*
124. *Deliberação n.º 502/2023 – Proposta n.º 100/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção referente à alteração de uma moradia, construção de um abrigo automóvel, piscina e muro de vedação - Processo n.º 68/22*

125. *Deliberação n.º 503/2023 – Proposta n.º 101/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 459/21*
126. *Deliberação n.º 504/2023 – Proposta n.º 102/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 395/20*
127. *Deliberação n.º 505/2023 – Proposta n.º 103/2023 – DURB/DIGU – Caducidade do procedimento - Processo n.º 206/20*
128. *Deliberação n.º 506/2023 – Proposta n.º 104/2023 – DURB/DIGU – Declaração de caducidade do alvará de construção n.º 77/20 e concessão da licença especial para obras inacabadas - Processo n.º 40/20*
129. *Deliberação n.º 507/2023 – Proposta n.º 105/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar - Processo n.º 317/21*
130. *Deliberação n.º 508/2023 – Proposta n.º 106/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em moradia - Processo n.º 236/21*
131. *Deliberação n.º 509/2023 – Proposta n.º 107/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de garagem - Processo n.º 78/22*
132. *Deliberação n.º 510/2023 – Proposta n.º 108/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença para obras de construção de moradia unifamiliar, alpendres, churrasqueira e garagem - Processo n.º 167/22*
133. *Deliberação n.º 511/2023 – Proposta n.º 109/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção de ampliação de moradia unifamiliar - Processo n.º 375/20*
134. *Deliberação n.º 512/2023 – Proposta n.º 110/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 145/22*
135. *Deliberação n.º 513/2023 – Proposta n.º 111/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações de anexo de apoio e piscina - Processo n.º 221/87*
136. *Deliberação n.º 514/2023 – Proposta n.º 112/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 379/19*
137. *Deliberação n.º 515/2023 – Proposta n.º 113/2023 – DURB/GAPRU – Delimitação de área de reabilitação urbana na cidade de Setúbal ARU Setúbal Central - Processo n.º 15/23*
138. *Deliberação n.º 516/2023 – Proposta n.º 114/2023 – DURB/GAPRU – Delimitação de zonas de pressão urbanística no concelho - Processo n.º 16/23*
139. *Deliberação n.º 517/2023 – Proposta n.º 115/2023 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 86/21*
140. *Deliberação n.º 518/2023 – Proposta n.º 116/2023 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 198/22*
141. *Deliberação n.º 519/2023 – Proposta n.º 117/2023 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 210/22*
142. *Deliberação n.º 520/2023 – Proposta n.º 118/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 423/21*
143. *Deliberação n.º 521/2023 – Proposta n.º 119/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 10/20*
144. *Deliberação n.º 522/2023 – Proposta n.º 120/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 - Processo n.º 639/16*
145. *Deliberação n.º 523/2023 – Proposta n.º 121/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 12m2 - Processo n.º 640/16*

- 146. *Deliberação n.º 524/2023 – Proposta n.º 122/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 642/16*
  - 147. *Deliberação n.º 525/2023 – Proposta n.º 123/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 643/16*
  - 148. *Deliberação n.º 526/2023 – Proposta n.º 124/2023 – DURB/GAPRU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 646/16*
  - 149. *Deliberação n.º 527/2022 – Proposta n.º 01/2023 – GAVPSD – Proposta de alteração à Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara*
- C) *Período destinado à intervenção do público*

## A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 11.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Vereadora Carla Guerreiro (GAVCG), conforme documento anexo registado sob o n.º 12.

### 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Presidente** – Disse que queria começar por referir-se à visita do senhor Ministro da Saúde, que tinha estado no dia anterior em Setúbal. Naturalmente que era sempre muito importante terem na cidade e no concelho um senhor ministro ou uma senhora ministra, representantes do Governo, com o objetivo de avaliar os problemas e as coisas boas que também tinham, não era só problemas. O senhor Ministro da Saúde tinha vindo, como se tinha comprometido com os presidentes da Câmara de Setúbal, Palmela e Sesimbra em janeiro, numa visita que tinham feito ao ministério, em que tinha ficado apazada a visita que tinha tido lugar no dia anterior. Era uma matéria que não era nova e eram problemas que não eram novos, arrastavam-se havia bastante tempo.

Essa visita do senhor ministro era também muito importante, porque, como todos sabiam, desde, pelo menos, o início do mandato que tinham procurado que o Ministério da Saúde estivesse mais presente em Setúbal, no acompanhamento dos problemas que tinham na área da saúde e não tinha havido possibilidades de dialogarem com responsáveis da saúde, como tinha acontecido.

Fazendo esse agradecimento, importava referir, também, que os problemas com que Setúbal e toda a região de influência do Centro Hospitalar de Setúbal - portanto, Setúbal, Palmela e Sesimbra – eram problemas que se arrastavam havia bastante tempo. Tinham tido oportunidade, no dia anterior, de lhes ter sido confirmado, tanto pelo senhor Ministro como pelo Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, que as obras de ampliação do hospital iriam ter lugar a partir de março e tinham uma previsão de execução de um ano e meio, o que significava que, lá para os finais de 2024, teriam a ampliação do Hospital de São Bernardo concluída, o que era uma peça e uma parte importante para a resolução dos problemas que tinham na área da saúde. Apenas uma parte, mas uma parte importante.

Também tinham tido oportunidade de avaliar as diversas dificuldades e o senhor Ministro não tinha fugido às questões. Naturalmente, tinham tido oportunidade de conversar sobre todos os aspetos de um problema, um problema que era mais vasto do que, às vezes, era considerado. Achava que a questão das instalações era muito importante, mas havia uma questão que era substancial e que era determinante, que era o problema da falta de recursos humanos no Serviço Nacional de Saúde e esse era um problema que, na opinião deles, resultava da falta de investimento ao longo de muitos anos.

Não era a única área governamental em que essa situação acontecia, como muitos sabiam perfeitamente, mas a área da saúde era uma área fundamental na nossa vida e, portanto, deviam centrar-se nesse aspeto. Havia um problema, de facto, de falta de investimento ao longo de muitos anos, que, naturalmente, não se resolvia de um dia para o outro. Sabiam avaliar esse facto, mas pensavam, também, que era necessário haver decisões e determinações por parte de quem tinha essa responsabilidade, no sentido de enfrentar, de uma forma mais frontal, esse problema e de tomar decisões, no sentido de abrir caminho à sua resolução.

Aquilo que verificavam, independentemente da vontade que lhes tinha sido manifestada, de assumir essa responsabilidade e de procurar fazer caminho para ultrapassar esse problema da falta de recursos humanos em todas as áreas da Saúde, fosse dos médicos, dos enfermeiros, dos técnicos de diagnóstico ou dos assistentes dos serviços de apoio nas instalações de apoio à saúde. Em todas as áreas havia falta de pessoal e, portanto, não era um problema que se resolvesse de um dia para o outro. Compreendiam isso, mas não podiam, também, deixar de considerar que esse problema existia e que era preciso haver vontade política e decisão política para resolver e ultrapassar esse problema.

Em Setúbal, tinham razões acrescidas para ficar mais preocupados, porque tinham sido parceiros do Governo, através do Ministério da Saúde e, em particular, da Administração Regional de Saúde, no sentido de criar condições para ajudar a resolver alguns dos problemas. E alguns dos problemas que tinham a ver com a afluência em excesso às urgências do hospital tinham a ver com a falta de condições nos centros de saúde, nos serviços primários de atendimento na área da Saúde, que existiam em Setúbal havia muitos anos e que, naturalmente, não havendo resposta dos centros de saúde, as pessoas dirigiam-se às urgências do hospital.

Essa parceria estava traduzida de forma concreta em ações e em determinação ativa por parte da Câmara Municipal. Nessa parceria, estavam, naquele momento, a cerca de um mês e meio de ter concluídas as obras do Centro de Saúde de Azeitão e não tinham a garantia de que, quando as obras estivessem concluídas, teriam profissionais para servir as populações, os utentes daquele centro de saúde.

Estavam a elaborar os projetos para o Centro de Saúde da Bela Vista. Tinham disponibilizado o espaço, o terreno para a instalação, e estavam a elaborar os projetos. Estavam disponíveis, naturalmente, nessa parceria, para lançar o concurso, acompanhar as obras e mais alguma coisa que fosse necessário para concretizar mais esse equipamento de saúde no concelho.

O mesmo acontecia relativamente ao conhecido Centro de Saúde do Bairro do Liceu. Também estavam nessa parceria, de fazer o caminho para a criação e a instalação de mais um centro de saúde. Portanto, naturalmente que os preocupava, quando essas obras estivessem concluídas, terem recursos humanos suficientes para as necessidades desses equipamentos.

Naquele momento, a um mês e meio de distância, a preocupação deles era esse caso de Azeitão. Era um exemplo para demonstrar bem o que estava em causa. As obras eram muito importantes - era óbvio, era natural -, eram muito importantes. Sem obras não haveria qualificação, não haveria condições para os profissionais de saúde exercerem a sua profissão, prestarem os melhores cuidados de saúde a quem os procurava, aos utentes, mas a falta dos profissionais de saúde era determinante. Se isso não existisse naturalmente que nada disso funcionaria, nada disso fazia sentido.

Portanto, isso era um exemplo bem demonstrativo da situação em que viviam e que esperavam, depois da visita que tinha sido feita, das recomendações que os autarcas

presidentes das câmaras desses 3 municípios tinham feito ao senhor Ministro, que, da parte do Governo, houvesse essa determinação de tomar medidas no sentido de criar mais incentivos para que os profissionais de saúde se fixassem e optassem pelo Serviço Nacional de Saúde. Achavam que esse era o grande problema.

Tinham um outro exemplo que podia ser também relatado. Em 2021 tinham entrado no Hospital de Setúbal, para formação, 56 médicos. Desses 56 médicos, apenas tinha ficado um, que, aliás, era a única senhora médica que tinha idade, naquele momento, por obrigação, por determinação legal, para fazer urgências no Hospital de Setúbal na obstetrícia. Todos os outros profissionais de saúde desse serviço já tinham ultrapassado a idade da obrigação para fazer urgências.

Por isso é que, sempre que falavam das questões da saúde, no que dizia respeito ao Município de Setúbal e ao Centro Hospitalar de Setúbal, tinham sempre que deixar uma palavra de grande apreço, de grande relevo e importância do papel que os profissionais de saúde tinham no Centro Hospitalar. Eram os responsáveis por continuarem a ter, em Setúbal, em Palmela e em Sesimbra, essa capacidade de resposta do Centro Hospitalar, que tinha a ver com a insistência, a disponibilidade, o profissionalismo dessa gente, que continuava a prestar serviços, embora, por lei, nem fossem [obrigados] a prestar esse serviço.

Tendo como exemplo esses 56 profissionais, que tinham acabado os seus cursos, que tinham vindo fazer formação ao hospital – e, vindo fazer formação ao hospital, faziam formação no Serviço Nacional de Saúde - e, desses 56, apenas um tinha ficado cá, havia uma questão que era óbvia e tinha sido esse o desafio que tinham lançado ao senhor Ministro: Era necessário que o Governo criasse mais incentivos para esses profissionais que continuavam a frequentar as universidades, que vinham fazer a sua formação ao Serviço Nacional de Saúde e que, depois da formação, abandonavam o Serviço Nacional de Saúde, na sua grande maioria. Portanto, havia um problema que estava identificado e era necessário que fossem tomadas medidas políticas, no sentido de alterar essa situação.

Como tinha dito, não esperavam que de um dia para o outro esses problemas ficassem resolvidos. Não era isso que estava em causa, mas era preciso que houvesse vontade política e determinação, no sentido de que tudo isso se viesse a alterar. Esses eram os problemas que estavam identificados e que os autarcas desses 3 municípios, na relação que tinham com os profissionais de saúde e na defesa, como lhes competia, das populações desses municípios, no dia anterior, tinham tido oportunidade de conversar e de salientar esses aspetos ao senhor Ministro.

Por isso, mais uma vez e para terminar, dizia que estavam muito agradecidos pela vinda do senhor Ministro e pela disponibilidade do senhor Ministro para falar com eles, para vir ele próprio avaliar a situação, mas aguardavam que fossem tomadas as medidas que estavam identificadas. O diagnóstico estava a identificar e era preciso tomar essas medidas.

Voltava a dizer, para que não houvesse dúvidas nenhuma, que sabiam que esses problemas não se resolviam de um dia para o outro. Aquilo que não se tinha feito, por falta de investimento ao longo de muitos anos, não se resolvia de um dia para o outro, mas voltava a repetir que aguardavam que se tomassem as medidas necessárias para que esses incentivos fossem feitos. Certamente que teríamos um Serviço Nacional de Saúde a crescer, a ser cada vez mais credibilizado e a servir melhor as populações. Era isso que esperavam e também era por isso que estavam ali.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que, em primeiro lugar, queria agradecer ao Sr. Presidente as informações que lhes tinha trazido, da reunião que tinha tido com o senhor Ministro da Saúde. Conhecia bem o senhor Ministro da Saúde, tinham sido contemporâneos na Assembleia da República e tinham estado em grupos de trabalho comuns. Sabia que era um homem voluntarioso e que gostava de resolver problemas, mas isso não chegava, porque o problema da Saúde era um problema muito mais vasto.

O Sr. Presidente tinha tocado no ponto nevrálgico dos problemas da Saúde, que eram, de facto, os recursos humanos e, quando lhes dizia que havia muitos que vinham completar a sua formação no Hospital São Bernardo, em Setúbal, que, depois, se iam embora para outros

hospitais, dir-lhe-ia que eles se iam embora para outros hospitais, mas não era para outros hospitais do SNS e, muitas vezes, nem sequer iam para hospitais portugueses. A emigração nos profissionais de saúde tinha aumentado e encontravam melhores condições de trabalho e melhor remuneração nos hospitais privados.

Portanto, a sensação que tinha, naquele momento, era que o Governo estava a tentar resolver os problemas da Saúde através da construção de novas unidades hospitalares. E isso, no futuro, ainda iria trazer mais problemas, porque se havia falta de médicos, enfermeiros e auxiliares, imaginava dali a 2, 3, 4 anos, o que faltaria ainda em maior número naquele momento. Por isso, esse ponto era o ponto nevrálgico e dizia, de novo, ao Sr. Presidente, que lhe pedia que, nas próximas reuniões que tivesse com os senhores ministros, designadamente o senhor Ministro da Saúde, que nunca deixasse de insistir nesse ponto, uma vez que ele era fundamental para terem o vislumbre da possibilidade de solução dos problemas da Saúde no concelho de Setúbal.

Era inacreditável aquilo que se via todos os dias na urgência do Hospital de São Bernardo e era inacreditável aquilo a que assistiam. Assistia por fora, porque, muitas vezes, ia pela estrada nacional para Lisboa, que era onde trabalhava, e via as filas de automóveis. Muitas vezes, tinha de parar e ficar à espera, durante 10/15 minutos, para que pudesse circular, à saída de Setúbal, quem ia para Azeitão, por causa do Hospital da Luz, ali sediado. Isso dizia tudo do estado da saúde no concelho de Setúbal.

A saúde era um bem inestimável, que lhes cabia a eles salvaguardar para todos os cidadãos do concelho. Por isso, vinha insistindo com esse ponto desde o início e iria continuar a insistir sobre esse ponto. Pedia que nenhum deles se preocupasse exclusivamente com as infraestruturas. O cimento e o tijolo eram importantes, mas mais importante era irem ao hospital e serem atendidos com a brevidade necessária, para que a doença que levavam não progredisse e que, principalmente as crianças, tivessem atendimentos rápidos e, na obstetrícia, os partos fossem feitos na cidade onde os pais e, eventualmente, os avós tinham nascido e onde queriam que os filhos nascessem também.

Ficava uma última nota, para dizer e repetir que continuariam atentos às questões de saúde no concelho de Setúbal.

**Sr. Vereador Domingos Semedo** – Disse que tinham notado que o maior parque urbano do concelho, com cerca de 10 hectares, com vista privilegiada para a Serra da Arrábida, o Rio Sado e a Península de Tróia, o Parque Verde da Bela Vista, tinha sofrido alterações no que concernia à sua manutenção. O relvado estava bem tratado, estava como deveria estar, mas verificavam que na sua vedação não estava bem tratado, portanto, carecia de manutenção. Gostariam de saber se existia algum problema com a manutenção no Parque Verde da Bela Vista.

Queria colocar também uma segunda questão, acerca do ponto de situação relativo ao realojamento dos moradores da Quinta da Parvoíce, porquanto havia sido mencionado, pelo Vereador Rabaçal, que a situação já estaria resolvida no mês de janeiro.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que, na reunião da Câmara de 21/12, tinham colocado a questão vivenciada pelos moradores do Poço Mouro, Alto da Guerra e das urbanizações da Quinta da Amizade, do Vale Ana Gomes e da Quinta da Serralheira, relativamente às muitas queixas, cada vez com mais frequência, do mau cheiro proveniente da Amarsul, da central de compostagem de Poçoilos.

À data, a Sra. Vice-Presidente tinha referido que já tinha colocado a questão ao Conselho de Administração da Amarsul e que este tinham referido que iriam fazer medições, para perceber qual era a questão, uma vez que a central de compostagem tratava resíduos orgânicos e indiferenciados. Iriam monitorizar a situação, para dar uma resposta. Dado o agravamento da situação, pretendiam saber se as medições tinham sido realizadas e se a Câmara tinha conhecimento do teor das mesmas.

A Sra. Vice-presidente também tinha referido que existiam outras entidades competentes para avaliar a qualidade do ar e que a Câmara iria dirigir as muitas queixas dos munícipes para

essas entidades, como a CCDR e a APA, para que fossem tomadas as medidas de fiscalização. Pretendiam saber se essas diligências também já tinham sido realizadas.

Outra questão que colocava prendia-se com a mesma zona geográfica, em concreto com a expansão e demarcação dos lugares de estacionamento e a pintura das passadeiras nas urbanizações da Quinta da Amizade, do Vale Ana Gomes e da Quinta da Serralheira.

A atuação das forças de segurança naquela área não se tinha revelado preventiva, verificando-se que a sua atuação apenas se revelava após a ocorrência de infrações, sob chamada ou apresentação de queixa para a atuação em matérias de infração ao nível do estacionamento indevido, ignorando-se as dificuldades sentidas pelos moradores, que se viam confrontados com a escassez de lugares de estacionamento, sendo que a única opção, no momento, era de estacionarem as suas viaturas em locais distantes ou por construir, onde a iluminação pública era insuficiente. Em resumo, os lugares de estacionamento disponíveis não se encontravam devidamente marcados e eram manifestamente insuficientes.

Essas situações tinham sido reportadas à Junta de Freguesia e à Câmara e pensava, inclusivamente, que o Sr. Presidente tinha estado presente na reunião com os moradores. Tinham conhecimento que tinha sido transmitido aos moradores que, nos locais onde era possível, estava a ser equacionada a criação de espaços de estacionamento, como já tinha acontecido junto ao Parque Verde da Quinta da Amizade. Contudo, noutras zonas onde a solução não era possível, pretendiam saber se já tinham sido encontradas soluções e para quando estaria prevista a pintura das passadeiras nessas urbanizações.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que, na sequência da intervenção do Sr. Presidente, os vereadores do Partido Socialista saudavam o anúncio do início das obras de ampliação das urgências do Hospital de Setúbal e também o anúncio, feito no dia anterior e confirmado, de 32 milhões de euros em investimento no Hospital de São Bernardo, investimento que iria ocorrer em 2023.

Era assim que se valorizava o Serviço Nacional de Saúde, era assim que se valorizava o nosso hospital e era assim que se criavam mais e melhores condições para atrair e fixar os profissionais de saúde.

Isso mesmo tinha sido dito no dia anterior pelo senhor Ministro da Saúde e era nesse caminho de valorização e de puxar pelo Serviço Nacional de Saúde e pelo nosso hospital que deveriam continuar a fazer todos, remando no mesmo sentido.

Por outro lado, queria registar também a presença do senhor Ministro da Saúde em Setúbal, a visita, a abertura de diálogo que tinha tido com a autarquia de Setúbal, mas, também, de Palmela e de Sesimbra. Portanto, era precisamente com essa abertura de diálogo, de proximidade, que se ultrapassavam os problemas, que, obviamente, não eram negados, mas que o Partido Socialista, através do Governo de Portugal, estava empenhado em resolver, com as parcerias, como tinha sido dito pelo Sr. Presidente - e bem! -, com parcerias com as várias câmaras municipais, pelo país fora.

Depois, tinham assistido - e a intervenção do Sr. Presidente era, também, prova disso -, por parte da Câmara Municipal de Setúbal, do executivo CDU, e, nomeadamente, por parte do Sr. Presidente, a uma enorme preocupação - aliás, uma preocupação que também partilhavam - com vários protestos, várias manifestações, que, naquele momento, ocorriam, ao nível da exigência de mais e melhores condições, a nível do pessoal docente e não docente, justas reivindicações que acompanhavam, mas também aí o Governo tinha uma porta de diálogo aberta.

Não obstante a greve e as manifestações, existia uma porta de diálogo e, portanto, o senhor Ministro da Educação tinha vindo a encetar várias reuniões de negociação com os sindicatos representativos dos trabalhadores do setor da Educação, no sentido de se encontrarem os entendimentos.

Por parte da Câmara Municipal de Setúbal, na pessoa do Sr. Presidente, tinham assistido à participação nessas mesmas manifestações ou, até, no receber sindicatos de outros setores, no sentido de ouvir as suas preocupações.

Cabia, então, perguntar, atendendo a que naquele dia começava o 4.º mês de greve do sindicato representativo dos Bombeiros Sapadores, qual era o ponto de situação na nossa casa. A verdade era que iam em 4 meses de greve, o diálogo que o Sr. Presidente e o executivo CDU exigiam por parte do Governo não estava a ser praticado na Câmara Municipal de Setúbal e o conflito ia-se agudizando. Aliás, os fundamentos que tinham levado à convocação dessa greve já iam para lá da própria greve, porque a informação que tinham era que a Câmara Municipal de Setúbal nem sequer estava a cumprir com o devido pagamento aos trabalhadores por estarem a cumprir os serviços mínimos decretados pelo tribunal arbitral.

Era um conflito que se arrastava e cabia perguntar, em vésperas de estar a Companhia de Bombeiros Sapadores – que saudavam - a completar 237 anos de vida, aquilo que se perguntava era para quando o fim dessa intransigência de diálogo, porque não podia o Partido Comunista Português dizer e reafirmar que defendia a negociação coletiva e, depois, fechar-se em si, não promovendo essa mesma negociação coletiva, sendo, naquele caso, empregador. Portanto, deixava a pergunta ao Sr. Presidente, mas, também, à Sra. Vice-Presidente, no sentido de perceber qual era o ponto da situação. Pelos vistos, tudo continuava na mesma.

Depois, o Sr. Presidente, na anterior reunião da Câmara tinha-lhes entregue documentação de pedidos de informação que tinham feito havia mais de um ano. Tinha-lhes dito, na altura, que a documentação tinha sido difícil de recolher, umas fotocópias que durante um ano não tinha havido a capacidade de lhes entregar.

Percebiam essa dificuldade em tirar fotocópias e recolher toda a informação que tinha sido solicitada, mas não tinha chegado ainda toda a informação. Continuavam a aguardar que parte dessa informação lhes chegasse, mas havia uma coisa que não conseguia perceber: Era que, havendo toda essa dificuldade em lhes fazer chegar cópias de documentos que tinham solicitado, não conseguia perceber como é que não lhes tinha ainda sido enviado um e-mail que tinham solicitado numa reunião da Câmara, já havia mais de um mês e meio. O encaminhamento de um e-mail era tão simples. Encaminhar um e-mail era uma coisa que se fazia em dois segundos e isso não lhes tinha ainda sido entregue.

Tinham solicitado ali o e-mail que tinha sido enviado pelos serviços de comunicação da Câmara Municipal de Setúbal a todos os vereadores, com a identificação de problemas, mas, também, com a identificação do “link” das páginas, com o “link” das páginas dos setubalenses que, nas páginas de redes sociais, nas páginas de Facebook, faziam comentários. Portanto, era tão simples encaminhar esse e-mail para eles, para todos eles terem conhecimento daquilo que lá constava e não tinham ainda recebido essa informação.

Não tinha nenhum problema, nem sequer tinha sido preciso uma ordem ou um despacho do Sr. Presidente. Portanto, se era tão simples, se não havia nada de problemático nesse e-mail que tinha sido enviado, que lhes encaminhassem esse e-mail, porque os vereadores da oposição, nomeadamente os vereadores do Partido Socialista, tinham requerido e, ao requererem, tinham direito a ter conhecimento desse e-mail. Portanto, continuavam a aguardar que esse encaminhamento lhes fosse feito.

Para terminar, nessa informação que tinham recebido, em toda essa informação, vinha lá a dizer – portanto, uma afirmação - de que toda aquela documentação estaria abrangida pela proteção de dados - e muito bem!

Numa das últimas reuniões, o Sr. Presidente tinha dito que não sabia o que era um “link” e, por isso, trazia-lhe um “link”. Aquele “link” era um “link” da página da Câmara Municipal de Setúbal, que iria deixar anexo à ata, e, nesse “link”, se clicassem - não na folha de papel, lá, na página -, iriam aparecer uns documentos como aquele que estava a mostrar e, depois, iriam ter acesso àquela documentação. O Sr. Presidente sabia que documentação era aquela? Ia dizer-lhe: Essa documentação, que estava na página da Câmara Municipal de Setúbal, eram os documentos que os municípios, quando iam ali pedir para intervir, escreviam. Tinham o seu nome, o seu telefone, o seu e-mail e a sua morada.

Tinham chegado a ter situações de municípios que iam ali porque tinham sido vítimas de violência doméstica e a informação estava disponível na página do Município. Essa

informação estava toda disponível na página do Município. Portanto, perguntava ao Sr. Presidente como é que justificava tanto cuidado para entregar informação aos vereadores do Partido Socialista, dizendo que essa informação estava ao abrigo da proteção de dados, e, depois, na página do Município, bastava clicar no “link” que iria deixar em anexo (conforme documento registado sob o n.º 12-A) e conseguiam ter acesso a moradas, a números de telemóvel e a e-mails de quem ali vinha apresentar as suas reclamações.

Isso era inadmissível e tinha de ser imediatamente corrigido. Isso era uma quebra grave, uma violação grave da lei de proteção de dados e, portanto, iria deixar essa documentação anexa à ata, para que a Câmara Municipal de Setúbal atue em conformidade, porque essa situação não podia continuar. Acrescentava, deixando como recomendação ao Sr. Presidente, que nessas folhas que eram preenchidas por qualquer um dos munícipes que ia ali fazer intervenção, devia lá estar, ao abrigo da lei de proteção de dados, para que fim se destinava e não constava no formulário que era preenchido. Era uma obrigatoriedade, também, por parte da Câmara Municipal de Setúbal, quando entregava esses documentos aos munícipes, estar lá referenciado qual o fim a que se destinava quando lá colocavam o seu contacto telefónico, o seu e-mail e a sua morada. Naquele momento, já tinham um encarregado da proteção de dados e essas situações não podiam acontecer.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que, relativamente à questão posta pelo Sr. Vereador Fernando José não se pronunciava, uma vez que não tinham recebido documentação nenhuma – também não a tinham pedido - e achava que essa de “links” para aqui “links” para ali também não interessava, propriamente, ao cidadão de Setúbal. Estarem ali a discutir o “link” e se tinha vindo documento ou se não tinha vindo documento? Resolvessem isso de outra maneira. Havia outras maneiras de resolver isso sem estar a maçar os setubalenses que os estavam a ouvir.

O senhor vereador que fizesse o favor de ser mais educado na maneira como se dirigia aos seus colegas vereadores. A educação era uma coisa que era muito (...) e, portanto, agradecia-lhe que fosse mais educado. Essa coisa de fazer “assim” ficava-lhe muito mal. Esperava não voltar a ver isso.

la levantar uma questão que dizia respeito a um problema que considerava importante no Mercado do Livramento. Existia uma parte do mercado cujo espaço tinha sido distribuído a pequenos agricultores e a pessoas que comercializavam produtos vegetais, principalmente, que eram designadas pelas “mensais”. Sempre que ia ao mercado passava por lá e conversava com elas e a queixa era repetida várias vezes, no sentido de que as condições de trabalho não eram as melhores e tinham-se vindo a degradar, no que diz respeito à higiene, no que diz respeito à separação dos lugares de cada uma dessas pessoas e ao facto de os comerciantes e mesmo alguns dos mensais ou das mensais venderem produtos que não eram produtos produzidos por elas ou adquiridos a pequenos agricultores, mas, sim, eventualmente, adquiridos em estabelecimentos comerciais e ouvia muitas queixas acerca da fiscalização.

Não estava ali a levantar nenhum processo de intenções relativamente a quem exercia essas funções, mas ficava preocupado pelas diversas vezes em que o trabalho de quem fiscalizava era posto em causa e notava-se algum receio em falar alto sobre essa questão. Achava que deviam discutir todos os assuntos, não deviam ter receio de discutir assunto nenhum. O seu respeito por essas pessoas que se tinham queixado era igual ao respeito que tinha por quem fiscalizava, mas alguma coisa estava mal, uma vez que o conjunto de queixas, relativamente ao que, eventualmente, se pudesse estar a passar naquela zona do Mercado do Livramento era grande e, a ser verdade, poderia avolumar-se e ser maior ainda no futuro.

Queria pôr essa questão e perguntar ao Sr. Presidente que resposta tinha para lhe dar sobre isso.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que, com toda a deferência que tinha pelo Sr. Vereador Fernando Negrão, já não era a primeira vez, nem a segunda, nem a terceira vez que o senhor



vereador se dirigia à bancada do Partido Socialista fazendo referências sobre as intervenções e sobre os temas que traziam à reunião da Câmara.

Cabia aos vereadores do Partido Socialista, à bancada do Partido Socialista, que tinha sido a segunda força política mais votada no concelho de Setúbal, trazer à Câmara Municipal os assuntos que entendiam ser relevantes. Não era ao Sr. Vereador Fernando Negrão que cabia dizer à bancada do Partido Socialista, nem à Câmara, quais eram os assuntos que eram, ou não, relevantes.

Os assuntos que tinham trazido eram assuntos de enorme relevância. Um deles tinha a ver com a quebra de proteção de dados. Existiam dados de municípios que iam ali fazer intervenção que estavam expostos na página da Câmara Municipal de Setúbal e isso, para eles, era um assunto importante e que merecia ser esclarecido pelo Presidente da Câmara Municipal de Setúbal.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que, muito rapidamente, queria falar a propósito de duas das intervenções naquele período de antes da ordem do dia, a primeira ainda sobre o esclarecimento e a informação que o Sr. Presidente da Câmara Municipal lhes tinha prestado, da visita do senhor Ministro, e, nessa sequência, também uma nota do Vereador Fernando José, sobre a mesma visita.

Não podia deixar de lembrar que, sem prejuízo da visita, que, obviamente, o executivo saudava e que, certamente, os presidentes da Câmara Municipal de Setúbal, Palmela e Sesimbra se congratulavam, era bom que não se esquecessem, sem prejuízo daquilo que tinha acontecido no dia anterior, que tinha sido preciso que esses três autarcas tivessem ido para a porta do Ministério da Saúde para que essa situação tivesse acontecido.

Isso podia parecer de somenos importância, mas a verdade era que, se essa disponibilidade surgia naquele momento, essa disponibilidade no dia anterior demonstrada nas declarações do senhor Ministro, também era justo que fosse dito que decorria do empenho, por os autarcas desses três municípios se terem empenhado, como até ali tinham estado empenhados, na defesa intransigente desse Centro Hospitalar. Portanto, não valia a pena virem outros protagonistas querer assacar a si o mérito, a vontade ou o que quer que fosse, porque, sem prejuízo das forças políticas que governavam, era verdade que essa circunstância acontecia pelo país inteiro.

De facto, tinham sido os autarcas, um pouco por todo o país, e, também, na Península de Setúbal, que tinham lutado, de uma forma intransigente, pela manutenção da prestação dos serviços de saúde, quer na prestação de serviços de saúde primários, quer na prestação de saúde dos centros hospitalares e dos hospitais que prestavam serviço às suas populações. Portanto, queria deixar ali essa nota.

Uma segunda questão, também ali pontuada: Era óbvio que se congratulavam todos, sem prejuízo, e, também, esses autarcas, onde todos eles, sem exceção, se integravam, desse início de obra, mas também era verdade dizer que essas obras tinham já uma “*décalage*” grande daquilo que era o compromisso que existia.

(“- Não, não, não foi você, senhor vereador, hoje não foi você. Hoje tenho de lhe dizer que, de uma forma irrepreensível, está-me a respeitar a pessoa da minha intervenção.” / “- Até agora...” / “- Até agora...”).

Portanto, queria dizer-lhe que era óbvio que achava que não havia nenhum município, de nenhum desses três municípios, que não se congratulasse por aquilo que tinham sido, manifestamente, as declarações do senhor Ministro.

Mas também não era menos verdade que havia duas notas importantes: Primeiro, essas obras, independentemente de todas as circunstâncias que podiam justificar, tinham um atraso substantivo no seu início. Isso era uma realidade. E esse atraso concorria para aquilo que o Sr. Presidente tinha tido oportunidade e que o senhor Ministro, em privado, também tinha tido oportunidade de afirmar - e, em público, de corroborar -, que era uma falta objetiva de recursos humanos que teriam muita dificuldade em ultrapassar.

Segundo aspeto: Era fundamental que tivessem consciência de que esse processo era um processo em que as autarquias e, em particular, a autarquia de Setúbal, continuavam de uma

forma empenhada em conseguir ultrapassar. Nomeadamente eles, por mais que cuidassem com atenção dessa mesma informação, não deixavam de continuar a estar muito preocupados com todas as dificuldades e não se satisfaziam, embora compreendessem essa situação e essa forma de ter encontrado essa estratégia de ter a resposta das urgências, nomeadamente as urgências pediátricas e a urgência de obstetrícia, a funcionar de uma forma programadamente encerrada. Essa era uma circunstância que, objetivamente, não ia ao encontro das necessidades objetivas da população desses municípios e dessas populações.

Não os satisfazia, objetivamente, que tivessem fins-de-semana alternados as urgências do Centro Hospitalar de Setúbal encerradas. O senhor Ministro tinha dito que, de facto, essa também não era solução, mas preocupava-os que não vissem num horizonte próximo uma solução para ultrapassar essa questão. Portanto, queria deixar essas duas notas, sem prejuízo daquilo que tinha sido a visita e era com expectativa que queriam perceber que soluções, objetivamente, iriam encontrar.

Não lhes interessava que tivessem respostas paliativas para aquilo que era a saúde. Não ficavam satisfeitos quando lhes diziam que a urgência pediátrica era feita com uma parte de pediatras e com pessoas que não eram pediatras, porque as crianças não eram adultas, eram crianças e, portanto, tinham de ser claramente acolhidas e atendidas por pediatras. Era isso que, objetivamente, devia ser a resposta. Percebiam as dificuldades, mas não deixavam de manifestar as preocupações.

Compreendia as palavras do Sr. Vereador Fernando Negrão, também como setubalense e vereador que era frequentador e, também, cliente do Mercado do Livramento, aquilo que, manifestamente, o acolhe, porque, de facto, ir ao mercado era um exercício também de inspiração, mas queria dizer-lhe, no que dizia respeito ao trabalho - pelas suas palavras tinha depreendido que estava a falar dos produtores -, que os produtores tinham, de facto, uma prática de utilização rotativa na utilização dos espaços.

Era uma prática que estava estabelecida havia longos anos, ou seja, o Mercado do Livramento tinha adotado, face à procura substantiva de produtores locais, um “roulement” em que iam utilizando alternadamente a utilização das bancas e queria dizer que eram significativas as coimas que a fiscalização da Câmara Municipal passava para as pessoas que não cumpriam as regras dos produtos que eram comercializados no espaço do Mercado do Livramento.

Queria, ainda, acrescentar - sem que isso servisse, obviamente, de resposta definitiva - que, da parte do executivo municipal e dos serviços que tinham a responsabilidade, que tinham realizado reuniões permanentes, quer com a Associação de Comerciantes, quer com a Associação de Produtores, para tentar ultrapassar essas questões, que eram questões que, sistematicamente, aqui ou ali, vinham à colação, mas que tentavam ultrapassar.

Portanto, registava, obviamente, com boa nota, a sua preocupação, mas também queria dar-lhe essa resposta, que os serviços da Câmara Municipal tinham, sistematicamente, fiscalizado os produtos que eram comercializados no Mercado do Livramento e tinham passado, também, coimas àqueles que não cumpriam essas mesmas regras e que tinham regularmente ocupado, também, o seu trabalho de reunir, de avaliar e de ponderar tudo aquilo que eram as boas regras de utilização e de funcionamento do Mercado do Livramento. Era bom que não se esquecessem.

Utilizando o tempo de antena, como se costumava dizer, com tudo o que de menos bom pudessem identificar, estavam a falar do melhor mercado nacional. Era bom que tivessem consciência do funcionamento e da realidade dos mercados, do norte ao sul do país, que existiam, as dificuldades daquilo que era o mediatismo dos espaços comerciais, dos hipermercados, das lojas de bairro e, portanto, é bom que tivessem consciência que o Mercado do Livramento, com todas as dificuldades, com a complexidade dos tempos da contemporaneidade, das vidas que todos tinham, continuava a ser uma realidade e podia dizer, como nota de informação, que semanalmente eram procurados pelas mais diferentes fontes para vir ao Mercado do Livramento perceber como é que o Mercado do Livramento funcionava, como uma boa experiência, fossem outros municípios ou fossem, [inclusivamente,

peças de outros países que vinham ao Mercado do Livramento perceber esse funcionamento.

Estavam a falar de uma realidade, que era a realidade dos mercados, e essa era uma questão que, obviamente, todos tinham de ir, dia a dia, aprendendo e encontrando estratégias para dar aquilo que era uma referência da nossa realidade setubalense, um espaço simbólico e fundamental para a vida da cidade.

**Sr. Presidente** – “- *Senhor vereador, já é a terceira intervenção.*”

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que pedia desculpa, eram 30 segundos. Era muito simples: Nas últimas semanas tinham tido informação de vários problemas informáticos nos serviços da Câmara Municipal de Setúbal, que impediam o normal funcionamento dos serviços, com problemas, também, portanto, não só para os trabalhadores, que queriam executar as suas tarefas, mas, também, para os munícipes que procuravam os serviços. Queria saber qual era o ponto de situação e as razões para esses problemas que, nas últimas semanas, tinham afetado os serviços da Câmara Municipal de Setúbal.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que não iria mesmo conseguir falar, era escusado. Portanto, iria passar para depois essas questões.

**Sr. Presidente** – Pediu à Sra. Vice-Presidente que aguardasse só um bocadinho para as propostas. Era melhor guardar um bocadinho do fôlego para as propostas, mas, de qualquer forma, agradecia a tentativa.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que era para dizer duas coisas: A primeira, ao Sr. Vereador Fernando José, para lhe dizer que comentaria, sempre que entendesse, as propostas do PS ou de outro partido qualquer, e ele seria a última pessoa a conseguir proibir-lhe que fizesse isso. Viviam em democracia e, portanto, era em democracia que iriam continuar a viver e era em democracia que todos eles queriam viver, tinha essa certeza. Quanto ao Sr. Vereador Pedro Pina, já não era a primeira vez que acontecia pôr questões ali, na reunião da Câmara, e as respostas terminarem dizendo que, no caso, o Mercado do Livramento era uma pérola da cidade de Setúbal e era verdade, tinha sido ele que a tinha classificado naquele momento e, por isso, a dar entender - não o diziam diretamente, mas a dar a entender – que seria melhor não tocarem nesses assuntos. Esperava que não tivesse sido essa a sua intenção, porque iria continuar a ir ao mercado, como ia. Quando estava aos sábados em Setúbal ia sempre de manhã, iria continuar a ir, iria continuar a falar com essas pessoas e, se as pessoas lhe continuassem a dar dados mais consistentes, continuaria a falar nesse problema, sempre a considerar o Mercado do Livramento como uma joia do concelho de Setúbal. Era só isso.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que até fazia questão de acompanhar, com todo o gosto, o Sr. Vereador Fernando Negrão no Mercado do Livramento. Era só o que faltava que, na liberdade que assistia o exercício de funcionamento a cada comerciante do mercado e na liberdade da função e na liberdade de expressão daquele mercado, que, para aquilo que queriam dizer, até no exercício da sua atividade, que não dissessem aquilo que pensavam, fosse aos vereadores ou fosse a quem visitava.

A única questão que o tinha prendido tinha sido tentar dar as explicações que decorriam dos serviços municipais, porque era normal que o senhor vereador, como uma pessoa, como uma figura pública que era, que visitava o mercado, que fosse atendido e que acolhesse preocupações, que [tanto] podiam ser essas como podiam ser outras.

Portanto, a única questão que o tinha movido tinha sido dizer-lhe que as preocupações que tinha manifestado e que eram muito legítimas, que eram respondidas. No entanto, poderia fazer-lhe chegar, se fosse uma vontade da parte da bancada do Partido Social Democrata, uma questão que, por exemplo, era importante: O número de produtores que utilizavam as

bancas do Mercado do Livramento, porque, se o senhor vereador era frequentador, como ali já tinha denunciado - as palavras eram dele -, sabia que, se ia todos os fins-de-semana não encontrava sempre os mesmos produtores.

Encontrava um produtor num fim-de-semana, porque eles iam alternando. Se eram repetidos era porque só ia de 15 em 15 dias, mas isso era outra questão. Era rotativo, ou seja, eles não estavam todos os fins de semana. Os produtores não estavam todos os fins de semana, ou melhor, os produtores estavam todos os fins-de-semana, mas os produtores iam alternando. Fazia parte, durante a semana, porque o número de produtores que concorria para as bancas era demasiado grande para o número de bancas disponíveis.

Era esse o princípio que tinham, mas o que lhe queria dizer era que era legítima a sua questão. Entendiam, estavam atentos e o exercício de fiscalização... aliás, a própria Associação de Produtores já lhes tinha sinalizado algumas dessas questões e estavam atentos. Portanto, aceitava as questões como perfeitamente legítimas.

Não havia questão absolutamente nenhuma. Era só o que faltava, que, pelo facto de acharem que era o melhor mercado do país, deixassem de pôr ali as questões que deviam colocar. Era só essa nota.

**Sr. Presidente** – Disse que tinha muitas questões ali e iria procurar dar resposta às questões que tinham sido colocadas pelos senhores vereadores.

Começando pela questão que o Sr. Vereador Fernando Negrão tinha colocado, relativamente àquilo que era do conhecimento público, de que os profissionais de saúde não encontravam no Serviço Nacional de Saúde as melhores condições para exercerem a sua profissão e, por isso, faziam opções e iam para os serviços privados ou emigravam. Esse era um facto.

O exemplo que tinha dado, de que, em 56 profissionais que tinham vindo, de jovens que tinham terminado os seus estudos e tinham vindo fazer a formação ao Hospital de São Bernardo, e apenas tinha ficado um. Isso dava um bom exemplo. Estavam a falar de um hospital que era um hospital distinto, não era qualquer serviço de saúde, era um hospital que tinha a reputação, a história e a importância que tinham o Hospital de São Bernardo. Portanto, quando havia essas opções dos profissionais alguma coisa não funcionava bem e esconder ou procurar encontrar justificações menos adequadas, naturalmente que não fazia sentido.

Aproveitando essa constatação que o Sr. Vereador Fernando Negrão ali tinha feito e generalizando um pouco isso, porque, naturalmente, estavam a falar das questões da Saúde, mas os problemas que afetavam o nosso concelho e o nosso país não eram, apenas, as questões da Saúde. Eram questões de setores básicos, da formação e do desenvolvimento do ser humano e, portanto, dos portugueses e o que constatavam, cada vez mais, infelizmente, era que os jovens que faziam formação nas universidades procuravam, cada vez mais, encontrar melhores condições de trabalho fora do país.

Até era qualquer coisa que não era assim tão pouco comum nas conversas, era que uma boa parte dos portugueses trabalhavam e cada dia que passava ficavam mais pobres. Estavam a falar de profissionais que investiam na sua formação e que, depois, não encontravam quem os reconhecesse em toda a dimensão. Não era apenas dizer que eram ótimos profissionais. Não era, apenas, dizer isso, era necessário que também nas questões materiais houvesse esse reconhecimento e o que verificavam era que isso não acontecia. Portanto, tratava-se de também ter uma outra forma de encarar a forma de fazer política no país. Noutra oportunidade, talvez com mais tempo, poderia voltar a essa questão.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que o problema das especialidades, por exemplo, Psiquiatria, era que, quando os médicos acabavam o curso e concorriam às especialidades, para Psiquiatria nunca havia candidatos. Era um problema gravíssimo que tínhamos em Portugal, mais grave ainda do que os outros, que já eram muito graves.

Um jovem inteligentíssimo, brilhante, tinha concorrido para Psiquiatria e tinha sido colocado num hospital em Portugal. Entretanto, uma clínica americana, nos Estados Unidos da América, para a qual ele tinha concorrido, tinha-lhe oferecido 20 mil euros por mês.

Como é que iriam resolver o problema da falta de profissionais de saúde em Portugal, quando tinham instituições fora do país a oferecer vencimentos dessa natureza, com esses montantes?

Era só para deixar essa nota, porque, de facto, o problema eram os recursos humanos e as condições de os atrair para o Serviço Nacional de Saúde.

**Sr. Presidente** – Disse que, ainda sobre essa questão, apenas queria dizer que, na primeira reunião que tinha tido com o senhor Ministro, tinha colocado a questão do Hospital do Outão, que era um hospital de referência nacional e, até, internacional. A informação que tinham, dos profissionais que trabalhavam no Hospital do Outão, era que o processo de degradação era crescente. Havia novas tecnologias e novos equipamentos e eles não chegavam ao hospital. Portanto, era necessário que alguém - naturalmente, quem tinha responsabilidades - olhasse para esse problema, para essa situação e que desse resposta.

Na primeira reunião com o senhor Ministro, no ministério, tinha colocado essa questão e tinha voltado a colocá-la na última reunião, porque, como todos sabiam, quando se tinha avançado para a iniciativa da ampliação do Hospital de São Bernardo, tinha-se colocado a questão de acabar com o Hospital do Outão e, nessa altura, naturalmente que os profissionais se tinham manifestado. Portanto, tinha insistido nessa questão.

O que lhe tinha sido garantido pelo senhor Ministro tinha sido que, enquanto não fosse reavaliada a situação, o Hospital do Outão continuaria a desenvolver o seu trabalho e, portanto, a poder continuar a ser um hospital. Isso era muito importante, porque era um hospital de referência que tínhamos no nosso território e, portanto, manter essa unidade de especialidade era, naturalmente, muito importante, mas ficava outra vez a nota: Se queríamos continuar a ter bons serviços de referência nessa matéria da Ortopedia, era necessário que houvesse investimento nas novas tecnologias, na garantia de que haveria uma capacidade de vir a substituir os profissionais, quando eles atingiam a idade limite da reforma. Portanto, não bastava dizer.

O facto de o senhor Ministro dizer que, enquanto não houvesse uma reavaliação, se mantinha essa situação era positivo, mas não era suficiente. Era necessário que o Ministério da Saúde fizesse uma avaliação da situação e que não deixasse o Hospital do Outão chegar ao ponto a que tinham chegado a Obstetrícia e a Ginecologia no Hospital de São Bernardo. Era necessário que, antes disso, tomasse medidas, no sentido de [garantir] novos equipamentos, equipamentos mais modernos, atualizados na sua capacidade e, naturalmente, garantir, também, os profissionais, tanto na formação como no desempenho das especialidades. Era essa a nota que se tinha esquecido de dar, quando tinha falado sobre a vinda do senhor Ministro.

Quanto ao Sr. Vereador Domingos Semedo, agradecia imenso o seu contributo relativamente ao Parque Verde da Bela Vista e à vedação. Achava que os senhores vereadores tinham, também, esse papel, de chegar ali e dizer: “*A vedação do Parque Verde da Bela Vista tem problemas*”. Tinha registado. Não conhecia a situação, tinha registado e, naturalmente, que iriam verificar.

Relativamente à situação dos moradores da Quinta da Parvoíce, era um problema que iria tentar resumir muito sinteticamente. Era um problema que se arrastava havia mais de um ano. Tinha a ver com um compromisso que a Câmara Municipal tinha estabelecido com o IHRU, em que o IHRU se tinha comprometido a pagar os custos da habitação para esses moradores com a demolição das barracas e, portanto, colocar esses moradores, normalmente, em T1, num processo de transição, até que se fizesse a nova construção e que eles passassem a utilizar a nova construção.

Quanto aos regulamentos na administração, o caso do IHRU também não era nenhuma exceção e tinham levantado vários problemas. Sabiam que os custos do T1 tinham aumentado substancialmente, não havia T1, e, portanto, a Câmara de Setúbal, que tinha ficado – pedia desculpa – “*com esse menino nos braços*”, tinha feito tudo o que estava ao seu alcance para encontrar soluções. A última informação que tinha era que faltava alojar 31 pessoas das 96. Não estava presente o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, que poderia fazer um

ponto ao dia, mas a informação que tinha era que estavam a procurar encontrar uma solução, porque eram pessoas individuais e estavam a procurar encontrar uma solução coletiva, em termos de espaço, para ultrapassar essa situação.

Na visita que tinham tido da senhora Ministra da Habitação, que tinha feito o favor de cá vir – queria, mais uma vez, referenciar isso –, tinha ficado clara a determinação do Ministério da Habitação e do IHRU, no sentido de avançarem rapidamente com esse processo. Quando encontrassem a solução – e estava já a ser encontrada –, um espaço comum para instalar essas pessoas que eram individuais, a seguir, iriam demolir todo aquele espaço, fazer um levantamento topográfico, fazer os estudos que eram necessários fazer para lançar os concursos para a nova construção, que era uma construção em que parte era da Câmara Municipal e parte era do IHRU. O ponto da situação era esse, na melhor informação que tinha naquele momento.

Quanto à questão dos maus cheiros, levantada pela Sra. Vereadora Patrícia Paz, a Sra. Vice-Presidente não estava nas melhores condições para falar, como já tinham percebido, mas o que lhe podia garantir era que tinha tido reuniões com a população e isso tinha sido referenciado. Sabia que já tinha sido questionada, várias vezes, a administração da Amarsul sobre esse problema. Não sabia, naquele momento exato, qual era a resposta, mas o que podia garantir-lhe era que voltariam a insistir junto da Amarsul. Esperava não ter que tomar outras medidas, públicas, etc., para fazer esse tipo de iniciativas junto de instituições e entidades que eram responsáveis pela sua atividade. Portanto, era o que podia garantir naquele momento.

Relativamente à questão da Quinta da Serralheira, também tinha tido reuniões e tinha visitado o espaço. Estavam a ser feitos os levantamentos e os estudos para fazer essa intervenção da marcação dos espaços. Relativamente às passadeiras, como sabia, havia um pedido de um empréstimo que tinha sido feito, para se iniciar esse processo das passadeiras. Já estava a haver uma intervenção nas passadeiras junto das escolas. Tinham sido identificadas todas as passadeiras nas envolventes aos estabelecimentos de ensino. Estavam, praticamente, em fase final e, seguidamente, iniciar-se-ia o processo da recuperação das passadeiras, de marcação das passadeiras, certamente de uma forma diferente, através de um projeto que era do Município, com base em conhecimentos que existiam já a nível de outros municípios. Portanto, isso iria avançar rapidamente.

Só havia uma questão, era que esse empréstimo estava sujeito ao visto do Tribunal de Contas e, até aquele momento, o visto ainda não tinha chegado. Acreditava que estaria por dias, mas era uma limitação que muitas vezes tinham. Achava que fazia todo o sentido haver uma entidade que fizesse a verificação desses processos, até para ficarem mais tranquilos em todo esse procedimento da administração, mas também era importante que essas entidades percebessem a importância do seu parecer, que era vinculativo, para que as câmaras – naquele caso, a Câmara Municipal de Setúbal – pudessem desenvolver com maior rapidez as suas iniciativas. Portanto, o que podia dizer era que estava tudo a ser avaliado. Essas coisas levavam o seu tempo, mas existia esse compromisso de fazerem isso.

Havia um problema, que era um problema que também não era novo, infelizmente, que era um problema das forças de segurança. Tinha pedido uma reunião à senhora Secretária de Estado da Administração Interna, que tinha esse pelouro das forças de segurança e a senhora Secretária de Estado, muito simpaticamente, tinha-lhe dito que estava um concurso aberto e que, dentro de uns meses, teríamos novos profissionais, tanto na GNR como na PSP e que, portanto, esses problemas que tinha ido lá relatar – tinha deixado um “*dossier*” – seriam ultrapassados.

Infelizmente, posteriormente, já tinha tido oportunidade de contactar com vários responsáveis dessas forças de segurança e tinha chegado à conclusão de que os números que a senhora Secretária de Estado tinha dito, de novos membros, não eram suficientes para substituir aqueles que se iriam aposentar durante o ano de 2023. Essa era uma situação muito complicada, que não sabia como é que as autarquias iriam resolver, no sentido de garantir a atividade, a intervenção das forças de segurança, naquele caso em particular, do uso e do abuso do espaço público. Tinham o exemplo, na cidade, na Quinta da Serralheira e por aí



fora. Portanto, iriam ver como é que também conseguiriam, junto do Governo, fazer sentir essa preocupação. Certamente que não seria um problema exclusivo de Setúbal – tinham a certeza disso -, mas iriam ver como é que também aí poderiam ultrapassar essas dificuldades, porque a situação vinha-se agravando, tinha tendência para se agravar e isso não era bom para a vida em sociedade, para a vida pública, para o uso do espaço público. Não era bom, mas ficava esse compromisso de prosseguirem no caso da Quinta da Serralheira e, também, junto da Amarsul, de procurar ultrapassar esses problemas que tinha identificado, o que agradecia.

Ao Sr. Vereador Fernando José, naturalmente, cabia-lhe fazer ali as honras da casa em defesa do Governo, mas isso já todos sabiam, que fazia muito bem esse papel e, portanto, tinha vindo dizer que o que era mais importante, nesse caso, eram, de facto, as novas instalações. Tinha referido e voltava a acentuar que as novas instalações eram muito importantes, mas novas instalações sem pessoal, nada feito.

Ficava-se por ali, para não haver dúvidas sobre essa questão. O senhor vereador fazia o seu papel e ele fazia o dele. Fazia o seu papel em defesa do Governo e ele fazia o seu papel em defesa das populações, porque era essa a sua obrigação.

Relativamente à outra divagação que ali tinha feito mais uma vez - estavam a falar da Saúde e o senhor vereador tinha introduzido o problema dos docentes e dos não docentes, para uns sindicatos e tal -, para introduzir a questão do sindicato. Percebia que tivesse introduzido assim a questão, mas não iria falar ali, naquele momento, sobre os docentes e os não docentes. Só queria dizer que se tinha solidarizado várias vezes com a luta dos professores, porque já tinha sido professor e, portanto, não podia deixar de ser solidário. Já tinha *“andado com a casa às costas”*, como se costumava dizer, durante algum tempo. Portanto, não podia deixar de ser solidário.

Aquilo que o senhor vereador tinha feito é que não era muito correto e queria chamar-lhe a atenção para isso. O senhor vereador tinha feito essa divagação para introduzir a questão dos sindicatos. Era verdade que se tinha solidarizado, enquanto Presidente da Câmara de Setúbal, e pessoalmente. Tinha-se solidarizado com a luta dos docentes, dos professores. O senhor vereador tinha confundido as coisas ou não tinha ficado bem clarificado. Por isso é que o iria reafirmar.

O que tinha dito ao Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais tinha sido que a relação da Câmara Municipal com os sindicatos era com a Sra. Vice-Presidente, porque era ela que tinha os recursos humanos. Tinha sido isso que tinha dito. A relação com os trabalhadores bombeiros sapadores de Setúbal era com ele. Era ele que tinha essa responsabilidade e, por isso, tinha dito ali, várias vezes, que se deslocava e fá-lo-ia no dia 23, porque era o Dia da Companhia de Bombeiros. Fá-lo-ia durante todo o dia, para enaltecer a importância da Companhia de Bombeiros Sapadores e para estar junto dos bombeiros sapadores. Era só para que ficasse claro ao senhor vereador e para que não fizesse desvios conforme lhe convinha no momento.

Queria dizer ao senhor vereador que o que tinha dito tinha sido exatamente o que tinha acabado de transmitir e que, relativamente aos professores, considerados uma maneira geral, e relativamente aos trabalhadores da Câmara Municipal, considerados de uma maneira geral, e, em particular, naquele caso, os bombeiros, porque eram do seu pelouro, acompanhava os seus problemas a sua atividade e o diálogo permanente com os bombeiros. Era isso que fazia, para que não houvesse dúvidas sobre isso. Portanto, essa sua forma de dar a volta às coisas não funcionava ali. Era importante que ficasse clarificado.

Relativamente a outras questões que tinha dito, veriam mais à frente, porque nada funcionava por acaso. As coisas funcionavam de forma organizada. Tudo funcionava de forma organizada na Câmara Municipal. Só podia ser assim. Uma entidade com aquela dimensão, com cerca de 2500 trabalhadores, só podia funcionar organizada. Portanto, para funcionar organizada cada um tinha de responder por aquilo que fazia.

O Presidente da Câmara respondia por aquilo que fazia, o senhor vereador respondia por aquilo que fazia e os senhores vereadores todos. Era assim. E os trabalhadores, cada um, também respondia por aquilo que fazia. Estava a falar daquele assunto exatamente. Não era



dos bombeiros, era de todos. Aquilo era uma organização e nas organizações cada um era uma peça e cada um era responsável por aquilo que fazia. Era isso que estava em causa. Portanto, era isso que queria transmitir relativamente a essa questão dos serviços mínimos e dos não serviços mínimos, etc., e dos horários e das horas.

Tudo isso não ficava ao acaso. O senhor vereador podia ter a certeza disso. Não ficava nada ao acaso. Tudo era organizado e funcionava. Tinha de funcionar de forma organizada e, naturalmente, cada um era responsável pelo seu papel dentro da organização, a sua responsabilidade dentro da organização. Era isso que lhe queria dizer.

Quanto a outras questões, tinha voltado outra vez a falar dos meios e tal, essas coisas. Já lhe tinha respondido duas ou três vezes.

Aquilo de que o senhor vereador lhe tinha falado – depois, tinha-se informado – eram documentos de trabalho e os documentos de trabalho funcionavam para quem tinha responsabilidades. Os documentos que tinham sido enviados para os senhores vereadores eram os documentos com a informação que tinha a ver com a atividade e a responsabilidade que cada vereador tinha na Câmara Municipal. Portanto, era disso que se tratava, não se tratava de mais nada. O resto eram questões e problemas do senhor vereador.

Naturalmente que compreendiam isso, mas do que se tinha tratado ali tinha sido de documentos de trabalho que tinham seguido para os senhores vereadores que tinham a responsabilidade nas várias áreas das várias questões que eram colocadas pelos senhores munícipes, que colocavam questões de algumas situações que não estavam bem e, portanto, isso, para eles, era naturalmente muito importante, que era saber que alguma coisa, aqui e acolá, não estava bem e, se isso, era da área do senhor vereador A, B ou C, naturalmente que os serviços tinham essa responsabilidade, de enviar para esse senhor vereador essa informação, para que o senhor vereador, junto dos serviços, fizesse aquilo que era [da] sua responsabilidade, para que se resolvessem esses problemas.

Era uma relação normal de bom funcionamento, de dar resposta àquilo que eram as preocupações e as expectativas que os munícipes tinham. Era uma responsabilidade que tinham assumido quando se tinham candidatado e quando os setubalenses e os azeitonenses lhes tinham dado a maioria. Embora fosse relativa, não deixava de ser uma maioria.

Relativamente à outra questão, que era sobre os documentos dos munícipes que se inscreviam ali e que o senhor vereador tinha dito que eram, depois, postos na página do Município, sem qualquer controlo, agradecia-lhe essa informação e, na reunião seguinte, voltaria à questão.

Sobre a questão do Mercado do Livramento, que tinha sido colocada pelo Sr. Vereador Fernando Negrão, podia responder. Existiam problemas de informática que tinham sido detetados, os serviços tinham-lhes comunicado e estavam a ser tomadas medidas. Acreditava que naquele mesmo dia o sistema já estaria a funcionar. Com a informática, era tudo muito bonito e funcionava, mas eram situações...

Não vinha ao caso o hospital, porque essa era mais uma questão que deixava o senhor vereador perturbado por causa dessa informação. Não tinha percebido nada. Não tinha percebido, por exemplo, que não havia ninguém no atendimento do hospital. Não havia ninguém. O sistema estava em baixo, não funcionava e, portanto, tinham dado a volta ao hospital e não tinham encontrado pessoas para serem atendidas, mas tinha sido o Sr. Vereador Pedro Pina que tinha introduzido essa questão. Isso acontecia em qualquer sistema.

O que estava a dizer era exatamente isso, que isso acontecia em qualquer sistema. As novas tecnologias eram muito importantes, mas também tinham falhas, como os seres humanos tinham. Infelizmente, esse tinha sido um problema que tinha afetado os serviços, não na totalidade, mas parcialmente, durante 2 ou 3 dias. A informação que tinha era que naquele mesmo dia a situação estaria praticamente normalizada. Portanto, naturalmente que teriam que continuar a investir para manter o sistema.

Pela informação que tinha recolhido, a razão de ter acontecido tinha sido porque a Câmara estava a crescer. Tinha recebido mais 500 trabalhadores, esses 500 trabalhadores que vinham através das escolas, mas isso não significava, ao contrário do que o Governo do

senhor vereador pensava, que dentro dos próprios serviços da Câmara Municipal não tivessem de aumentar significativamente o número de trabalhadores, para dar resposta e fazer um bom atendimento aos mais 500 trabalhadores que ficavam sob a responsabilidade da Câmara Municipal.

Era um pouco disso que se tratava, mas naturalmente que era necessário ir renovando os equipamentos. Era verdade, mas tinha alguma coisa a ver com isso também. Era o crescimento da atividade da Câmara Municipal e o uso dos equipamentos que tinham adquiridos havia algum tempo, quando não chegavam a ter 2 mil trabalhadores na Câmara Municipal, e, naquele momento, tinham 2500 e tal. Portanto, era essa a resposta relativamente ao sistema informático.

Quanto ao Sr. Vereador Fernando Negrão, mesmo para terminar, relativamente à questão do Mercado do Livramento, sentia-se muito orgulhoso, porque havia muitas coisas na vida de que não se sentiam orgulhosos. Felizmente, com essa do Mercado do Livramento, sentia-se muito orgulhoso, porque, quando chegou à Câmara Municipal, se a memória não lhe falhava, no dia 8 de janeiro de 2002, tinham-lhe calhado em sorte os mercados. Tinha ficado com a responsabilidade da gestão dos mercados e, naturalmente, que um deles era o Mercado do Livramento.

O Mercado do Livramento sempre tinha tido uma grande dinâmica. Todos aqueles que tinham idade para se lembrar desses tempos lembravam-se que sempre tinha tido uma grande dinâmica. Sobre a atividade e a dinâmica do Mercado do Livramento não havia dúvida nenhuma. O problema era que o Mercado do Livramento, na sua capacidade para a atividade que tinha, já tinha sido ultrapassado havia uns 10 anos, no mínimo.

Passado um ano e meio de estar ali, tinha sido confrontado com uma situação que era a qualquer momento a ASAE poder fechar o Mercado do Livramento. Estavam a ver o que significava a ASAE, quando foi constituída, chegar aqui e fechar o Mercado do Livramento, no âmbito das suas competências? Portanto, tinham tido de avaliar toda essa situação e tomar decisões, no âmbito do executivo municipal.

A decisão tinha sido de investir no Mercado do Livramento, de forma a que a atividade do mercado não fosse posta em causa pelos novos normativos da operação de um mercado público, como era o Mercado do Livramento.

Isso já tinha passado e, portanto, podia dizer que, durante cerca de 2 anos, os trabalhadores, os operadores do Mercado do Livramento, mobilizados pela associação de operadores do mercado, a quem também queria salientar e agradecer todo o esforço e todo o trabalho e o empenhamento que tinham tido. Com o envolvimento e a mobilização dessa associação de operadores, tinham conseguido encontrar uma saída, que tinha sido pôr os operadores do Mercado do Livramento a fazer formação.

Durante cerca de um ano e meio, os operadores do Mercado do Livramento tinham estado a fazer formação e essa era a forma de não haver uma intervenção da ASAE, porque a ASAE acompanhava essa formação. Portanto, isso era para dizer ao senhor vereador que a situação não tinha sido fácil. Tinham indo fazendo esse caminho.

Tinha tido oportunidade, depois de terem decidido avançar para a requalificação do mercado, de visitar uma boa meia dúzia dos mercados a nível nacional, que tinham sido reconstruídos ou construídos de novo, e, depois dessas visitas todas, tinham avançado, para criar - com profissionais, naturalmente - um projeto e um programa para o Mercado do Livramento, correspondendo, naturalmente, às exigências da nova lei.

Tinham recorrido, naturalmente, aos profissionais dos serviços dessa área mais competentes a nível nacional. Tinham feito esse projeto e, depois, tinham decorrido as obras. Tudo isso levava muito tempo, levava anos. Tinham tido aqueles problemas que todos sabiam, do desenvolvimento da obra muito complicado, e, passado algum tempo, tinham sido contemplados com um destaque, numa revista de referência internacional, a dizer que o Mercado do Livramento era um dos 10 melhores mercados do mundo. Não era escrito por eles, como deviam compreender, era uma revista americana onde nem tinham qualquer tipo de influência.

Termos um mercado na cidade, no concelho, referenciado como um dos 10 melhores mercados do mundo, naturalmente que era um motivo de grande orgulho e, portanto, quando dizia que estava muito orgulhoso disso era porque também tinha contribuído. Era, apenas, uma pessoa que tinha uma responsabilidade. Tinham sido todos os outros, como já referido, que tinham contribuído para que isso tivesse acontecido, mas tinha participado nesse processo e, por isso, sentia-se muito orgulhoso de, naquele momento, terem aquele mercado que era uma referência a nível nacional e internacional.

Já nessa altura havia o problema de os operadores que eram produtores e aqueles que tinham bancas e que, ao mesmo tempo, eram produtores, mas que também vendiam produtos que compravam no MARL ou em outro sítio qualquer. Isso era sempre uma grande dificuldade, porque sabiam o estado em que estava a nossa agricultura, as condições para os agricultores desenvolverem a sua atividade. Aqueles que tinham melhores condições para produzir diverso tipo de espécies, em virtude de...

Não era todos os dias, como o Sr. Vereador Pedro Pina (...). Eles, depois, tinham arranjado uma forma própria de estar no mercado e não vinham todos os dias. Tinham uma escala e, portanto, vinham alternadamente, porque não era fácil aos produtores. Não era possível, a não ser que tivessem uma empresa por detrás, com uma equipa muito grande. Não era fácil estar a produzir e vir ao mercado vender todos os dias e, portanto, essas coisas eram mesmo assim.

Esse ponto daquele que era produtor mas se comprometia com o regulamento, queria vir vender com regularidade ao mercado, mas que, em determinadas épocas do ano, não conseguia ter produto para vir ocupar o lugar a que tinha direito e a obrigação que tinha, porque tinha assumido cumprir o regulamento, naturalmente que se colocava a questão de essa pessoa, que não tinha a produção para esta ou aquela época do ano ou para esta ou para aquela semana, para este ou para aquele mês, ter de recorrer ao MARL, para poder vir vender.

A grande dúvida era essa, era se deviam considerar ou não deviam considerar o lugar desse produtor, que tinha dificuldades em garantir a sua permanência de acordo com o regulamento, se lhe deviam tirar o lugar ou se o deviam manter, para ele continuar a produzir aquilo que tinha capacidade para produzir e que, durante determinadas épocas do ano tinha toda a capacidade e, em outras épocas, tinha menos.

Esse era um problema que muita gente não conhecia e por isso que o tinha querido salientar. Muita gente não conhecia, mas quem geria esse mercado tinha essa responsabilidade. Tinham era de saber fazer bem o equilíbrio. Aqueles que, efetivamente, eram são produtores, mas que, em determinadas épocas do ano, tinham mais dificuldade em cumprir com o regulamento e que, depois, recorriam ao MARL ou a outras instituições, deviam ficar de fora, porque não cumpriam integralmente o regulamento e ficar só aqueles que conseguiam manter a produção?

Essa era uma grande dificuldade e, portanto, era preciso haver um equilíbrio, uma ponderação, porque havia uma questão que era fundamental. O Mercado do Livramento dependia muito dos produtores e, se não ajudassem, também, nessa ponderação, esses produtores, estavam sujeitos a que um dia qualquer não tivéssemos produtores ou que cada vez tivessem menos produtores. Essa era uma ponderação que muitas vezes as pessoas não conheciam, mas que era preciso irem acompanhando, para que tudo isso funcionasse e que o Mercado do Livramento continuasse a ser uma referência a nível nacional e internacional.

Gostaria de trazer ali essa questão, porque achava que era importante que todos conhecessem as dificuldades que eram gerir determinados equipamentos que serviam as pessoas, que eram referências para as pessoas. Todos estavam muito orgulhosos do Mercado do Livramento, mas era preciso, de facto, na gestão, que houvesse esse equilíbrio e esta ponderação.

Isso não queria dizer que não houvesse problemas e que a fiscalização, às vezes, pudesse ter algumas distrações, etc., mas era por isso que eram importantes os contributos dos senhores vereadores também, para que os vereadores que ali estavam e os serviços pudessem estar atentos a essas questões. Não corria sempre bem, era preciso estar atento.

Era preciso acompanhar, portanto, era por isso que todos também estavam ali e tinham essa responsabilidade.

Tinham tomado nota das questões que os senhores vereadores tinham colocado. Agradeciam muito e também tinham dado os esclarecimentos, naquela oportunidade, sobre matérias que tinham sido colocadas e que eram de importância maior para o Município e para as populações do Município de Setúbal.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que, em primeiro lugar queria dizer da sua satisfação em terem discutido ali o Mercado do Livramento, porque era bom verbalizarem as preocupações e, portanto, verbalizando sentia-se que a preocupação existia de facto.

Relativamente a uma pergunta posta pelo Sr. Vereador Fernando José, embora fosse uma proposta do PS não podia deixar de voltar a falar sobre ela. Tinha a ver com a questão do sistema informático que tinha caído e a sua pergunta era se tinha sido implementado algum plano de contingência, porque era isso que se fazia em todas as organizações.

**Sr. Presidente** – Disse que, como já tinha tido oportunidade de dizer ao Sr. Vereador Fernando José, aquando da colocação da questão das redes e das verduras, não era especialista nessa matéria da informática. Aquilo que tinha pedido tinha sido informação aos serviços sobre as razões por que é que estava a acontecer essa situação em que os equipamentos não estavam a dar resposta e o que lhe tinha sido dito tinha sido que tinha havido esse aumento crescente da utilização do sistema e que, portanto, isso era uma questão em que havia que dar maior capacidade ao sistema e isso estava a ser feito. De imediato tinham sido tomadas medidas e tinha assinado uma requisição, no sentido de garantir de imediato o reforço do sistema.

Por outro lado, também estava a ser feita uma avaliação por uma empresa da especialidade, do sistema e das suas vulnerabilidades, no sentido de, a seguir, poderem tomar medidas. Havia uma empresa da especialidade que tinha sido contratada para esse fim, se era essa a questão que o senhor vereador tinha colocado.

Terminado o primeiro ponto do período antes da ordem do dia da ordem de trabalhos, tinham um conjunto de saudações que tinham sido apresentadas pelos senhores vereadores do Partido Socialista.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que, à semelhança do que tinham feito até àquele momento, iria apresentar um resumo das saudações apresentadas. Em primeiro lugar, queria saudar os aniversários, da Associação de Ténis de Mesa de Setúbal, pelos seus 79 anos, associação fundada a 14 de fevereiro de 1944 que tinha um papel importante no desenvolvimento desportivo do concelho e do distrito de Setúbal, fazendo votos da continuação do bom trabalho desenvolvido até àquele momento; do Lions Clube de Setúbal, pelos seus 49 anos de atividade e pelos contributos para o desenvolvimento social do concelho de Setúbal, com destaque para a sua intervenção em temáticas como a saúde, a inclusão e o ambiente, mas, sobretudo, o serviço à comunidade local, agradecendo a todos aqueles e aquelas que contribuíam para a sua atividade; do Grupo Desportivo e Recreativo O Sindicato, pelos seus 46 anos, destacando o seu trabalho desportivo e recreativo, salientando o papel formativo que tinha desempenhado para muitas crianças e jovens setubalenses, desejando, naturalmente, a continuação do bom trabalho; da YMCA de Setúbal, que contava com 47 anos a desenvolver um trabalho junto de um público jovem, não extinguindo nesse público a sua atividade, destacavam a promoção do bem-estar e qualidade de vida dos jovens setubalenses, o investimento na sua formação enquanto cidadãos, mas, também, todo o trabalho desenvolvido na área social. Parabenizavam a instituição e todos os que a construíam diariamente com o seu trabalho, fazendo votos da continuação desse mesmo bom trabalho; da Associação Unitária dos Reformados Pensionistas e Idosos de Azeitão, que tinha feito, no dia 12 de fevereiro, 38 anos de existência a abraçar a promoção do bem-estar e qualidade de vida dos nossos idosos; do Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão, com 40 anos de existência dedicada ao desenvolvimento cultural e social do

concelho, garantindo a preservação do património cultural e etnográfico do concelho de Setúbal, assim como, pela atratividade do festival nacional de folclore que organizava, atraindo a Setúbal muitos visitantes e dando a conhecer a cultura e as tradições setubalenses.

As restantes saudações seriam apresentadas pelo Vereador Domingos Semedo.

Os documentos apresentados foram os seguintes, conforme anexos registados sob os n.ºs 13 a 18:

*“Saudação  
Aniversário da Associação de Ténis de Mesa de Setúbal*

*A Associação de Ténis de Mesa de Setúbal foi fundada a 14 de fevereiro de 1944, com o objetivo de proporcionar aos atletas e clubes do distrito de Setúbal as condições necessárias à prática desportiva desta modalidade.*

*O fair play e a igualdade são valores basilares da associação, que ao longo dos anos tem promovido a prática e o desenvolvimento da modalidade de ténis de mesa na ótica da interação social no contexto intergeracional, dada a sua abrangência etária e inclusiva.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reconhecendo o importante papel da Associação de Ténis de Mesa de Setúbal para o desenvolvimento desportivo do concelho e do distrito de Setúbal, saúdam e felicitam-na pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do trabalho.”*

*“Saudação  
Aniversário do Lions Clube de Setúbal*

*O Lions Clube de Setúbal, fundado em 1974, faz parte do Lions Clubs International, uma associação mundial que tem como objetivo e missão o trabalho voluntário em diferentes áreas, de forma a fortalecer as comunidades e apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade.*

*Assinalou, no dia 9 de fevereiro, 49 anos de atividade e de contributos para o desenvolvimento social do concelho de Setúbal. Na sua atividade aborda diversas temáticas, tal como saúde, inclusão e ambiente, tendo acima de tudo como objetivo servir a comunidade local com base nas suas necessidades.*

*O seu contributo para a vida coletiva da sociedade setubalense constitui o Lions Clube de Setúbal enquanto um importante parceiro para a promoção da qualidade de vida e bem-estar das populações.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Lions Clube de Setúbal pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

*“Saudação  
Aniversário do Grupo Desportivo e Recreativo “O Sindicato”*

*Fundado em 1977, o Grupo Desportivo e Recreativo “O Sindicato” assinalou o seu 46º aniversário no dia 6 de fevereiro.*

*Ao longo destes 46 anos, a sua atividade tem contribuído para o desenvolvimento da modalidade de futebol no concelho de Setúbal, bem como para formação das crianças e jovens setubalenses. A promoção da prática desportiva, principalmente junto das crianças e jovens, é um importante contributo para a promoção de valores e competências essenciais para a vivência em comunidade numa sociedade democrática.*

*O movimento associativo tem desde sempre sido um parceiro indispensável do poder local democrático, enquanto dinamizador e promotor do desenvolvimento cultural, social e*

*desportivo das comunidades onde se insere, para a promoção do bem-estar e qualidade de vidas das populações.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Desportivo e Recreativo “O Sindicato” pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do trabalho.”*

*“Saudação  
Aniversário da YMCA Setúbal*

*Fundada em 1975, a YMCA Setúbal é uma instituição de solidariedade social, que pertence ao movimento mundial YMCA, membro da UNESCO, da UNICEF e do ECOSOC-ONU.*

*A instituição, que celebrou no passado dia 11 de fevereiro o seu 47º aniversário, tem com objetivo promover a capacitação dos jovens, em ordem à sua realização pessoal e à sua participação no desenvolvimento da sociedade. Trabalha a partir de 6 centros em todo o concelho de Setúbal, e conta com perto de 100 trabalhadores, que todos os dias contribuem para o desenvolvimento de projetos e programas incluindo acampamentos, recreação comunitária, ginásios, aulas de natação hospitalidade e eventos, bem como programas infantis de creche, jardim de infância e centros de atividades de tempos livres, centro de formação profissional e aprendizagem.*

*Com o lema “Empowering Young People”, a YMCA Setúbal atua com base no desenvolvimento e promoção da justiça social, pois a juventude é, ao mesmo tempo, um período e um processo decisivo de renovação e evolução da sociedade.*

*Reconhecendo o importante trabalho desenvolvido pela YMCA Setúbal no concelho, para promoção do bem-estar e qualidade de vida dos jovens setubalenses, contribuindo para a sua formação enquanto cidadãos, no desenvolvimento de competências e valores indispensáveis para o fortalecimento da sociedade democrática, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a instituição pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

*“Saudação  
Aniversário da Associação Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão*

*Fundada em 1985, a Associação Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão, é uma instituição privada de solidariedade social que tem como objetivo a promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas idosas, através da sua intervenção no domínio da ação social.*

*A instituição, que assinalou no dia 12 de fevereiro o seu 38.º aniversário, desenvolve um importante trabalho de intervenção junto daqueles que se encontram em situações de especial vulnerabilidade, na perspetiva da criação de mais e melhores respostas em função das necessidades emergentes.*

*Neste sentido, reconhecendo o importante papel da AURPIA na promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, e o seu contributo para o desenvolvimento social do concelho de Setúbal, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a instituição pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do trabalho.”*

*“Saudação  
Aniversário do Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão*

*O Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão, tem sido ao longo das décadas um importante ator na preservação do património cultural e etnográfico do concelho de Setúbal.*

*Fundado em 1983, tem ao longo de 40 anos contribuído para o desenvolvimento cultural e social do concelho, na promoção do folclore e sua prática, numa ótica intergeracional.*

*Organiza todos os anos o seu Festival Nacional de Folclore, juntando grupos de todos os pontos do país, trazendo-os à nossa cidade e dando-lhes a conhecer a cultura e tradição setubalenses.*

*Reconhecendo o seu importante papel para o desenvolvimento cultural e promoção do bem-estar e qualidade de vidas populações através da sua atividade, que em muito enaltece o nome da cidade de Setúbal, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a associação pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

**Sr. Vereador Domingos Semedo** – Disse que, dando continuidade, saudavam o Clube de Canoagem de Setúbal, pela sua participação no Campeonato Regional de Esperanças da Bacia do Tejo, no passado dia 12 de fevereiro, na Barragem do Carril, em Tomar, com a participação de sete atletas, tendo sido, para alguns, a sua primeira experiência.

Os atletas tinham obtido resultados notáveis, nomeadamente os atletas Diogo Botelho, em 1.º lugar, como Campeão Regional, no Escalão K1 Infantil Masculinos B; Margarida Martins, em 2.º lugar, como Vice-Campeã Regional, no Escalão K1 Infantil Femininos B; Leonardo Kersten, em 2.º lugar, como Vice-Campeão Regional, no Escalão K1 Cadete Masculino; João Roque em 11.º lugar, no escalão K1 Cadetes Masculinos; David Ventura, em 5.º lugar, no escalão K1 Iniciados Masculinos A; Rafael Sauchande, em 9.º lugar, no escalão K1 Iniciados Masculinos A; Gonçalo Sauchande, em 11.º lugar, no escalão K1 Iniciados Masculinos B.

O Clube de Canoagem tinha-se classificado, assim, na 7.ª posição entre os treze que tinham participado.

Saudavam, também, o atleta Pedro Afonso, do Vitória Futebol Clube, pela excelência de alcançar o 1.º lugar no pódio, com o tempo de 7,07 segundos na prova de 60 metros, na pista coberta, em Braga, no primeiro fim-de-semana de fevereiro, consagrando-se, assim, Campeão Nacional de Sub18. Na sua prova de 300 metros, que seria uma prova ganha, infelizmente, tinha sido desclassificado, por ter pisado a linha de separação, segundo as regras do jogo, mas, ainda assim, não tinha deixado de ter sido uma grande revelação, duas horas depois de ter conquistado o pódio.

Nesse sentido, os vereadores do Partido Socialista saudavam e felicitavam os atletas e o Clube de Canoagem de Setúbal e o atleta Pedro Afonso, do Vitória Futebol Clube, pelos resultados obtidos, que em muito enalteciam o nome da nossa cidade. Também era de salientar que, naquele caso, para alcançar a excelência, era [preciso] fazerem mais do que a sua obrigação, ou seja, era terem a obrigação como ponto de partida e não como ponto de chegada. Desejava muitas felicidades a esses clubes.

Foram apresentados os seguintes documentos, conforme anexos registados sob os n.ºs 19 e 20:

#### *“Saudação*

#### *Clube de Canoagem de Setúbal – Campeonato Regional de Esperanças da Bacia do Tejo*

*O Clube de Canoagem de Setúbal esteve presente no Campeonato Regional de Esperanças da Bacia do Tejo, que decorreu no dia 12 de fevereiro, na Barragem do Carril, em Tomar. Fez-se representar com uma comitiva de 7 atletas, alguns deles a ter aqui a sua primeira experiência competitiva, tendo obtido resultados de elevado destaque, nomeadamente:*

- Diogo Botelho – 1.º Lugar - Campeão Regional, no escalão K1 Infantil Masculinos B;*
- Margarida Martins – 2.º Lugar - Vice-Campeã Regional, no escalão K1 Infantil Femininos B;*
- Leonardo Kersten – 2.º Lugar - Vice-Campeão Regional, no escalão K1 Cadete Masculino;*
- João Roque – 11.º Lugar, no escalão K1 Cadete Masculino;*
- David Ventura – 5.º Lugar, no escalão K1 Iniciado Masculinos A;*
- Rafael Sauchande – 9.º Lugar, no escalão K1 Iniciado Masculinos A;*
- Gonçalo Sauchande – 11.º Lugar, no escalão K1 Iniciado Masculinos B.*

*Coletivamente, o Clube de Canoagem de Setúbal classificou-se na 7.ª posição entre os 13 clubes que participaram.*



*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam os atletas e o Clube de Canoagem de Setúbal pelos resultados obtidos, que em muito enaltecem o nome da cidade de Setúbal, fazendo votos de continuação do bom trabalho.*

*“Saudação*

*Pedro Afonso - Campeão Nacional de sub-18 em Pista coberta*

*Pedro Afonso, atleta do Vitória Futebol Clube, sagrou-se aos 16 anos Campeão Nacional de sub-18 em pista coberta na distância de 60 metros planos, na prova que decorreu no primeiro fim-de-semana de fevereiro, em Braga.*

*O jovem atleta alcançou o primeiro lugar do pódio com o tempo de 7,07 segundos, tendo ficado à frente e João Macedra (CFOD) e Guilherme Santos (Sporting), que terminaram em 2.º e 3.º lugar, respetivamente, com 7,37 e 7,38 segundos.*

*O atleta vitoriano foi considerado a grande revelação do Campeonato, tendo duas horas depois de conquistar o pódio nos 60m, ganho a prova de 300m, na qual acabou por ser desclassificado por pisar a linha de separação da pista. Contudo, os feitos do atleta revelação não passaram despercebidos, tendo sido convidado por José Regalo, responsável técnico da Federação Portuguesa de Atletismo, para se dirigir à zona do pódio e entregar as medalhas aos seus adversários.”*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Pedro Afonso, bem como o Vitória Futebol Clube pelos resultados obtidos, que em muito enaltecem o nome da cidade de Setúbal, fazendo votos de continuação do bom trabalho.*

**Sr. Presidente** – Disse que concluíam assim o período de antes da ordem do dia e iriam entrar na ordem de trabalhos.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Deliberação n.º 379/2023 – Proposta n.º 08/2023 – GAP – Delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara - RETIRADA**

**Sr. Presidente** – Apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 21. Disse que era uma proposta que tinha sido retirada na anterior reunião da Câmara, para que os senhores vereadores pudessem apresentar propostas. As propostas tinham sido apresentadas e propunha que considerassem que havia uma proposta de base, que tinha sido apresentada pelos vereadores da CDU, e, portanto, consideravam que as outras propostas eram propostas de alteração.

Tinham a proposta de deliberação 527/2023, que tinha sido apresentada pelos senhores vereadores do PSD e, depois, tinham uma proposta que, embora não sendo formal, era um contributo do Partido Socialista e também uma proposta.

O que propunha aos senhores vereadores era que, dos assuntos que eram ali colocados, portanto, seguindo a proposta da CDU, que era a proposta de deliberação 379/2023, que, no ponto a), ponto 3, que dizia “*adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até mil vezes o (...)*”, o ponto 1 da proposta de alteração do PSD referia-se exatamente a esse ponto, e, portanto, o que se dizia era que essa matéria seria delegada no Presidente da Câmara, o não exercício do direito de preferência, por parte da Câmara Municipal, até àquele valor.

Também o Partido Socialista, a proposta que apresentava, ia no mesmo sentido e, portanto, consideravam que esse ponto passaria a integrar a proposta, no sentido de que essa competência fosse delegada no Presidente da Câmara.

Estavam de acordo com isso, estavam de acordo relativamente a esse ponto, o ponto 1?

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que era só para perceber bem o que é que estavam a votar.

**Sr. Presidente** – Disse que não estavam a votar nada, estava só a colocar a questão.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que pedia desculpa por ter interrompido, mas, tendo em conta as várias propostas, se calhar, era importante referir, até para facilitar a votação, que, da parte deles - como, aliás, já tinha sido reafirmado em reuniões anteriores -, o que pretendiam ver aprovado à luz da delegação de competências em vigor, não da que era trazida, aquilo que era a proposta deles, que vinha no último ponto da ordem de trabalhos, que, segundo parecia, só dizia respeito àquilo que era o ponto G da proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

Em relação aos outros pontos mantinham a oposição, porque, no fundo, a delegação de competências, como estava, era a delegação de competências que tinha sido trazida à Câmara no mandato anterior, quando a CDU tinha maioria absoluta. Portanto, o que pretendiam era fazer uma alteração à delegação de competências em vigor naquele momento e não à que tinha sido apresentada, no sentido de que - como era expresso na proposta deles -, por exemplo, no caso do exercício de direito de preferência ele não tivesse que ir ali, como iam aquelas propostas todas naquele dia, que eram um conjunto de pontos, e outros, que estavam na proposta que tinham apresentado.

Em relação aos outros pontos que ali estavam, obviamente, votariam contra, porque, senão, no fundo, estariam a delegar, basicamente, tudo, que era o essencial da Câmara Municipal, no Sr. Presidente, que, depois, poderia subdelegar, obviamente. Portanto, era bom, se calhar, perceberem isso de princípio, para não estarem, eventualmente, a navegar num equívoco.

Em relação ao Partido Socialista, não tinha percebido exatamente qual era a proposta que tinham e seria também importante, se calhar, que a percebessem, em termos de redação.

**Sr. Presidente** – Agradeceu ao senhor vereador e disse que o que estava a procurar era, exatamente, que ficasse clarificado o que é que estavam a votar, porque o Partido Socialista, também, na única proposta que tinha - as outras eram, no fundo, de manter o que já existia -, a única questão que colocava e que, de facto, ia de encontro exatamente a uma proposta que o PSD também fazia, era que - ia ler a proposta - *“no respeito às competências previstas na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até mil vezes (...) deverá ser delegada, exclusivamente, a competência de não exercício de direito de preferência na alienação onerosa de bens imóveis, mantendo-se as demais competências na Câmara Municipal”*. Portanto, no fundo, era isso, até esse valor, adquirir e alienar o direito de preferência na alienação onerosa de bens. O Partido Socialista considerava essa possibilidade.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que era para clarificar aquilo que tinha sido o documento que tinham enviado. Na última reunião da Câmara em que tinha sido apresentada a proposta de delegação de competências pelo Sr. Presidente, tinha sido pedido às bancadas da oposição que pudessem apresentar o seu contributo escrito para a construção do documento que ali viesse, depois, a discussão. Tinha sido isso que tinham feito. Não tinham apresentado uma proposta autónoma, tinham enviado um contributo escrito.

O contributo tinha sido exatamente no mesmo sentido em que tinha sido a intervenção deles. Em 1.º lugar, no que se referia a esse ponto que o Sr. Presidente tinha referido, o ponto A.3 (*“adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até mil vezes a remuneração mínima mensal garantida”*), entendiam que a competência, por defeito, deveria estar na Câmara Municipal. Aquilo que poderia ser subdelegado ou poderia ser delegado no Sr. Presidente era o não exercício do direito de preferência, no fundo, em linha com aquilo que era, também, a proposta apresentada pelo PSD.

Nos restantes pontos - se lhe fosse permitido, faria a intervenção sobre todos os pontos do contributo deles -, entendiam que as competências previstas na alínea dd) do n.º 1 do artigo



33.º da Lei 75/2013, ou seja, aquelas que respeitavam à aquisição e locação de bens e serviços, se deveriam manter na Câmara Municipal. Também as competências em matéria de aprovação de projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e adjudicação, relativamente a obras e aquisição e locação de bens e serviços, de valores até ao limite de 748.196,80 euros, por aquilo que era a abrangência que esses valores permitiam, deveriam manter-se na Câmara Municipal.

Sugeriam, também, que as competências previstas no Regime Jurídico de Urbanização e de Edificação permanecessem na Câmara Municipal. Tendo em consideração aquilo que tinha sido a proposta apresentada pelo PSD, relativamente às competências em matéria de urbanismo, no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, estariam disponíveis para acompanhar parcialmente essa delegação de competências, entendendo que aquelas que respeitavam à alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º, ou seja, as operações de loteamento e outras operações de impacto relevante e semelhantes a loteamentos, deveriam manter-se unicamente na Câmara Municipal.

A proposta que o Sr. Presidente trazia - pelo menos, essa era a leitura que faziam - não era uma proposta que tivesse em consideração apenas as competências que ainda não tinham sido delegadas, era uma proposta que incluía competências que já tinham sido delegadas, e que, portanto, iriam novamente a votação, nomeadamente aquelas que diziam respeito à contratação de prestação de serviços. Era a leitura que faziam do documento que lhes tinha sido apresentado.

Aliás, já aquando do debate que tinha sido feito no início do mandato tinha havido competências, nomeadamente as que tinha referido, que tinham entendido que se deveriam ter mantido na esfera da Câmara Municipal e não serem delegadas, em cuja discussão tinham acabado por votar vencidos, por o PSD ter acompanhado aquilo que tinha sido a proposta do Sr. Presidente.

Tendo, novamente, a possibilidade de rever a delegação de competências, entendiam que também merecia uma revisão que fosse global e havia competências que tinham sido transferidas que, no entendimento deles, não deveriam ter sido transferidas e deveriam regressar àquilo que era a esfera da Câmara Municipal e havia outras que, efetivamente - já tinham tido essa discussão algumas vezes -, faria sentido serem delegadas e, portanto, sobre essas também se tinham pronunciado, particularmente no que respeitava ao não exercício do direito de preferência e, também, a algumas das competências do urbanismo, como tinha dito, em linha com aquilo que era a proposta do PSD, à exceção das operações de loteamento, que entendiam que deveriam manter-se na esfera da Câmara Municipal.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que era para tentar, também, ajudar a clarificar ou a tentar que se percebesse se o que estava a entender era o que estavam todos a dizer.

Portanto, havia interesse e disponibilidade na delegação de competências que dizia respeito ao não exercício do direito de preferência, que dizia respeito ao ponto 3 da proposta apresentada, da deliberação 379.

Relativamente ao ponto G, que eram as matérias do urbanismo, havia uma proposta alternativa, apresentada pela bancada do PSD, que propunha delegar todas as matérias exceto as que estavam consideradas na proposta do PSD.

A questão que tinha sido colocada pelo Vereador Joel, de que os loteamentos e os impactos relevantes e os impactos semelhantes deveriam vir à Câmara, era coincidente com a proposta do PSD, porque, se bem tinha percebido, o PSD o que dizia, em matéria de urbanismo, era *“delegam-se todas as previstas no Decreto-Lei 555, com exceção de...”* e, portanto, com exceção da aprovação dos pedidos referentes às operações do n.º 2 do artigo 4.º (*“Operações de loteamento, obras de impacto relevante e semelhante, obras de urbanização, obras de construção”*). Portanto, todas as que estavam referenciadas eram as que estavam excecionadas, as que não seriam delegadas no presidente e estariam sujeitas a deliberação da Câmara.



**Sr. Presidente** – Disse que tinha pedido, na proposta que tinha sido apresentada pela CDU, que fosse retirado dessa proposta tudo aquilo que já era delegação do Presidente e, portanto, do que estava na proposta nada estava delegado no Presidente.

O que propunha era que integrassem ou votassem a proposta que tinha sido apresentada pelo PSD, relativamente a esses pontos, e pelo que tinha percebido – aí é que era importante o esclarecimento -, o Partido Socialista também estava de acordo com a delegação de competência, no que dizia respeito ao não exercício do direito de preferência.

**Sr. Vereador Joel Marques** – “- *Exclusivamente no que respeita ao não exercício do direito de preferência*”.

**Sr. Presidente** – Disse que, sendo assim, isso estava contemplado na proposta do PSD e, então, votavam a proposta do PSD, sendo que, [quanto à proposta que tinha apresentado], as competências não estavam delegadas no Presidente e por isso é que a tinham trazido, a proposta era global.

Se votassem favoravelmente a proposta do PSD, naturalmente que as questões que estavam na proposta do PSD seriam delegadas no Presidente e arrumavam assim o assunto, para não estarem com mais coisas. Iriam votar essa proposta e, portanto, a proposta que viria, ou não, a ser aprovada seria a proposta do PSD.

Achava que seria preferível, para simplificar tudo isso, retirarem a proposta 379 e votarem a proposta do PSD e, depois, alguém, juridicamente, haveria de tratar desse assunto, para integrar essa questão, naturalmente de acordo com a proposta que viesse a ser aprovada, com os pontos que viessem a ser aprovados, para que, depois, as competências delegadas no Presidente viessem a ser delegadas nos vereadores, os vereadores nos diretores e os diretores nos chefes de divisão, etc. Portanto, depois, alguém, juridicamente, haveria de fazer esse trabalho. Para simplificarem a questão era isso.

Portanto, o que se punha à votação dos senhores vereadores era a proposta de deliberação n.º 527, apresentada pelo gabinete dos Vereadores do Partido Social Democrata, porque incluía a proposta do Partido Socialista. Os senhores vereadores do PSD estariam de acordo com isso?

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que estavam de acordo e achava que era o que fazia sentido, porque, de acordo com aquilo que tinham vindo a defender nas anteriores reuniões da Câmara. Portanto, iriam votar a sua própria proposta.

**Sr. Presidente** – Disse que iriam votar a proposta do PSD, porque a única proposta de alteração que o Partido Socialista tinha apresentado estava incluída nela e, portanto, resolviam aquilo rapidamente. Havia uma ideia de votar ponto a ponto, mas isso não fazia sentido no quadro em que estavam.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que queria só fazer uma clarificação, relativamente à proposta do PSD, porque, na redação do ponto 3, estava a delegar no Presidente da Câmara, no artigo 71.º, no que diz respeito à caducidade, “*exclusivamente no caso em que não haja resposta por parte do interessado*”, e a forma de redação parecia-lhe que contradizia aquilo que tinha sido colocado na anterior reunião pela Vereadora Sónia Leal Martins.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que, no artigo 71.º, a redação que tinham apresentado não era a que dizia respeito (citava) “*exclusivamente à caducidade, nos casos em que haja lugar à caducidade do processo por ausência de resposta do requerente*”, mas, sim: Artigo 71.º - “*Excetuando as situações referentes à caducidade, nos casos em que haja lugar à caducidade do processo por ausência de resposta da requerente*”. Era essa a redação que queriam que fosse à votação.



**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Perguntou se seria delegada essa competência quando não houvesse resposta por parte dos requerentes.

**Sr. Presidente** – Disse que era correto. Portanto, ficava registado em ata, para, depois, não haver dúvidas sobre isso.

Punha à votação a proposta de deliberação 527 naquele ponto, porque era naquele ponto que estava a ser apreciada a proposta de deliberação 379.

Submetida a votação, a proposta de deliberação 527 (ponto 149) foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 22.

O Sr. Presidente declarou retirada a proposta de deliberação 379.

## **2. Deliberação n.º 380/2023 – Proposta n.º 09/2023 – GAP – Parecer do Município de Setúbal, no âmbito da candidatura de reconhecimento do estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN) ao Projeto “Aurora – Unidade Industrial de Conversão de Lítio”**

**Sr. Presidente** – Apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 23 e 24.

Disse que já todos conheciam aquele projeto, um projeto que, sem dúvida nenhuma, era um projeto de grande interesse para a região. Naturalmente que as interrogações que tinham sido colocadas pela Câmara Municipal também já tinham sido objeto de apreciação e votação na reunião da Câmara, relativamente às questões que diziam respeito ao impacto ambiental do projeto.

Naquele momento, travava-se de a Câmara Municipal poder considerar, na sua avaliação, a possibilidade ou o interesse de ser considerado um projeto com estatuto PIN, ou não. Como certamente tinham tido oportunidade de verificar, o parecer técnico dos serviços municipais era de que eram apresentadas razões no que dizia respeito ao contributo para a transição energética e sustentabilidade ambiental e, também, no que dizia respeito à importância na criação de emprego e, ainda, no contributo do projeto para a dinamização da base económica do concelho. Portanto, dito isso, punha a proposta à apreciação.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que era um projeto que era importante para o concelho, obviamente, e para a economia nacional. No entanto, daquilo que lhe tinha sido dado a conhecer, ainda não existiria estudo de impacto ambiental.

A sua questão era se não seria avisado aguardarem por esse estudo para, depois, proceder àquela votação ou se haveria alguma razão para que tivesse de ser naquele momento, no fundo, reconhecido esse estatuto de Potencial Interesse Nacional, por causa das questões ambientais que tinham sido levantadas por um conjunto de entidades, no âmbito do processo.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que, respondendo às questões do Vereador Paulo Calado, eram processos que corriam em simultâneo e a Câmara já tinha feito uma deliberação, relativamente não ao estudo de impacto ambiental, mas aos termos de referência a serem considerados no estudo de impacto ambiental. Pensava que teria uma deliberação de dezembro ou novembro, não tinha memória, em que a própria Câmara tinha colocado algumas questões que deveriam ser trabalhadas com determinadas cautelas, no âmbito do estudo de impacto ambiental.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Perguntou se isso não iria interferir com a atribuição daquele estatuto.



**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que o estatuto PIN não criava condições de cumprir todas as normas legais e, portanto, obviamente, a exigência de elaboração do estudo de impacto ambiental e cumprir com as recomendações do mesmo mantinham-se.

**Sr. Presidente** – Disse que iria decorrer um estudo de impacto ambiental. A Câmara Municipal tinha-se pronunciado naquele dia quanto às preocupações que tinha considerado importantes salientar. Iria ser feita a avaliação do impacto ambiental.

Naqueles casos, normalmente, o que acontecia era haver medidas preventivas, relativamente à iniciativa, à implementação do projeto. Seriam as medidas que tinham sido identificadas no estudo de impacto ambiental, tinham que ser corrigidas ou minoradas.

A Câmara Municipal já se tinha pronunciado sobre isso. Se essas medidas não fossem tomadas na avaliação de impacto ambiental naturalmente que o PIN não avançava, porque era vinculativo. Essa questão era determinante.

Portanto, como a senhora vereadora tinha dito, estavam a falar de dois processos que decorriam em simultâneo, mas, quando fosse a decisão final, naturalmente que a avaliação do impacto ambiental seria determinante, como sabiam, no quadro legal.

Aliás, na proposta não estava, mas os serviços técnicos, quando propunham o sentido da deliberação, diziam *“considerando o acima exposto e sem prejuízo do processo de avaliação de impacto ambiental em curso, no âmbito do qual a Câmara Municipal já se pronunciou, no âmbito da consulta pública da proposta de definição do âmbito do estudo de impacto ambiental, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de ser emitido parecer favorável”*, ou seja, sem prejuízo do processo,

Era muito importante que isso ficasse claro, porque se, as questões que tinham sido levantadas pelos serviços, quando fosse feita a avaliação do impacto ambiental, não fossem consideradas, a Câmara Municipal teria todo o direito de vir dizer que isso não poderia ser, porque aquele parecer também era dado nessa consideração, de que essas preocupações que tinham sido levantadas pela Câmara, que pensavam que deveriam ser consideradas na avaliação do impacto ambiental, teriam que ser consideradas.

Tratava-se de agilizar processos da administração e, tratando-se de um projeto daquela dimensão e daquela importância, naturalmente que a administração faria bem em fazer com que as coisas acontecessem mais rapidamente, se bem tinha entendido a preocupação, que acreditava ser de todos.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **3. Deliberação n.º 381/2023 – Proposta n.º 10/2023 – GAP – 3.ª Alteração ao Orçamento da Despesa e 1.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 25 e 26.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **4. Deliberação n.º 382/2023 – Proposta n.º 11/2023 – GAP – Alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2023**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 27 e 28.



Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 da PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

**5. Deliberação n.º 383/2023 – Proposta n.º 264/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fé, n.º 18 - R/C Dto., em Setúbal**

**Sr. Presidente** – Apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 29. Disse que, uma vez que já tinha sido aprovado e deliberado delegar aquela competência no Presidente da Câmara, se os senhores vereadores concordavam que as retirassem - dando-lhe mais trabalho, era verdade – e ele assumiria a responsabilidade de despachar em conformidade todo aquele conjunto de propostas. Se os senhores vereadores estivessem de acordo, naturalmente.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que achava que seria mais avisado votarem, porque, a partir do momento em que aprovassem as deliberações em minuta, todas aquelas propostas passariam a ter validade e, portanto, para efeitos de escrituras... Votarem em bloco, porque o Sr. Presidente estava a propor não votarem, tendo em conta a delegação de competências.

**Sr. Presidente** – Disse que agradecia a atenção dos senhores vereadores, porque o que queria dizer era que já podia propor que se votasse em conjunto as propostas. Pedia desculpa e agradecia a chamada de atenção.

Só estava era a arranjar problemas para si próprio, porque teria de ser ele a passar algum tempo a despachar aqueles processos e assim ficaria desde logo resolvido.

Portanto, propunha a aprovação das propostas, desde a proposta de deliberação 383 até à proposta de deliberação 459. Pedia que pudessem votar essas propostas em conjunto. Se não houvesse nenhum impedimento, punha, então, à votação.

Submetidas à votação, foram as propostas de deliberação 383 a 459 aprovadas, por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 384/2023 – Proposta n.º 265/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.º 17 – 4.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 30 (ver ponto 5).

**7. Deliberação n.º 385/2023 – Proposta n.º 266/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da República da Guiné Bissau, n.ºs 15, 15A, 15B e 15C - R/C Esq. cave, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 31 (ver ponto 5).



- 8. Deliberação n.º 386/2023 – Proposta n.º 267/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.º 25 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 32 (ver ponto 5).

- 9. Deliberação n.º 387/2023 – Proposta n.º 268/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Flávio Resende, n.ºs 1, 1A, 1B e 1C – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 33 (ver ponto 5).

- 10. Deliberação n.º 388/2023 – Proposta n.º 269/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 14 – 9.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34 (ver ponto 5).

- 11. Deliberação n.º 389/2023 – Proposta n.º 270/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Casal de Bolinhos, Brejos de Azeitão, Rua José Fontana, n.º 12, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 35 (ver ponto 5).

- 12. Deliberação n.º 390/2023 – Proposta n.º 271/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta dos Vidais, Rua Falcão Machado, Lote 11 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 36 (ver ponto 5).

- 13. Deliberação n.º 391/2023 – Proposta n.º 272/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Plátanos, Lote 5, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 37 (ver ponto 5).



**14. Deliberação n.º 392/2023 – Proposta n.º 273/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Jorge, n.º 9, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 38 (ver ponto 5).

**15. Deliberação n.º 393/2023 – Proposta n.º 274/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.º 25 – 4.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 39 (ver ponto 5).

**16. Deliberação n.º 394/2023 – Proposta n.º 275/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Canes, Vale da Rosa, Lote 2, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 40 (ver ponto 5).

**17. Deliberação n.º 395/2023 – Proposta n.º 276/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Herdade de Negreiros, Rua José Afonso, n.º 14 (antigo Lote 139) – 2.º Dto., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41 (ver ponto 5).

**18. Deliberação n.º 396/2023 – Proposta n.º 277/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Ladeira das Fontainhas, n.º 25, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42 (ver ponto 5).

**19. Deliberação n.º 397/2023 – Proposta n.º 278/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro Dias e Areias, Rua Flávio Resende, n.ºs 13, 13A e 13B – 5.º Dto. Rec., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43 (ver ponto 5).



**20. Deliberação n.º 398/2023 – Proposta n.º 279/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua 9 de Abril, n.ºs 38 e 40 - Moradia Esq., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44 (ver ponto 5).

**21. Deliberação n.º 399/2023 – Proposta n.º 280/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Infante D. Henrique, n.º 6 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45 (ver ponto 5).

**22. Deliberação n.º 400/2023 – Proposta n.º 281/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua da Misericórdia, n.º 4, tornejando para o Largo do Forno, n.º 6 - R/C,  
em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46 (ver ponto 5).

**23. Deliberação n.º 401/2023 – Proposta n.º 282/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Camilo Castelo Branco, n.ºs 34, 35 e 36, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47 (ver ponto 5).

**24. Deliberação n.º 402/2023 – Proposta n.º 283/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua de Almada, n.º 16 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48 (ver ponto 5).

**25. Deliberação n.º 403/2023 – Proposta n.º 284/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Ariovisto José Valério, n.º 11, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 5).



**26. Deliberação n.º 404/2023 – Proposta n.º 285/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 36 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 5).

**27. Deliberação n.º 405/2023 – Proposta n.º 286/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro, n.º 21, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51 (ver ponto 5).

**28. Deliberação n.º 406/2023 – Proposta n.º 287/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 9.º E, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 5).

**29. Deliberação n.º 407/2023 – Proposta n.º 288/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Silva Porto, n.ºs 19 e 19A - Cave, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 5).

**30. Deliberação n.º 408/2023 – Proposta n.º 289/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Jacarandás, Lote 1, Bloco 1C - R/C Esq., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 5).

**31. Deliberação n.º 409/2023 – Proposta n.º 290/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Acácio Barradas, n.ºs 8, 8A a 8C, tornejando para o Passeio da Misericórdia, n.ºs 2, 2A a 2C – 3.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 5).



**32. Deliberação n.º 410/2023 – Proposta n.º 291/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Associação de Moradores, n.º 42 - Duplex Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 5).

**33. Deliberação n.º 411/2023 – Proposta n.º 292/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Acácio Barradas, n.ºs 8, 8A a 8C, tornejando para o Passeio da  
Misericórdia, n.ºs 2, 2A a 2C – 1.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 5).

**34. Deliberação n.º 412/2023 – Proposta n.º 293/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Comendador Lino da Silva, n.ºs 7A e 7B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 5).

**35. Deliberação n.º 413/2023 – Proposta n.º 294/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida 5 de Outubro, n.º 27, letras Q e R - R/C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 5).

**36. Deliberação n.º 414/2023 – Proposta n.º 295/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida 5 de Outubro, n.º 27, letra P - R/C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 5).

**37. Deliberação n.º 415/2023 – Proposta n.º 296/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida 5 de Outubro, n.º 27, letra I - R/C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 5).



**38. Deliberação n.º 416/2023 – Proposta n.º 297/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida 5 de Outubro, n.º 27, letra S - R/C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 5).

**39. Deliberação n.º 417/2023 – Proposta n.º 298/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida São Francisco Xavier, Lote 1 – 1.º L, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63 (ver ponto 5).

**40. Deliberação n.º 418/2023 – Proposta n.º 299/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Quinta do Bom Pastor, Castanhos, Lote 28, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 64 (ver ponto 5).

**41. Deliberação n.º 419/2023 – Proposta n.º 300/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Frei António das Chagas, n.º 49 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65 (ver ponto 5).

**42. Deliberação n.º 420/2023 – Proposta n.º 301/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Almeida de Carvalho, n.º 1, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66 (ver ponto 5).

**43. Deliberação n.º 421/2023 – Proposta n.º 302/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praceta Sá da Bandeira, n.º 5 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67 (ver ponto 5).



**44. Deliberação n.º 422/2023 – Proposta n.º 303/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Alameda dos Álamos, n.º 5 - B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68 (ver ponto 5).

**45. Deliberação n.º 423/2023 – Proposta n.º 304/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Casais da Serra, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69 (ver ponto 5).

**46. Deliberação n.º 424/2023 – Proposta n.º 305/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Coração de Maria, n.º 3 – 4.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70 (ver ponto 5).

**47. Deliberação n.º 425/2023 – Proposta n.º 306/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida Pedro Álvares Cabral, n.º 3 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71 (ver ponto 5).

**48. Deliberação n.º 426/2023 – Proposta n.º 307/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida das Descobertas, n.º 11 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72 (ver ponto 5).

**49. Deliberação n.º 427/2023 – Proposta n.º 308/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Senhor Jesus dos Navegantes, n.º 20 - R/C e 1.º andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 5).



**50. Deliberação n.º 428/2023 – Proposta n.º 309/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Família Marques, n.ºs 83 e 83A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 5).

**51. Deliberação n.º 429/2023 – Proposta n.º 310/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua da Madalena, Lote 17, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75 (ver ponto 5).

**52. Deliberação n.º 430/2023 – Proposta n.º 311/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Vale de Andeiro, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76 (ver ponto 5).

**53. Deliberação n.º 431/2023 – Proposta n.º 312/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Jorge Claro, n.º 4 – 2.º andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 5).

**54. Deliberação n.º 432/2023 – Proposta n.º 313/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praceta António Enes, n.ºs 10 e 10A e Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º  
7 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 5).

**55. Deliberação n.º 433/2023 – Proposta n.º 314/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua do Monte, n.º 12 – 4.º D61, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79 (ver ponto 5).



- 56. Deliberação n.º 434/2023 – Proposta n.º 315/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4, 5 e 6 e Rua Jorge Claro, n.ºs 8, 10, 12 e 14 – 5.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80 (ver ponto 5).

- 57. Deliberação n.º 435/2023 – Proposta n.º 316/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Major Pedroso Gamito, n.º 53 e n.º 55, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 5).

- 58. Deliberação n.º 436/2023 – Proposta n.º 317/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Tebaida, n.º 2 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82 (ver ponto 5).

- 59. Deliberação n.º 437/2023 – Proposta n.º 318/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Henrique Cabeçadas, n.º 31 e Rua Clube Setubalense, n.º 6 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 83 (ver ponto 5).

- 60. Deliberação n.º 438/2023 – Proposta n.º 319/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, n.º 35, tornejando para a Rua dos Marmeleiros, n.º 16 – 2.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 5).

- 61. Deliberação n.º 439/2023 – Proposta n.º 320/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Professor Bento de Jesus Caraça, n.ºs 168 a 168-G (3.º Esq.) e 170 a 170-I (Garagem n.º 5), em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85 (ver ponto 5).



**62. Deliberação n.º 440/2023 – Proposta n.º 321/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Santas, Rua Dr. Francisco José Guerra, Lote 29, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86 (ver ponto 5).

**63. Deliberação n.º 441/2023 – Proposta n.º 322/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua José Luciano de Carvalho, n.º 2 e Largo Celestino Rosado Pinto, n.º  
5 – 6.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87 (ver ponto 5).

**64. Deliberação n.º 442/2023 – Proposta n.º 323/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Pinhal de Negreiros, Brejos de Azeitão, Lote 29, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88 (ver ponto 5).

**65. Deliberação n.º 443/2023 – Proposta n.º 324/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Pinhal de Negreiros, Brejos de Azeitão, Lote 26, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89 (ver ponto 5).

**66. Deliberação n.º 444/2023 – Proposta n.º 325/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Pinhal de Negreiros, Brejos de Azeitão, Lote 25, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 5).

**67. Deliberação n.º 445/2023 – Proposta n.º 326/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Pinhal de Negreiros, Brejos de Azeitão, Lote 28, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 5).



**68. Deliberação n.º 446/2023 – Proposta n.º 327/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Pinhal de Negreiros, Brejos de Azeitão, Lote 27, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 5).

**69. Deliberação n.º 447/2023 – Proposta n.º 328/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Camilo Castelo Branco, n.º 132 - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93 (ver ponto 5).

**70. Deliberação n.º 448/2023 – Proposta n.º 329/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praça General Luís Domingues, n.ºs 14 a 17, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94 (ver ponto 5).

**71. Deliberação n.º 449/2023 – Proposta n.º 330/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Sítio da Palhavã, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 5).

**72. Deliberação n.º 450/2023 – Proposta n.º 331/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Avenida D. Pedro V, n.º 8 – 5.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 5).

**73. Deliberação n.º 451/2023 – Proposta n.º 332/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.ºs 20 a 32 - Bloco A, 2.º Dto., em  
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 5).



**74. Deliberação n.º 452/2023 – Proposta n.º 333/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Escola de Brejos de Clérigos - R/C e 1.º andar, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 5).

**75. Deliberação n.º 453/2023 – Proposta n.º 334/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua do Vale de Cerejeiras, n.º 12 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99 (ver ponto 5).

**76. Deliberação n.º 454/2023 – Proposta n.º 335/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Vale de Mulatas, Sítio das Casas Amarelas, Lote 84, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100 (ver ponto 5).

**77. Deliberação n.º 455/2023 – Proposta n.º 336/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Professor Hernâni Cidade, n.º 3 – 1.º J, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101 (ver ponto 5).

**78. Deliberação n.º 456/2023 – Proposta n.º 337/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praceta José Romão Santos Ferro, n.º 21 – 2.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102 (ver ponto 5).

**79. Deliberação n.º 457/2023 – Proposta n.º 338/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Gil Eanes, n.º 25 - R/C tardoz, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103 (ver ponto 5).



**80. Deliberação n.º 458/2023 – Proposta n.º 339/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Luís Pereira de Almeida, Lote 9 e Parque Dr. Manuel Constantino Gois, n.º 7 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104 (ver ponto 5).

**81. Deliberação n.º 459/2023 – Proposta n.º 340/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Soeiro Pereira Gomes, n.º 76, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105 (ver ponto 5).

**82. Deliberação n.º 460/2023 – Proposta n.º 341/2023 – Alteração de conta – IBAN dedicado**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**83. Deliberação n.º 461/2023 – Proposta n.º 342/2023 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 2.ª ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades Municipal e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 107 a 111.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que pedia escusa da votação, por questões éticas e profissionais.

**Sr. Presidente** – Disse que a senhora vereadora não participaria na votação.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 5 abstenções, 3 do PS e 2 do PPD/PSD.

**84. Deliberação n.º 462/2023 – Proposta n.º 04/2023 – DRH/DIDEC – Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal de Setúbal – Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente – Composição**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta conforme documento anexo registado sob o n.º 112.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



**85. Deliberação n.º 463/2023 – Proposta n.º 05/2023 – DRH – 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2023**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta conforme documento anexo registado sob o n.º 113.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**86. Deliberação n.º 464/2023 – Proposta n.º 06/2023 – DRH/DIGAT – Autorização para abertura de procedimentos concursais para cargos de Direção Superior de 1.º grau e de Direção Intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau e designação da correspondente composição do júri de recrutamento**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 114.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**87. Deliberação n.º 465/2023 – Proposta n.º 02/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**88. Deliberação n.º 466/2023 – Proposta n.º 344/2023 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor dos S.M.S. - Contrato de entrega e receção de resíduos sólidos urbanos (RSU) e recolha seletiva para valorização, tratamento e destino final**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 116 a 119.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**89. Deliberação n.º 467/2023 – Proposta n.º 05/2023 – DEB/DIAPE – Apoio Financeiro aos Agrupamentos de Escolas do Concelho para despesas de funcionamento - Manutenção e Reparação de Equipamentos de Cozinha, referente ao ano 2022/2023**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 120, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**90. Deliberação n.º 468/2023 – Proposta n.º 06/2023 – DEB – Adenda aos Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 121 a 130.

**Sra. Vice-presidente** – Disse que tinham encetado um processo com os diretores de discussão daquele protocolo, paulatinamente a Câmara tinha vindo a assumir responsabilidades e a última que tinha vindo àquela Câmara Municipal tinha sido o concurso para a adjudicação de serviço a empresas de limpeza nos agrupamentos.

Portanto, a Câmara tinha feito um concurso por lotes, como os senhores vereadores sabiam, e tinham aprovado a adjudicação. O contrato que as escolas tinham anteriormente, para aquela tarefa, tinha deixado de estar válido e a Câmara tinha assumido essa responsabilidade.

Faziam transferências mensais com esse objetivo e a partir da altura em que a empresa entrou em funções, tinha deixado de ser necessária, portanto, atualizaram naquele quadro os valores que atualmente seriam necessários transferir. Também se tinha colocado a questão dos equipamentos das cozinhas e dos refeitórios e tinha sido proposto que, à semelhança daquilo que era feito no 1.º ciclo, também fosse feito para o 2.º ciclo, o que para eles fazia todo o sentido.

Propunham a atribuição da mesma verba para cada um dos refeitórios que estavam sobre a responsabilidade da Câmara.

Salientou que não apareciam aqueles que eram da responsabilidade da Parque Escolar, porque, nesse caso, a Câmara utilizava as instalações, mas não tinha a propriedade dos equipamentos, pelo que seria a Parque Escolar responsável pela sua manutenção.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**91. Deliberação n.º 469/2023 – Proposta n.º 343/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 11/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para fornecimento contínuo de aquisição de peças auto para manutenção e reparação de viaturas ligeiras por 24 meses – Adjudicação**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 131 a 134, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**92. Deliberação n.º 470/2023 – Proposta n.º 345/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor dos S.M.S. - “Aquisição de licença do software informático SAP RISE (ERPS4/HANA) e contratação de prestação de serviços de implementação de todo o sistema informático, garantido a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais, pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, decorrente da reversão do contrato de concessão em vigor” - RETIRADA**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho propôs que a proposta fosse retirada, considerando a ausência do senhor Vereador Carlos Rabaçal, que depois estaria em condições de fazer a sua argumentação e exposição com melhores condições.

A proposta foi retirada, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 135 a 138.

**93. Deliberação n.º 471/2023 – Proposta n.º 10/2023 – DCDJ – Feira de Sant’iago 2023 – Edital**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 139 e 140.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que convinha salientar, considerando o edital da edição de 2022 que, fundamentalmente, era uma questão que decorria daquela proposta, nomeadamente o número de dias da edição para 2023 que se propunha e que, nesse sentido fazia com que a edição proposta tivesse um período mais alargado do que a edição de 2022 tinha tido. Tal como tinham dito e as motivações que também tinham estado na base, estavam ainda num período pós-Covid e, portanto, com base naquilo que tinha sido a apreciação dos serviços, na análise e de uma discussão aprofundada, propunha-se que naquele ano a edição de 2023 decorresse entre os dias 21 de julho a 6 de agosto de 2023.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que queria saudar o facto daquela proposta devolver os 16 dias ao certame, aquilo que sempre tinham defendido, pelo menos 15 dias de certame. Nos mandatos anteriores, tinha havido uma decisão de reduzir a duração dos dias da feira. Tinha sido considerado um erro, pela anterior Presidente. Tinham vindo a ser repostos os dias normais e de tradição. Tinham percebido as razões que tinham sido invocadas pelo senhor Vereador Pedro Pina, para a redução na anterior edição, embora com a discordância deles e, portanto, saudavam o facto de a feira regressar com a duração tradicional. Era bom para feirantes, era bom para quem visitava o certame, portanto iam votar favoravelmente aquela proposta.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**94. Deliberação n.º 472/2023 – Proposta n.º 11/2023 – DCDJ/DISOC – Aprovação do Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 141 e 142.



**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que aquela era uma proposta, que na sequência do processo de transferência de competências decorria daquilo que era objetivamente uma condição para a concretização daquele processo. Aproveitou, porque a par da próxima proposta, decorria de um processo de aprofundamento e discussão dos serviços da Câmara Municipal - que saudou por aquele trabalho-, que tinham vindo a realizar um trabalho complexo, um trabalho que tinha sido de enorme empenho, de enorme competência técnica, e que objetivamente tinha a sua complexidade, uma complexidade que não podia deixar de ser referida. Uma complexidade que era abrangente a um processo que tinha tocado todos os municípios, de norte a sul do país, não era uma especificidade daquela autarquia, e bem demonstrativo disso, as dificuldades e, também, as circunstâncias que se podiam manifestar numa análise rápida sobre a forma como também muitos municípios, quer de proximidade no quadro da península, quer na área Metropolitana quer, enfim, um pouco por toda a parte, na perceção e na concretização daquele processo. Aquelas duas propostas, nomeadamente aquela que traziam à discussão, faziam com que fosse objetivamente fundamental a aprovação do Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, comumente traduzido naquela sigla de SAAS, e aquelas circunstâncias que decorriam da transferência de competências, bem como do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, previam também, a inscrição naquele mesmo regulamento, matérias que tinham a ver quer com o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, bem como, com o Rendimento Social de Inserção.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que ia dividir a sua intervenção em duas partes. Uma primeira comum, quer àquela proposta de regulamento, quer às duas propostas seguintes, e outra sobre o conteúdo do regulamento em si.

No passado dia 25 de janeiro, tinham aprovado em reunião da Câmara, uma proposta para recolha de contributos de interessados para a construção daqueles três regulamentos. Das três propostas de regulamentos que lhes eram apresentadas, quer daquelas, quer das duas que analisariam de seguida, resultava que não tinham sido recebidos quaisquer contributos e, por isso, interessava em primeiro lugar saudar os serviços do município que, no prazo de uma semana, construíram as propostas que naquele dia iam votar. Fossem os decisores políticos tão céleres, aqueles documentos certamente já teriam sido apresentados em 2022, como o tinham feito a maior parte dos municípios.

Estranhavam que tivesse sido tomada a decisão de pedir contributos de interessados. As IPSS da cidade que atuavam no âmbito da ação social não tinham sido diretamente convidadas a participar. Nos diversos contactos que tinham vindo a fazer junto das IPSS do concelho, não tinham falado com uma única instituição que tivesse, sequer, tido conhecimento daquela abertura do Município, para a receção de contributos para a construção dos regulamentos.

Olhando especificamente para o regulamento, que lhes parecia muito semelhante ao de outros municípios, como era o caso de Silves ou do Barreiro, disse que no artigo 14.º, referente à constituição da equipa técnica, pensavam ser pertinente quantificar o número de técnicos e as áreas específicas de formação. A indicação de área de Ciências Sociais e Humanidades, abria a possibilidade de integrar técnicos com formação em Economia, Geografia ou Ciência Política entre outras, que na verdade eram Ciências Sociais, mas não tinha enquadramento naquele âmbito. Portanto, parecia-lhes que seria importante haver essa especificação.

Ainda no mesmo artigo, o artigo 14.º, parecia-lhes relevante também esclarecer se a intervenção técnica do SAAS, teria ajudantes de ação direta, uma vez que os mesmos não apareciam referidos. Apareciam apenas os técnicos e um coordenador ou coordenadora. Depois no artigo 21.º, no ponto 1, acreditavam que, deveria constar uma alínea final referente à avaliação da intervenção que era feita. Ainda nesse artigo, no ponto 3, parecia-lhes ser redundante a existência de um processo em suporte físico. Era uma redundância que não tinham encontrado em regulamentos de outros municípios e que acabava por resultar numa duplicação de trabalho e na utilização desnecessária de recursos, nomeadamente na

ocupação do espaço e nos gastos com consumíveis. Pensavam, ainda, que faltava um artigo no regulamento, que pudesse enquadrar especificamente a contratualização, no âmbito da intervenção social, especificamente nos moldes de funcionamento do NLI, que era o núcleo onde eram apresentados e aprovados os contratos de inserção. Faltava, também, um artigo que especificasse os indicadores de referência de gestão territorial a apresentar no CLAS, e aquela definição clara dos indicadores era aquilo que ia permitir, efetivamente, terem um maior rigor e uma avaliação verdadeiramente objetiva.

Disse que não eram só eles que consideravam ser relevante saber exatamente o que se estava a medir, na medida em que outros municípios que já tinham construído também os seus regulamentos, integraram nos seus regulamentos aqueles indicadores de uma forma muito clara.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que também ia dividir a sua intervenção em duas partes.

Primeiro porque, percebiam que ao Partido Socialista o que o movia era criar dificuldades naquele processo. Não tinha feito questão de o frisar mas, ainda, naquela manhã, tinha havido oportunidade dos serviços da Câmara Municipal, com a sua presença, de reunir com três das instituições a quem propunham a manutenção de protocolos na ação social e que não só tinham manifestado a extraordinária relação em todo aquele processo, onde obviamente aqueles regulamentos se inscreviam. Era extraordinário, quando percebiam que ao Partido Socialista, que tinha a responsabilidade direta no processo de transferência de competências, o que o movia no que dizia respeito à Câmara Municipal, era não só gerar confusão como, inclusive, instigar instituições sobre as questões regulamentares. Mas isso era uma questão que ficaria para a discussão política. O que era fundamental eram outras coisas e, sobretudo, a forma como a Câmara Municipal, ao contrário daquilo que o Estado Central, na relação direta com as instituições, não tinha sido capaz de fazer até ao momento, e que, naquele momento, os senhores vereadores vinham em rigor legalistas fazer.

Disse que o senhor Vereador tinha que concretizar, falava em generalidades. Questionou, na Península de Setúbal à exceção do Município do Barreiro, o que é que conhecia do ponto de vista dos regulamentos aprovados. O senhor fazia afirmações gratuitas. Por exemplo, na passada sexta-feira, tinham estado num encontro, em matéria de transferências de competências, com as autarquias no país inteiro, porque aquela era uma matéria que afetava a todos, transversalmente. E o que qualquer autarca, de qualquer área partidária queria era que aquelas coisas acontecessem de uma forma tranquila, gerando a maior consensualidade. Portanto, havia duas coisas que moviam aquele executivo. Primeiro a forma transparente com que trabalhava com as instituições. E se os senhores, efetivamente, estavam preocupados em ajudar no processo de transferências, era bom que em vez de estarem a querer acicatar os processos, quando diziam que as instituições não tinham sido contactadas, o senhor Vereador estava profundamente mal informado. Questionou se sabia há quanto tempo as instituições dialogavam com a Câmara Municipal, sobre todas as matérias, sobre todas aquelas questões, e as instituições eram também entidades de direitos e de deveres. Questionou se queria por as instituições contra a Câmara, queria vir dizer *“ai sabem, nós bem dizíamos, vejam lá os malandros da Câmara Municipal, não perguntaram às instituições, objetivamente, os contributos que querem dar”*. O senhor Vereador, que era um homem cuidadoso, atento, que estudava os dossiers, sabia, objetivamente, que a grande maioria daquele regulamento era baseado no estereótipo do documento protótipo da Segurança Social. Portanto, a Câmara Municipal de Setúbal, não tinha inventado nenhum clausurado. A Câmara Municipal de Setúbal não tinha construído um regulamento da sua cabeça. Lamentava profundamente que os senhores vereadores relativamente àquela matéria, em vez de quererem ser parte de um processo, que achava que deveria ter merecido da parte da bancada do Partido Socialista um pedido de desculpas ao executivo municipal, porque se os senhores tinham andado a falar com as instituições, pensava que lhes teria sido dito a forma transparente com que aquele processo tinha sido feito e muito bem acompanhado e muito bem discutido e que agora ia ser possível, se calhar, responder a muitas das expectativas das



instituições, que até ao momento não era possível. Lamentava, que se o senhor queria contribuir para uma solução viesse com as legalidades e com questões.

O governo suportado pelo Partido Socialista, ainda nem sequer tinha publicado a portaria daquilo que tinha sido aprovado pela Associação Nacional de Municípios, onde eram inscritos os valores que supostamente iriam alterar aquilo que era a grelha e os mapas dos valores relativamente às câmaras municipais. As câmaras municipais, naquele momento, ainda estavam a negociar com as instituições, com base naquilo que eram os valores anteriores, porque não podia estar a falar com as instituições com base numa suposição, com a ausência de decreto-lei ou com ausência de portaria sobre aquela matéria.

Portanto, não conseguia compreender de todo como é que o Partido Socialista se queria posicionar naquela matéria. Se o Partido Socialista se queria posicionar, criando *“fait-divers”*, relativamente àquela matéria, querendo encontrar pequenos detalhes, que eventualmente pudessem beliscar aquele processo. Voltou a dizer que ainda naquele dia, aquela autarquia reuniu e onde tinha estado presente com a chefe de divisão e uma técnica superior, com três das instituições que iam continuar, por proposta da Câmara Municipal, a trazer àquela autarquia, a discutir, todos os procedimentos. Nenhuma tinha dito o que quer que fosse, aliás tinham feito questão de perguntar, se havia alguma questão sobre os regulamentos: *“ não, não, estava excepcional, queremos parabenizar a Câmara Municipal”*, e os senhores iam ali dizer que tinham falado com as câmaras e as instituições diziam que nem sequer tinham sido consideradas ou auscultadas naquele processo: *“francamente, francamente”*, dava vontade de contactar as instituições todas e dizer se as instituições estavam interessadas naquilo que o senhor perguntava ali, ou saber se durante 20 anos tiveram os processos a não ser revistos, e se tiveram a debater-se com fragilidades, que atualmente provocavam enormes transtornos nas instituições, que tinham défice no funcionamento das instituições, como bem sabia e como sabiam os vereadores daquela bancada, em que as respostas de Rendimento Social de Inserção ou que as respostas de ação social eram deficitárias para as instituições, e que não tinham sido revistas, e os senhores do Partido Socialista em vez de serem parte da solução queriam criar ruído, era lamentável. E isso não tinha nada a ver com a legitimidade que o senhor tinha de chegar ali e dizer: *“ senhor Vereador, senhor Presidente, gostávamos aqui, se calhar, não tiveram em atenção, há aqui um detalhe que valeria a pena inscrever no documento”*, com certeza, naquele ou em outro qualquer, isso fazia parte, poderia haver algum erro, algum detalhe, agora a atitude e a forma como que desde o dia 1 de abril do ano anterior, os senhores que os tinham insultado, que os tinham chamado de incompetentes, com artigos nos órgãos de comunicação social por não terem aceite as transferências de competências, como estava possível identificar de várias formas, que tinham dito que a Câmara não tinha aceite a transferência de competências por não ter acautelado, quando sabiam que à exceção do município, na península de Setúbal, de Alcochete e do Montijo, mais nenhum outro município tinha aceite a transferência de competências e, portanto, os municípios de grande dimensão populacional, demográfica, onde efetivamente as matérias de Rendimento Social de Inserção, ou as matérias de SAAS eram de facto complexas, sabiam disso, aliás, os senhores sabiam disso, o Governo do Partido Socialista sabia disso, e tanto sabia disso que só em dezembro daquele ano tinha sido possível estabelecer um acordo com a Associação Nacional de Municípios, mesmo ainda com muitas dificuldades. Mesmo naquele processo, que era um processo que tinha sido transparente, os senhores vinham ali dizer: *“mais isto e mais aquilo”*. Portanto, não compreendia, sinceramente, as questões que o senhor levantava, em matéria, enfim, das dúvidas e das reservas todas que tinha, nomeadamente em querer colocar ali um ónus, na relação entre a Câmara Municipal e as instituições. Porque se havia coisa que efetivamente tinha funcionado de uma forma transparente, clara e de salutar, era a relação da autarquia com as instituições relativamente ao regulamento. Se havia questões de precisão no regulamento que o senhor considerava, estava disponível para ver e para ouvir, agora aquilo era baseado numa minuta que era atribuída e que fazia parte do dossier de transferência de competências para a Câmara Municipal e, portanto, era com base nessa minuta que a Câmara Municipal tinha feito aquele regulamento e o outro regulamento que a seguir discutiriam.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que tinham tido ali um momento de teatro, de mau teatro, o senhor Vereador não tinha mesmo jeito para representar. Tinha tentado desviar, obviamente, a atenção daquilo que tinha sido dito pela bancada do Partido Socialista.

A bancada do Partido Socialista tinha levantado aquela questão e o senhor Vereador Joel Marques poderia a seguir voltar a fazer a intervenção, tinha dividido a intervenção em dois momentos. Um segundo momento em que levantava questões relativamente ao projeto, e quanto a isso o senhor Vereador Pedro Pina já tinha dito que da sua parte, da parte do executivo, existia toda a disponibilidade para analisar e acolher, provavelmente, essas propostas. Aliás, aquele era um projeto que iria para discussão pública e, portanto, era uma análise que tinha sido feita por parte dos vereadores do Partido Socialista e, nesse segundo momento, as questões tinham sido levantadas e, portanto, quanto a isso não se tratava de criar ruído, de andar à procura de pequenas coisinhas, não. Tratava-se de trazer contributos, sobre um projeto que se considerava que alguma parte não estava devidamente redigido, ou que não acautelava todas as situações. E, tinha sido nesse sentido que a intervenção tinha sido feita.

Depois havia uma primeira intervenção, e percebia que o senhor Vereador tivesse levantado a voz, se tivesse exaltado relativamente àquela matéria, precisamente para desviar a atenção da questão que tinha sido levantada. É que sobre isso o senhor Vereador não tinha dado uma única palavra.

A questão da relação que existia com a Câmara Municipal e com as associações não estava em causa. Tinham ido para o terreno, tinham ouvido as instituições e aquilo que lhes tinha sido dito era que existia da parte da autarquia, da parte dos técnicos da autarquia, da parte do senhor Vereador, todo o interesse em que aquele processo decorresse com normalidade, e esse esforço tinha sido feito, ninguém ali tinha dito o contrário. O senhor Vereador é que estava a tentar criar ruído, dizendo que eles estavam a colocar as instituições contra a Câmara e a Câmara contra as instituições, não era verdade.

A questão era muito simples, não era isso que estava em causa, o que estava em causa era a deliberação que ali tinha sido tomada no dia 25 de janeiro e o senhor Vereador trouxe ali uma proposta sobre a qual, os vereadores do Partido Socialista tinham levantado muitas dúvidas, porque era ouvir a sociedade civil, ouvir as entidades, sobre uma mão cheia de nada, era ouvir, para construir os projetos, queria ouvir, sem qualquer tipo de projeto. E nenhuma instituição, tinha sido isso que tinha dito o senhor Vereador Joel Marques e repetiu, nenhuma instituição, tinha tido conhecimento da deliberação que ali tinha sido aprovada, na Câmara. Portanto, se nenhuma instituição tinha tido conhecimento como é que podia ter dado contributos relativamente àquilo que tinha sido aprovado em reunião da Câmara. Aquilo que tinham aprovado ali em reunião da Câmara, tinha sido *“letra morta”*, não tinha servido para nada.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que efetivamente gostariam, quer sobre aquela temática, quer sobre as outras, que as sugestões que eram apresentadas pelos vereadores do Partido Socialista, aliás, pelos vereadores da oposição como um todo, fossem encaradas como oportunidades de melhoria dos documentos e das propostas que ali lhes eram trazidas, e não como um ataque à integridade do trabalho que ali era feito, mas, enfim, o senhor vereador Pedro Pina parecia querer ter um entendimento diferente.

Disse que não conhecia uma transferência de competências para a Península de Setúbal, e uma transferência de competências para o resto do país e, por isso mesmo, tinha afirmado anteriormente, que tinham analisado diversos regulamentos que existiam e tinha dado dois exemplos. O exemplo do Barreiro, que era uma autarquia do Partido Socialista e que era da península, onde o Partido Socialista tinha uma maioria absolutíssima, mas tinha dado, também, o exemplo de Silves, que era uma autarquia liderada pelo PCP, com uma maioria também absoluta e que, também, já tinha o seu regulamento feito. Todos os regulamentos tinham sido feitos com base na mesma minuta, no mesmo clausulado, como o senhor Vereador Pedro Pina tinha dito, mas a Câmara Municipal tinha optado por colocar uns artigos,



e por retirar outros, portanto, tinha feito o ajustamento que tinha entendido que era válido e, portanto, tinha sido com base também nesse ajustamento, e comparando com aquilo que eram regulamentos que existiam, e aprovado por outros municípios, que tinham feito as suas observações, e que tinham colocado aquelas que eram as oportunidades de melhoria do documento, que o senhor Vereador Pedro Pina e a Câmara, se assim o entendessem, poderiam acolher. Mas já que o senhor Vereador insistia tanto em falar na Península de Setúbal, disse que a Câmara de Palmela, uma Câmara do Partido Comunista, ali ao lado, tinha iniciado o procedimento de elaboração do regulamento interno, do SAAS, exatamente com o mesmo princípio, que o Senhor Vereador quis trazer para a elaboração daquele regulamento, ouvindo as instituições, abrindo um período de recolha de contributos, no dia 21 de setembro de 2022, e, portanto, tinha tido oportunidade de recolher os seus contributos, não sabia se já teria aprovado o regulamento, ou não, mas pelo menos tinha tido tempo para o construir.

O que tinham registado na Câmara de Setúbal era que, se não tivesse ocorrido a prorrogação, que resultava do decreto-lei que tinha sido publicado no dia 29 de dezembro de 2022, no dia 1 de janeiro, teriam tido competências transferidas e não tinham, ainda, os regulamentos, mas poderiam não os ter construído. A Câmara de Palmela, ali ao lado, tinha começado a trabalhar nesse sentido ainda em setembro. Eles no dia 25 de janeiro, tinham recebido uma proposta que tinham votado, proposta essa que abria a possibilidade ao acolhimento de contributos para a construção de um regulamento, de acordo com o senhor Vereador era quase *“chapa cinco”*, e, portanto, *“limam-se umas arestas, põem-se uns artigos, retiram-se umas alíneas e o regulamento é praticamente transversal”*, para a construção de um regulamento que, de acordo com o senhor Vereador era praticamente *“chapa cinco”*, abriu-se um período de auscultação de interessados, mas não se tinha dito aos principais interessados naqueles regulamentos que poderiam contribuir. E era verdade que o senhor Vereador Pedro Pina lhes podia dizer: *“bom, mas podem após a aprovação do regulamento, têm 30 dias no período de discussão pública para apresentar os seus contributos”*, era um facto, tinha sido precisamente aquilo que tinham dito no dia 25 de janeiro e, ainda assim, tinham aprovado uma proposta para que fossem recolhidos contributos. Só se tinham esquecido de divulgar que esses contributos podiam ser recolhidos.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que lamentava que quando as bancadas solicitavam documentos não os lessem. Na passada semana, tinha entregue um documento às duas bancadas daquela Câmara, sobre os diferentes movimentos realizados pelos serviços da Câmara Municipal com as instituições. A não ser que o senhor vereador tivesse estado nas reuniões com as instituições, que tinham começado muito antes de 21 de setembro, já que tinha citado Palmela e depois caía na tentação de dizer: *“bom em Palmela começaram a 21 de setembro”*, em Setúbal não tinham começado a 21 de setembro. Se lesse a grelha do trabalho que lhe tinha sido entregue, o processo iniciado para a consumação da transferência de competências tinha começado em março de 2022, quer com o Centro Distrital de Segurança Social, acompanhando o dossier de transição, quer com as instituições, as que tinham protocolos com a Segurança Social e as que tinham entendido que deviam reunir com elas quer, posteriormente, individualmente com todas as instituições e, portanto, o processo para a transferência de competências, onde também se inscreviam, obviamente, os regulamentos, tinha começado muito antes de setembro. E, os senhores não deixavam de continuar a insistir na ideia de que havia má vontade, que não havia competência técnica, porque era uma questão procedimental. E, isso não correspondia à verdade. Uma coisa era uma análise, fazia lembrar um bocadinho a história da APAV no outro dia, uma coisa era o senhor ter uma opinião e querer dar um contributo, outra coisa era o senhor dizer que tinha havido incompetência. Eram coisas distintas. O senhor tinha competência, era uma pessoa atenta e dizia: *“eu acho que li e parece-me que se calhar houve aí um descuido, e que vocês na alínea ou no artigo podiam aqui considerar e vocês não consideraram”*, e, estavam dispostos, não tinha registado tudo na sua intervenção, pediu desculpa, e registavam. Uma outra coisa era aquilo que o senhor estava a querer dizer na primeira fase. O que a Câmara

Municipal tinha feito era um exercício que decorria de um princípio do Código do Processo Administrativo, portanto, era uma obrigatoriedade.

O grande problema não eram só as instituições, se o senhor era tão atento poderia fazer uma outra coisa, podia perguntar quais é que tinham sido as câmaras municipais da Península de Setúbal que tinham feito a mesma coisa. O senhor Vereador que fosse saber quem é que tinham sido as câmaras municipais da Península de Setúbal e da área Metropolitana, que tinham feito e posto à discussão como a Câmara Municipal de Setúbal tinha feito, porque o propósito maior não eram as instituições, as instituições obviamente que eram a parte mais interessada, mas era todo o cidadão que quisesse e manifestasse interesse em participar para a construção do regulamento. Essa é que era a questão fundamental que se inscrevia. Porque as instituições que eram parte interessada naquele processo tinham as mais diferentes formas de contribuir para a construção daquele documento e, portanto, essa era a questão fundamental. Podiam considerar que era efémero, não tinha tido qualquer interesse, como acontecia com a maior parte das questões. Aquela questão era abrir a quem quisesse ter o direito de participar, porque as instituições estavam em diálogo com eles em permanente. Qualquer instituição sabia que existia um regulamento, qualquer instituição sabia que ia ter que cumprir um regulamento, essa questão até lhe parecia uma questão colateral, porque as instituições eram parte interessada naquele processo. O que estava fundamentalmente ali e interessado em garantir era que perante a nova circunstância que as autarquias iam atualmente assumir e, por isso disse ao senhor vereador e era despido de qualquer questão, fizesse aquela avaliação, visse as autarquias que efetivamente tinham desencadeado aquele processo, como a Câmara Municipal de Setúbal tinha feito.

O senhor tinha dito que em Palmela estavam a discutir desde o dia 21 de setembro, questionou se tinham regulamento aprovado, se o Seixal, Almada, Moita, Sesimbra, tinham regulamento aprovado. Não tinham, portanto, eram levados àquela circunstância que efetivamente a complexidade daquele processo era mais relevante do que aquilo que pudesse parecer, e, portanto, estavam todos com dificuldades, estavam todos a aprender. Havia ali matérias que nem a própria Segurança Social conseguia ainda garantir, era difícil, não sabiam ainda indicadores do SAAS. Havia matérias que na própria plataforma só a partir de 31 de março iriam estar com capacidade para poder perceber.

Portanto, se queriam todos que aquele processo decorresse bem, tinham que estar todos empenhados. E, no que dizia respeito aos regulamentos, não era só pegar num exemplo, num exercício que tinha sido feito, aliás, independentemente, do facto do Barreiro tê-lo feito ou não, era muito difícil fazer e trabalhar no invisível. Como o senhor Vereador sabia, só tinham e, ainda, sem publicação em Diário da República, estar a fazer negociação com as instituições sem os valores publicados em portaria ou em decreto-lei, estava ali um senhor que era deputado também, na Assembleia da República, e sabia disso perfeitamente, não estavam publicados, questionou como é que as autarquias negociavam com as suas instituições, não existia publicação. Estavam a um mês e meio, era o próprio Governo que dizia na prorrogação que podia prorrogar até ao final de fevereiro, para uma execução que estava prevista a partir de 3 de abril. Como podia ver, os erros considerados relativamente àquela matéria, eram fundamentalmente de quem tinha construído todo aquele processo.

Reafirmou, da parte da consolidação do processo, estavam disponíveis para haver ajustes, contributos para o regulamento. Na forma que dizia respeito à relação com as instituições, e à abertura para considerar aqueles processos, pedia desculpa, mas achava que o tinham feito de uma forma totalmente transparente e empenhada para que decorresse da melhor maneira possível.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que aquilo que tinham sido as oportunidades de melhoria no documento que tinham identificado fariam chegar por escrito ao senhor Vereador Pedro Pina, para que com base num documento escrito, pudesse fazer a análise daquilo que eram as sugestões deles.

Mas não podia deixar de dizer que muito o espantava, que daquilo que tinha sido a sua intervenção, o senhor Vereador Pedro Pina tivesse querido fazer passar a ideia de que em



Palmela se tinha começado a trabalhar naquilo em setembro, ou que tivesse sido esse o sentido da sua intervenção. A questão era diferente e podia ler, para que a comunicação, fosse mais assertiva e para que não restassem dúvidas. Havia uma publicação no site do município de Palmela, datada de 23 de setembro e que dizia o seguinte: “O início do procedimento de elaboração do Regulamento Interno do SAAS, foi aprovado por unanimidade na reunião descentralizada de 21 de setembro”. O mesmo ali tinham aprovado não em março mas em 25 de janeiro do corrente ano, em Palmela tinha sido aprovado em reunião de 21 de setembro: “Nesta fase, quem quiser participar na elaboração do Regulamento pode constituir-se como interessado e apresentar os seus contributos até 10 dias úteis”. No fundo, era exatamente o mesmo procedimento que tinha ocorrido em Setúbal, mas com uma diferença significativa naquilo que eram os tempos de intervenção. Reforçou que, nunca nas intervenções deles tinha sido colocado em causa competência ou incompetência, fosse de que serviço fosse, havia factos e os factos eram absolutamente inegáveis. E, era um facto absolutamente inegável, que se não tivesse havido uma nova prorrogação do período, para a transferência de competências, entrariam naquele ano sem terem um regulamento feito, sem terem sequer dado início àquele processo que o senhor vereador Pedro Pina quis iniciar de uma determinada forma, no dia 25 de janeiro. Um processo que tinha sido iniciado exatamente da mesma forma ali ao lado, mas 4 meses antes. Tinha sido iniciado no dia 21 de setembro, e, portanto, isso era um facto que era absolutamente inegável, dessem as voltas que dessem àquilo que era o entendimento das dificuldades e, que naturalmente, também eram reconhecidas, e era por isso que o Governo tinha tomado a iniciativa de prorrogar novamente os prazos, para que a transferência de competências pudesse ser efetuada.

(Intervenção ininteligível)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse ao senhor Vereador Pedro Pina que não tinha sido para Setúbal especificamente, nem tinha sido para a Península de Setúbal, tinha sido para o país. O senhor Vereador insistia naquilo que era a comparação com municípios da Península de Setúbal, mas havia outros municípios no país que já tinham assumido aquela transferência de competências, que já tinham os seus regulamentos transferidos e até lhe tinha trazido um exemplo que era de uma câmara do Partido Comunista. Nem tinha trazido exemplos de câmaras do Partido Socialista, tinha trazido exemplos de câmaras que eram do Partido Comunista e que tinham exatamente a mesma visão, pelo menos assim o entendia daquilo que era a coerência histórica do Partido Comunista, relativamente àquelas questões que tinham exatamente o mesmo entendimento e a mesma leitura que o senhor Vereador tinha sobre as dificuldades que aquela temática trazia à gestão municipal.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Referiu que o senhor Vereador Fernando José tinha dito que fazia mau teatro, era verdade, de facto não tinha jeito para o teatro. Havia uma coisa que também não tinha jeito, que era para falsear e para dizer inverdades. A questão que fazia era se o município de Silves já tinha aceite as transferências de competências.

(Intervenção ininteligível)

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que o senhor Vereador gostava de baralhar as coisas: O que é que o facto de ter um regulamento feito tinha a ver com a aceitação de transferências e porque é que achava que insistia na Península de Setúbal? Se aquilo fosse um problema específico ou se fosse uma dificuldade específica ou se fosse um procedimento específico do Município de Setúbal, porque é que outras autarquias - embora algumas tivessem feito determinado caminho - do Partido Socialista também não as tinham feito? Era essa a questão que não conseguia compreender, porque é que o senhor tinha dificuldade em aceitar e tinha-lhe dado exemplos concretos. No quadro da Península de Setúbal, em que havia um número significativo de autarquias do Partido Socialista, aquele processo mantinha-se complexo. E,

se o senhor quisesse ser rigoroso, sabia que as maiores autarquias, em termos do valor de transferência de competências, que tinham mais processos de Rendimento Social de Inserção, em que tinham mais valores a transferir do SAAS, o senhor sabia quais eram não sabia, questionou. Sabia, então dessas 3 quais é que tinham aceitado transferência de competências e que tinham, objetivamente, àquela data, esses procedimentos concretizados: *“sabe qual é a sua resposta? Então eu vou dizer-lhe, nenhuma”*. Portanto, o senhor Vereador Joel Marques, se quisesse ser transparente dizia: *“Senhor Vereador, eu sei que há um conjunto de câmaras que já fizeram estes procedimentos. A Câmara de Silves, que até é da vossa cor política, a Câmara do Barreiro que por acaso até é do Partido Socialista, mas também sei que as maiores câmaras, em termos populacionais e demográficos e aquelas que têm maior dimensão relativamente a estes processos, nomeadamente nos processos de Rendimento Social de Inserção, e que se aproximam à semelhança da Câmara de Setúbal, pelo volume processual que são as câmaras de Almada, Seixal e de Setúbal, nenhuma destas tem o processo concluído”*. E, isso é que era rigoroso da parte do senhor Vereador. E, isso é que achava que lhes podia servir como exemplo e isso é que era terem transparência. O senhor dizia que não estavam a falar de incompetência, mas tinha voltado a dizer que se não tivessem a prorrogação... questionou se o senhor Vereador achava maior displicência no processo de transferências de competências de que o Governo ainda não ter publicado uma portaria sobre os valores de uma situação que já tinha sido aprovada em dezembro do corrente ano pela Associação Nacional de Municípios e, ainda, não estava publicado em portaria e decreto-lei. Essa era a questão. Os senhores continuavam a insistir que outros municípios tinham aceitado a transferência de competências e perguntou: *“Então agora, com a revisão dos valores que tinham sido aceites e que tinham sido negociados, como é que esses municípios tinham ficado?”* Se calhar valia a pena reconhecer que havia questões que precisavam de ser retificadas, aliás, como outras que ainda precisam de ser retificadas. Portanto, era nessa matéria que estavam a falar, ninguém estava ali a querer omitir o que quer que fosse, ou indisponível para corrigir o que quer que fosse, tinham é que falar verdade e ter rigor relativamente àquelas matérias.

**Sr. Presidente** – Disse que achava que tinha ficado bem claro as posições em questão.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que pedia escusa da votação, por questões éticas e profissionais.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**95. Deliberação n.º 473/2023 – Proposta n.º 12/2023 – DCDJ/DISOC –  
Aprovação do Regulamento Interno do Fundo de Maneio do Serviço de  
Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 143 e 144.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que pedia escusa da votação, por questões éticas e profissionais.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.



**96. Deliberação n.º 474/2023 – Proposta n.º 13/2023 – DCDJ/DISOC – Aprovação do projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações de Carácter Eventual em Situações de Comprovada Carência Económica e/ou Emergência Social de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 145 e 146.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que pedia escusa da votação, por questões éticas e profissionais.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 5 da CDU, 3 do PS e 2 do PPD/PSD.

**97. Deliberação n.º 475/2023 – Proposta n.º 14/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Núcleo de Bicross de Setúbal – Manutenção da Pista Municipal de BMX**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 147 e 148, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**98. Deliberação n.º 476/2023 – Proposta n.º 15/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Núcleo de Amigos do Bairro Santos Nicolau – 2.º Convívio de Pesca**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 149 e 150, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**99. Deliberação n.º 477/2023 – Proposta n.º 16/2023 – DCDJ/DIDES – Isenção de Taxas em Instalações Desportivas Municipais – Época 2022-2023**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 151, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**100. Deliberação n.º 478/2023 – Proposta n.º 17/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Luísa Todi**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 152 a 154.



**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que aquela era uma proposta que traziam, também, no âmbito dos apoios às instituições.

Tinham tido oportunidade, mesmo antes de formalizar aquela proposta, de reunir com a Direção do Coral Luísa Todi, que tinha sido muito interessante e muito pródiga. Obviamente que, como qualquer instituição que tinha como fins a criação, esperava sempre mais, e reconheciam que era importante sempre trabalharem para mais. Destacou que mesmo considerando aquilo que eram as expectativas, a proposta que traziam à consideração dos senhores vereadores, era uma proposta que consubstanciava o reconhecimento e a importância do Coral Luísa Todi, que aumentava substantivamente, era bom considerar que o valor trazido no ano anterior àquela Câmara Municipal orçada em 1500 euros, e a proposta que traziam, naquele ano, de apoio para o Coral Luísa Todi era um valor de 4.500 euros. Tinha sido também possível dizer e transmitir, num diálogo estreito à instituição, que estavam abertos a outro tipo de apoios, como já no passado tinha acontecido, e isso tinha sido também reconhecido por parte do Coral, e ficou também essa abertura para continuarem a conversar e encontrar outras formas de poder potenciar, mas, sobretudo o que destacava era que havia da parte da Câmara Municipal aquele investimento, e esse reforço substantivo naquilo que era o valor de apoio, e aquilo que se traduzia naquele quadro e naquele ano de 2023, num apoio substantivo que traziam para corresponder também à atividade, que obviamente não se traduzia única e exclusivamente no valor de 4.500 euros mas, também, em muitas e múltiplas formas, nomeadamente na utilização de muitos equipamentos municipais e outras atividades, às quais estavam empenhados envolver a própria instituição.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que para que não restassem dúvidas sobre a intervenção, para que o senhor Vereador Pedro Pina não tentasse, novamente, deturpar completamente, o sentido da intervenção, no ano anterior tinham tido uma discussão à volta do apoio àquela instituição, ao Coral Luísa Todi. Na altura, o senhor Presidente assumiu que seria necessário rever a forma de apoios àquelas instituições, e que iria trazer uma proposta relativamente àquele tipo de apoios. A forma como eles eram enquadrados, para depois se chegar àqueles mesmos valores. Chegavam ali, e não tinham qualquer tipo de alteração, portanto, não havia nenhuma proposta. Da parte dos vereadores do Partido Socialista não havia a possibilidade, não tinham essa possibilidade de perceber porque é que o Coral Luísa Todi ia receber apenas 4.500 euros. Não conseguiam perceber como é que se tinha chegado a esse valor, como é que o senhor Vereador Pedro Pina trazia uma proposta de 4.500 euros, tinha passado de 1.500 para 4.500 e não percebiam porque é que eram 4.500 euros, portanto aquilo tinha que ser sindicável, e não era.

Tinham duas instituições, que eram bem apoiadas pela Câmara Municipal, e, portanto, esperavam que não existisse, naquele ano qualquer redução de apoio àquelas duas instituições, Setúbal Voz e a Capricho Setubalense que faziam, também elas, um excelente trabalho, na área da cultura, mereciam continuar a ser apoiadas, não estavam a colocar ali instituições contra instituições, não estavam a querer retirar o valor atribuído pela Câmara Municipal de Setúbal àquelas instituições, mas tinham de perceber. Não estava a comparar o Coral Luísa Todi com um clube de futebol, com uma outra qualquer associação. Estava a tentar perceber porque é que o Setúbal Voz recebia, pelo menos no ano anterior rondou os 10 mil euros, onze mil euros, e bem, esperavam que não existisse qualquer tipo de redução. A Capricho Setubalense também, com esse apoio e tinha tido depois um apoio extraordinário, e bem, um novo projeto que tinha abraçado, e também muito bem, e com o apoio também os vereadores do Partido Socialista, aquilo que não conseguiam perceber é porque é que o Coral Luísa Todi, referência na nossa cidade, no nosso Distrito, em Portugal e na Europa, que tinha um novo projeto, uma orquestra, não conseguiam perceber, perante aquela atividade, perante o elevado número de participantes que tinha de músicos, de coralistas, porque é que o Coral Luísa Todi apenas lhe tinha sido atribuído 4.500 euros, aquilo tinha que ser sindicável, tinham que perceber. Tinha que haver uma forma de perceber, porque é que uma instituição levava 10 mil euros, e bem, certamente porque essa avaliação tinha sido feita, e a outra levava 4.500 euros.



Eram de Setúbal, viviam em Setúbal, acompanhavam, como o senhor Vereador também acompanhava, acompanhavam, se tivessem vindo de outra terra e chegassem ali não percebiam, mas acompanhavam, e o senhor Vereador sabia que sim, acompanhavam a atividade daquelas instituições. Estavam no terreno e, por isso, não conseguiam perceber essa diferença. E o senhor Vereador e o senhor Presidente da Câmara, já na última discussão que tinham tido sobre aquela matéria não tinham conseguido explicar.

O senhor Vereador dizia que para além daqueles 4.500 euros, ainda existiam outros valores que eram atribuídos, por força da utilização de espaços. Pois bem, mas isso também se aplicava às outras instituições, e bem. Aplicava-se a todas as outras instituições, e bem.

Não aceitavam que o Coral Luísa Todi continuasse a ser tratado daquela forma, com um apoio que não conseguiam perceber, porque é que não chegava aos 10 mil euros. Tinham que lhes explicar porquê. Era essa a questão que deixava, que lhes explicassem porque é que só recebiam 4.500 euros, ou que lhes fosse entregue essa matriz, esse enquadramento que tinha sido feito, porque não o tinham, não conseguiam efetivamente fazer a comparação do trabalho que tinha sido feito para chegar àquele valor. Acreditava que o senhor Vereador não dizia: *“para este vão 4.500 euros, para aquele vão 10 mil euros”*, as coisas não eram feitas assim, existia um trabalho, e, portanto, no trabalho de acompanhamento, pelo plano de atividades, por aquilo que tinha sido entregue, não se conseguia perceber porque é que ficavam pelos 4.500 euros.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que em relação à atribuição daqueles valores, fosse aquela entidade, ou outra qualquer, tinham vindo sempre a aprovar porque, obviamente, partiam do pressuposto que os serviços e o senhor Vereador da área teria um suporte e uma fundamentação para os valores que ali eram apresentados. Obviamente, que os serviços funcionavam e confiavam nos serviços da Câmara Municipal. E, por isso, como acontecia com as outras propostas iriam votar favoravelmente aquele protocolo. Mas não se podiam esquecer, que aquele tipo de instituições viviam com dificuldades, ainda mais num período como aquele, que aquele valor que tinha sido aprovado, no ano anterior, com efeitos no orçamento do corrente ano, de 250 mil euros, para aquele tipo de instituições, devia ser chamado para resolver alguns problemas, e sabiam que o Coral Luísa Todi, porque também lhes tinha chegado ao conhecimento, teria problemas acumulados, já no ano anterior, portanto, faziam um apelo, independentemente da votação, e do mérito daquela proposta, porque ela, obviamente, tinha a ver com o protocolo, tinha a ver com o conjunto de atividades que eram propostas pelo Coral Luísa Todi, que fosse tido em conta as dificuldades, daquela e de outras instituições, exatamente através daquele valor que tinha sido aprovado, aqueles 250 mil euros, com aquela finalidade.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que salientava a intervenção do Vereador Paulo Calado, e que tinham transmitido ao Coral Luísa Todi, exatamente essa questão. Que para além dos valores que traziam em protocolo, obviamente que o Coral Luísa Todi tinha toda a condição e inseria-se, obviamente, numa das instituições, caso também se apresentasse para poder acolher o apoio no âmbito da aprovação que ali tinham tido.

Questionou o Vereador Fernando José e gostaria de ter uma resposta objetiva, para que ficassem claros. Se achava que o valor e o apoio que se devia trazer àquela Câmara Municipal, relativamente ao Coral Luísa Todi, devia ser exatamente na mesma proporção que o apoio que traziam ao Coro Setúbal Voz? Referiu o Coro Setúbal Voz porque era aquele que recorrentemente, o senhor Vereador utilizava, embora às vezes incognitamente como comparação. Perguntou se o senhor Vereador achava e considerava que o valor e o apoio que devia ser dado ao Coral Luísa Todi, devia ser exatamente na mesma medida do apoio que deviam prestar ao Coro Setúbal Voz? Para que de uma vez por todas isso ficasse clarificado. Portanto, se o valor devia ser igual e se o senhor considerava que a atividade era igual? Isso devia ficar claro, mas sem “se”, era: *“eu acho ou não acho”*. Essa era uma primeira questão.

Disse, porque o senhor Vereador já tinha ouvido, provavelmente não teria registado, o senhor Presidente já tinha referido e ele também já tinha referido, que no quadro do plano estratégico para a cultura, estavam a construir um instrumento que permitia integrar uma matriz de apoio à cultura. Era bom que não se esquecessem que, aquela era uma matéria complexa no que dizia respeito ao estabelecimento de critérios. Era a grande discussão quando falavam nos apoios às diferentes instituições, quando se tratava de apoios, nomeadamente da DGARTES, quando se construía matrizes que depois eram muito complexas numa matéria que era muito subjetiva. Aproveitou as palavras do Vereador Paulo Calado e disse que a proposta que ali era considerada não era abstrata, decorria de uma proposta que era apresentada das instituições, e que os serviços da Câmara Municipal, obviamente, avaliavam e tinham uma apreciação naquilo que era o orçamento disponível, e a fundamentação para apoiar, e que, obviamente, o executivo municipal e ele, em particular, como Vereador da área ou subscreviam ou não subscreviam, ou consideravam que devia ser revista, ou não devia ser revista, obviamente que, considerava que quando os serviços da Câmara Municipal apresentavam aquela proposta, era uma proposta. Também achava que, independentemente de tudo, valia a pena dizer que, quando se aumentava de um valor de 1.500 euros para 4.500 euros, estavam a falar, objetivamente, em muito dinheiro e como sabia, não eram só aquelas as fontes de subsistência das entidades e, portanto, tinham que trabalhar. Deixou aquela questão e gostava que o senhor Vereador Fernando José os esclarecesse relativamente àquela matéria.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que aquelas decisões, as decisões de atribuição de apoios às instituições, não eram decisões técnicas, eram decisões políticas e, portanto, eram eles políticos, vereadores da Câmara Municipal de Setúbal que tomavam a decisão de dar esse apoio. Obviamente, suportados em documentos de análise e um devido enquadramento. Aquilo que lhe tinha dito e que voltou a referir, é que não conseguiam perceber porque é que o Setúbal Voz e a Capricho Setubalense, eram apoiados, e bem, pela Câmara Municipal de Setúbal, com valores na ordem dos 10 mil euros, e tinham o Coral Luísa Todi a ser apoiado com 4.500 euros. Consideravam que pelo conhecimento que tinham da sua atividade, pelo facto de terem instalações próprias, e necessitarem também de manutenção, e tinham gastos com essas próprias instalações, não conseguiam perceber porque é que o apoio se cifrava nos 4.500 euros, portanto, gostaria de lhe dar resposta.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que: *“mas não consegue, não é?”*

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o senhor Vereador não tinha conseguido explicar como é que tinha chegado aos 4.500 euros, o senhor Vereador tinha que conseguir explicar, como tinha conseguido chegar aos 4.500 euros. Porque é que não tinha chegado aos 10.000 euros? porque é que não tinha chegado aos 7.000 euros? porque é que tinha chegado aos 4.500 euros? O senhor Vereador tinha que explicar porque é que tinha chegado aos 4.500 euros. Porque é que não tinha sido 4.100 euros? ou 4.200 euros? O senhor Vereador tinha que explicar como é que tinha chegado àquele valor. Era o senhor Vereador que tinha que explicar. Não tinham nenhuma matriz, não tinham nenhum enquadramento para aquele tipo de apoios, não lhes tinha chegado. Portanto, era o senhor Vereador que tinha que explicar. Referiu que, consideravam positivo os apoios que tinham sido atribuídos ao Setúbal Voz e à Capricho Setubalense, esperavam que esses valores não fossem reduzidos, naquele ano de 2023, que se continuasse a apoiar naquela dimensão, aquelas duas instituições que muito contribuíam para a densificação da cultura na cidade, mas não aceitavam, e voltavam a dizer o que tinham dito, eram coerentes com a posição deles, não aceitavam que o Coral Luísa Todi, uma instituição com 67 anos, uma instituição que tinha dado tanto e continuava a dar tanto à cultura no concelho, que levava o nome de Setúbal além das fronteiras do concelho, e além das fronteiras do país, que tinha inúmeros projetos, que tinha avançado com um projeto da Orquestra, não conseguiam perceber porque é que ficavam nos 4.500 euros.

Se o senhor Vereador lhe conseguisse explicar, podia até aceitar, ou não, mas tinha que lhe explicar como tinha chegado aos 4.500 euros. E, isso o senhor Vereador não tinha conseguido explicar da outra vez como é que tinha chegado aos 1.500 euros e, também, não conseguia explicar, naquele momento, como tinha chegado ao valor dos 4.500 euros.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Voltou a perguntar se o senhor Vereador conseguia explicar se entendia que a atividade do Coral Luísa Todi era semelhante à atividade da Associação Coro Setúbal Voz, era a pergunta que lhe fazia. Já lhe tinha respondido, que havia uma apresentação de um plano de atividades, obviamente que a decisão era política, e determinavam eles ali politicamente a tomada de decisão. Vinha um plano de atividades, o serviço da Cultura e a Divisão de Cultura analisavam, faziam uma proposta, o Vereador dizia se considerava justo, ou não, os valores que eram apresentados. Portanto, tinha havido uma proposta, considerando o plano de atividades e considerando demais atividades que aquela era uma proposta que aumentava substantivamente para 4.500 euros. O senhor Vereador tinha continuado a insistir, já lhe tinha explicado e voltou a dizer que estavam empenhados que para o orçamento de 2024 houvesse um instrumento que contribuísse para o estabelecimento de critérios. Mas não tinha sido essa a pergunta que lhe tinha feito. A pergunta que lhe tinha feito e que gostava que o senhor Vereador pudesse clarificar, porque esse era um critério, já que o senhor era político podia ajudá-los. Se entendia, ou não entendia, que independentemente da apreciação que o senhor fazia, sobre o desempenho de determinada associação ou instituição, era ou não era semelhante à outra? Portanto, a pergunta que fazia, era se o senhor entendia que o Coral Luísa Todi tinha uma atividade semelhante à da Associação do Coro Setúbal Voz? Se lhe quisesse responder.

**Sr. Vereador Fernando José** – Voltou a fazer a pergunta que tinha feito ao senhor Vereador Pedro Pina, mas ele não conseguia responder.

(vozes de fundo)

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que a pergunta era simples. Como é que explicava a atribuição de 4.500 euros?

Disse que lhes fizesse chegar esse estudo que o senhor Vereador dizia ter, que levava a que a Câmara Municipal de Setúbal atribuisse 4.500 euros ao Coral Luísa Todi. Solicitou que lhes entregasse esse instrumento, que tinha permitido ao senhor Vereador tomar uma decisão política de lhes trazer, naquele dia, a reunião da Câmara um apoio de 4.500 euros ao Coral Luísa Todi.

Não lhes conseguia explicar.

(vozes de fundo)

**Sr. Presidente** – Pediu aos senhores vereadores para ponderarem naquele tipo de discussões que eram ali feitas, como era aquele caso, porque parecia que aquilo era alguma coisa que tinha a ver com: *“gostar mais disto ou gostar mais daquilo”*. Não era isso que estava em causa, não podia estar em causa, nem sequer era admissível, mas parecia, pela conversa, que as coisas se colocavam aí. Era óbvio que aquilo não era só uma questão política era, naturalmente, uma questão política, mas não era só uma questão política.

(vozes de fundo)

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor Vereador Pedro Pina já tinha dito que havia um plano de atividades, que ia anexo.

(vozes de fundo)

**Sr. Presidente** – Disse que não valia a pena irem por ali. Era uma questão que não tinha começado ali, nem ia terminar ali, mas que tivessem nas responsabilidades que lhes cabiam, alguma ponderação na forma como tratavam aqueles assuntos.

Não estava em causa, nem não podia estar em causa, a importância do trabalho que o Coral Luísa Todi ou outra coletividade do concelho de Setúbal, tinham na representação que faziam da comunidade. Isso não estava em causa, nem podia estar em causa. Havia um critério, que era a avaliação do Plano de Atividades de cada entidade. Era esse o critério, que como o senhor Vereador Pedro Pina já tinha referido, era uma ponderação na avaliação que os técnicos da área da cultura faziam relativamente à atividade, ao que conheciam de cada instituição, que eram considerados em cada plano de atividade que se apresentava uma proposta. Se era discutível? Não havia dúvida nenhuma que seria sempre discutível.

Quando entravam numa discussão, que era um pouco: “dizer *porque é que é esta e porque é que não é aquela*”, entravam no nível que era: “*eu gosto mais deste e não gosto tanto daquele*”. Isso não era discutir a cultura, isso era uma coisa completamente diferente, e gostos não se discutiam e, portanto, entravam num campo que não tinha qualquer rigor. Portanto, aquela era a avaliação dos serviços da Cultura que tinha, naturalmente, o aval do senhor Vereador e do Presidente da Câmara também, e aquele caminho era um caminho que se fazia caminhando e era sempre discutível o reconhecimento que se podia fazer “*a este ou àquele, o apoio que se pode dar a este ou àquele*”.

O que se verificava era que havia uma avaliação. Era aquela que faziam, os técnicos da Divisão de Cultura, o senhor Vereador e os serviços do Departamento. Aquela era a avaliação que tinha sido feita e era a proposta que ali estava. Se era discutível? Era claro que era discutível. Naquele domínio tudo era discutível. Mas pediu maior ponderação na forma como colocavam as questões. Porque um dia daqueles poderia parecer que andavam a discutir aquele tipo de questões conforme o nome ou a cor, desta ou daquela organização, e isso era a pior coisa que podiam fazer, era no fundo colocar em causa a dignidade e a capacidade de um órgão como a Câmara Municipal de poder discutir aquelas questões.

Era discutível? Era discutível e por isso é que cada um expressava a sua opinião e o seu voto. Era isso que estava em causa.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **101. Deliberação n.º 479/2023 – Proposta n.º 18/2023 – DCDJ/DICUL – Água Ardente – Produções Teatrais - Apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 155, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **102. Deliberação n.º 480/2023 – Proposta n.º 19/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro – Associação Oridanza – Cultura em Movimento**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 156, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.



**103. Deliberação n.º 481/2023 – Proposta n.º 20/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Música e Belas-Artes Luísa Todi**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 157 a 159, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**104. Deliberação n.º 482/2023 – Proposta n.º 21/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 160 a 163, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**105. Deliberação n.º 483/2023 – Proposta n.º 22/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Infantil de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 164 a 166, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**106. Deliberação n.º 484/2023 – Proposta n.º 23/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 167 a 169, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**107. Deliberação n.º 485/2023 – Proposta n.º 24/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolos de Colaboração entre o Município de Setúbal e os Grupos Corais Alentejanos “Os Amigos do Independente” e “Os Amigos dos Sadinós”**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 170 a 173, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**108. Deliberação n.º 486/2023 – Proposta n.º 25/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural Casa Invisível**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 174 e 175, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**109. Deliberação n.º 487/2023 – Proposta n.º 26/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Disrupção – Associação Cultural – 2023**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 176 a 178, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**110. Deliberação n.º 488/2023 – Proposta n.º 27/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Galeria Zé dos Bois, Associação Cultural**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 179 e 180, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**111. Deliberação n.º 489/2023 – Proposta n.º 87/2023 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de constituição de propriedade ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei n.º 71/2021, de 4 de novembro - Processo n.º 94/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 181 e 182.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Fez um pedido de votação em conjunto daquelas propostas. Da parte do PSD votariam todas da mesma forma, à exceção do ponto 137 e 138, que tinha sido transmitido pela senhora Vereadora, que tinha interesse em expô-las.

**Sr. Presidente** – Questionou os senhores vereadores do Partido Socialista.

Submetidas a votação foram as propostas de deliberação 489/2023 à proposta de deliberação 526/2023, com exceção das propostas de deliberação 515/2023 e 516/2023, aprovadas, por unanimidade e em minuta.

**112. Deliberação n.º 490/2023 – Proposta n.º 88/2023 – DURB – Regulamento de utilização da ponte cais localizada no Portinho da Arrábida, dos espaços de amarração do Portinho da Arrábida e do Parque Marinho Luiz Saldanha – Interpretação**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 183 a 185 (ver ponto 111).

**113. Deliberação n.º 491/2023 – Proposta n.º 89/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura – Legalização de alterações introduzidas no decurso da obra - Processo n.º 50/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 186 (ver ponto 111).

**114. Deliberação n.º 492/2023 – Proposta n.º 90/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas à edificação de habitação e concessão da licença - Processo n.º 501/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 187 (ver ponto 111).

**115. Deliberação n.º 493/2023 – Proposta n.º 91/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia, anexos garagem e muro de vedação - Processo n.º 355/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 188 (ver ponto 111).

**116. Deliberação n.º 494/2023 – Proposta n.º 92/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção para obras de edificação - Processo n.º 305/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 189 (ver ponto 111).

**117. Deliberação n.º 495/2023 – Proposta n.º 93/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença para obras de edificação e legalização de anexo - Processo n.º 495/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 190 (ver ponto 111).



**118. Deliberação n.º 496/2023 – Proposta n.º 94/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura - Processo n.º 182/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 191 (ver ponto 111).

**119. Deliberação n.º 497/2023 – Proposta n.º 95/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença para obras de edificação - Processo n.º 233/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 192 (ver ponto 111).

**120. Deliberação n.º 498/2023 – Proposta n.º 96/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia - Processo n.º 221/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 193 (ver ponto 111).

**121. Deliberação n.º 499/2023 – Proposta n.º 97/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença especial de obras inacabadas - Processo n.º 708/00**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 194 (ver ponto 111).

**122. Deliberação n.º 500/2023 – Proposta n.º 98/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença especial de obras inacabadas - Processo n.º 135/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 195 (ver ponto 111).

**123. Deliberação n.º 501/2023 – Proposta n.º 99/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção para obras de edificação - Processo n.º 49/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 196 (ver ponto 111).

**124. Deliberação n.º 502/2023 – Proposta n.º 100/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção referente à alteração de uma moradia, construção de um abrigo automóvel, piscina e muro de vedação - Processo n.º 68/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 197 (ver ponto 111).

**125. Deliberação n.º 503/2023 – Proposta n.º 101/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 459/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 198 (ver ponto 111).

**126. Deliberação n.º 504/2023 – Proposta n.º 102/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 395/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 199 (ver ponto 111).

**127. Deliberação n.º 505/2023 – Proposta n.º 103/2023 – DURB/DIGU – Caducidade do procedimento - Processo n.º 206/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 200 (ver ponto 111).

**128. Deliberação n.º 506/2023 – Proposta n.º 104/2023 – DURB/DIGU – Declaração de caducidade do alvará de construção n.º 77/20 e concessão da licença especial para obras inacabadas - Processo n.º 40/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 201 (ver ponto 111).

**129. Deliberação n.º 507/2023 – Proposta n.º 105/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar - Processo n.º 317/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 202 (ver ponto 111).

**130. Deliberação n.º 508/2023 – Proposta n.º 106/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em moradia - Processo n.º 236/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 203 (ver ponto 111).

**131. Deliberação n.º 509/2023 – Proposta n.º 107/2023 – DURB/DIGU –  
Concessão da licença de construção de garagem - Processo n.º 78/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 204 (ver ponto 111).

**132. Deliberação n.º 510/2023 – Proposta n.º 108/2023 – DURB/DIGU –  
Concessão de licença para obras de construção de moradia unifamiliar,  
alpendres, churrasqueira e garagem - Processo n.º 167/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 205 (ver ponto 111).

**133. Deliberação n.º 511/2023 – Proposta n.º 109/2023 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção  
de ampliação de moradia unifamiliar - Processo n.º 375/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 206 (ver ponto 111).

**134. Deliberação n.º 512/2023 – Proposta n.º 110/2023 – DURB/DIGU – Aceitação  
de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no  
decorrer da obra - Processo n.º 145/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 207 (ver ponto 111).

**135. Deliberação n.º 513/2023 – Proposta n.º 111/2023 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações de anexo  
de apoio e piscina - Processo n.º 221/87**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 208 (ver ponto 111).

**136. Deliberação n.º 514/2023 – Proposta n.º 112/2023 – DURB/DIGU – Aceitação  
de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no  
decorrer da obra - Processo n.º 379/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 209 (ver ponto 111).



**137. Deliberação n.º 515/2023 – Proposta n.º 113/2023 – DURB/GAPRU –  
Delimitação de área de reabilitação urbana na cidade de Setúbal ARU  
Setúbal Central - Processo n.º 15/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 210 a 213.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que sobre aquela nova ARU, importava dar alguma informação adicional.

O diagnóstico prospetivo do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Setúbal colocava em evidência os factos e as tendências sobre os quais se pretendia atuar com a estratégia de desenvolvimento para o concelho. Nomeadamente o combate à fragmentação física e social, por um preenchimento de vazios urbanos, dissipando as discontinuidades urbanas, criar mecanismos tendentes a evitar processo de degradação do edificado, o esvaziamento populacional e funcional da cidade, assim como a presença de bairros antigos e degradados, contornando as problemáticas associadas ao sentido do crescimento que a cidade vivenciou combatendo conexões e adicionando maior vivência os centros urbanos do concelho de Setúbal. Aquela nova ARU Central de Setúbal, contemplava uma área de 790 hectares, onde residiam aproximadamente 82 mil pessoas. Segundo o Censos de 2021 aquela população correspondia a 66,6% da população residente na totalidade do concelho.

Entre 2011 e 2021, aquele último período intercensitário a população residente na área em apreço cresceu cerca de 0,9%, valor inferior ao crescimento populacional registado para o concelho em igual período temporal, que correspondeu a 1,9%.

Dos 8.000 edifícios clássicos existentes naquele território, 66,7% tinham mais de 40 anos de construção e, desses mesmos 8.000, 42% apresentavam em 2021, de acordo com os Censos, necessidades de reparação.

Cerca de 16% eram alojamentos vagos ou de residência secundária, sendo 84,1% alojamentos familiares de residência habitual.

Dos 8 mil edifícios existentes, apenas 23,4% eram alojamentos arrendados.

**Sr. Presidente** – Disse que podiam falar de mais uma intervenção urbanística, no sentido de criar melhores condições ao investimento, naquela área e, por outro lado, também de penalizar as situações de abandono, a que muitos dos imóveis, naquela zona da cidade vinham a estar submetidos. No fundo, em termos gerais, tratava-se de uma perspetiva de regeneração urbana daquele território. Era uma medida ponderada, mas que se justificava naqueles tempos que corriam, no que dizia respeito ao urbanismo, no que dizia respeito aos problemas da disponibilidade de habitação, também.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**138. Deliberação n.º 516/2023 – Proposta n.º 114/2023 – DURB/GAPRU –  
Delimitação de zonas de pressão urbanística no concelho - Processo n.º  
16/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 214 a 217, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que aquela era também uma medida de incentivo, naquele caso de penalização ou de pelo menos criar as condições de penalização. Tratava-se da delimitação das zonas de pressão urbanística no concelho.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**139. Deliberação n.º 517/2023 – Proposta n.º 115/2023 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 86/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 218 e 219 (ver ponto 111).

**140. Deliberação n.º 518/2023 – Proposta n.º 116/2023 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 198/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 220 e 221 (ver ponto 111).

**141. Deliberação n.º 519/2023 – Proposta n.º 117/2023 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 210/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 222 e 223 (ver ponto 111).

**142. Deliberação n.º 520/2023 – Proposta n.º 118/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 423/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 224 (ver ponto 111).

**143. Deliberação n.º 521/2023 – Proposta n.º 119/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 10/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 225 a 227 (ver ponto 111).

**144. Deliberação n.º 522/2023 – Proposta n.º 120/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 - Processo n.º 639/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 228 e 229 (ver ponto 111).

**145. Deliberação n.º 523/2023 – Proposta n.º 121/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 12m2 - Processo n.º 640/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 230 e 231 (ver ponto 111).



**146. Deliberação n.º 524/2023 – Proposta n.º 122/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 642/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 232 e 233 (ver ponto 111).

**147. Deliberação n.º 525/2023 – Proposta n.º 123/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 643/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 234 e 235 (ver ponto 111).

**148. Deliberação n.º 526/2023 – Proposta n.º 124/2023 – DURB/GAPRU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 646/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 236 e 237 (ver ponto 111).

**149. Deliberação n.º 527/2022 – Proposta n.º 01/2023 – GAVPSD – Proposta de alteração à Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara**

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 22 (ver ponto 1).

**C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sr. Luís Simões** – Disse que era delegado sindical do Sindicato Nacional dos Bombeiros e representava os Bombeiros Sapadores de Setúbal, trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal.

Disse que a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal contava com 237 anos de existência e que se o senhor Presidente pretendia tentar passar o dia com os bombeiros, convinha ir no dia 21, tinha referido o dia 23, mas a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal fazia anos a dia 21 de fevereiro.

O motivo pelo qual tinham marcado, naquele dia, presença naquela reunião tinha a ver com o facto de nas 2 últimas reuniões, por intervenção da oposição, fazerem referência à greve que estava a decorrer na companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal. Mais uma vez, o senhor Presidente e a senhora Vice-Presidente tinham tentado desacreditar e menosprezar a luta dos Bombeiros Sapadores.

Referiu que estavam em greve desde o dia 16 de novembro. Tinha-se iniciado naquele dia, às 20 horas o 4.º mês consecutivo de greve.

Salientou os objetivos daquele protesto:

- Protesto contra o assédio laboral praticado pelo comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores;
- Protesto contra a falta de cumprimento de direitos laborais;
- Protesto contra o comprometimento do socorro;

- Protesto contra o não cumprimento dos efetivos mínimos diários, estipulado em regulamento interno;
- Protesto contra a falta de segurança e integridade física dos Bombeiros Sapadores e dos munícipes;
- Protesto quanto à falta de diálogo da autarquia para a resolução de questões prementes.

Questionou o que é que o executivo perante aqueles protestos dos seus trabalhadores, tinha feito. Nada, a única coisa que o executivo tinha feito tinha sido recorrer à DGAEP, para tentar dissuadir os bombeiros de fazer o que era legítimo dos trabalhadores, que era o direito à greve. Tinha tentado parar aquela greve, em vez de querer discutir aqueles temas que tinham abordado, que protestavam, para o motivo de estarem em greve.

Tinham ido à DGAEP pela primeira vez e, aí sim, a Câmara acabou por acatar as ordens da DGAEP, que se aproximavam daquilo que os bombeiros pretendiam, que era ter 22 bombeiros por turno a trabalhar, ao invés do que a Câmara pretendia ter, 14 apenas, que distava em grande número dos 27, que constavam no regulamento interno. Dessa primeira vez, o Comandante, comprovando ser ele um dos motivos de estarem em greve, mais uma vez elaborou escalas de serviço à sua maneira muito própria. Já tinham denunciado ali, tinha chegado a escalar um bombeiro, durante 7 dias consecutivos e, por coincidência, ou não, tinha chegado a escalar um representante daquele sindicato, na semana do Natal, para em 8 dias seguidos fazer 84 horas de trabalho, num curto espaço de 8 dias. Tinha denunciado aquela situação, inclusivamente ali, aquilo estava estabelecido na Lei, nenhuma daquelas situações era prevista, e, o que é que o executivo tinha feito? Nada. O que é que o senhor Comandante tinha feito? Nada. O sindicato tomou então a iniciativa, contra a sua vontade, de seguir o que estava estabelecido na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente no n.º 6 do Artigo 398.º, e passaram a ser eles a designar os trabalhadores adstritos à prestação dos serviços mínimos.

A Câmara Municipal de Setúbal, aquela Câmara que defendia trabalhadores, não contente com aquilo no 2.º período de greve, voltou a canalizar os Bombeiros Sapadores para a DGAEP, porque não tinham aceite, e muito bem, aquilo que tinha sido estabelecido da primeira vez. Mais uma vez a DGAEP, mostrando ser responsável, voltou a decretar como efetivo mínimo, para cumprir os serviços mínimos, os tais 22 elementos. As decisões da DGAEP eram equivalentes a sentenças num Tribunal de Primeira Instância. Dava assim para perceber como é que o executivo lidava e reagia perante quem contrariava as suas ideias, os seus ideais, e da forma como respeitava a Lei. Naquele momento, o senhor Comandante estava a fazer escalas de serviço com apenas 16 ou 17 elementos, contrariando o estipulado por Lei.

Estavam a lutar por eles e pela população com quem tinham um compromisso assumido, de forma séria, responsável e transparente. Fundamentavam as suas ideias e convicções, e estavam disponíveis para discutir e ouvir outras. Respondiam com clareza a qualquer questão, contudo, das inúmeras vezes que ali tinham ido havia muitas respostas que tinham ficado por dar. Onde é que estava a contraproposta do tal ACEP que tinham tentado acordar com a Câmara Municipal de Setúbal? Tinha-lhes sido referido que tinham uma proposta para lhes apresentar, mas continuavam à espera de que essa proposta lhes chegasse às mãos, para a poderem avaliar.

O tal parecer que tinha fundamentado a saída dos Bombeiros Sapadores de Setúbal que estavam em Azeitão, para acorrer à população daquela localidade, onde é que estava esse parecer? Já o tinham pedido, a oposição já tinha pedido também esse parecer, não sabia se já tinha chegado às mãos da oposição, esse estudo já tinha sido encontrado? Na realidade existia? Onde estava?

Tinham questionado qual era o motivo do Município de Setúbal, um dos Municípios detentores de Bombeiros Sapadores, ser o que mais dava subsídios a uma Associação Humanitária, uma associação privada que chegava naquele momento quase aos 600 mil euros, para garantir o mesmo socorro que se garantia há 10 anos. E, aquele mesmo subsídio, ou protocolo estabelecido há cerca de, 10 anos atrás, era pouco mais de 100 mil euros. Qual

era o motivo? Teria a ver, já tinham questionado ali uma vez, que durante largos anos ser o Presidente daquela associação alguém ligado ao Partido Comunista?

Já tinha ouvido em reuniões da Câmara, que acompanhava por casa, serem questionadas, pensava que tinha sido o senhor Vereador Fernando Negrão, verbas que tinham sido dadas, e que se devia perceber para onde é que eram canalizadas. Não tinha dúvidas que eram muito bem empregues, verbas para os Bombeiros Voluntários, contudo questionava-se diariamente, porque é que tinha um capacete a uso com mais de 20 anos? Porque é que a viatura de primeira intervenção VFCI-03 não tinha uma câmara térmica?

Que resposta dava o senhor Presidente quando perguntavam qual o motivo de serem o único Município de Setúbal, que tinha transferido responsabilidades de socorro de parte do Município, para uma entidade privada, contrariando o estipulado na Lei, referia-se ao artigo 5.º, n.º 3 do Decreto-Lei 248, que dizia que eram os Bombeiros Sapadores, quando existiam, que tinham de ocorrer à população.

Relativamente ao efetivo mínimo, já muito se tinha falado naquelas reuniões e estava a ser discutido o novo regulamento interno. O regulamento interno datava de 1997 falava em 27 elementos por turno. A Câmara tentava fugir a isso, mas também nunca tinha assumido, perante as questões deles, qual era a necessidade mínima de bombeiros, isso tinha que estar definido, isso tinha que ser cumprido, falava em mínimos não falava em normais.

Lembrou e, também, não tinha tido qualquer resposta do senhor Presidente, se achava normal, precisamente no dia em que o senhor tinha tomado posse, estarem 13 bombeiros ao serviço na Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, e 3 deles tinham sido retirados pela ordem do responsável daquele serviço, o senhor Comandante, para ir para a sua cerimónia, ficando a cidade entregue a 10 bombeiros.

Que respostas tinha dado quando denunciaram que nos meses de verão, muitas vezes a população de Azeitão ficava sem socorro? Porque aqueles com quem tinha contratado com um protocolo, para estarem ali estavam também aderidos aos combates a incêndios florestais e saíam muitas vezes do município, ficando Azeitão sem socorro, o que não acontecia quando eram os Bombeiros Sapadores de Setúbal quando lá estavam.

Que resposta tinha dado, ou dava, às várias vezes que tinha sido questionado, se a população de Azeitão, que pagava impostos, como a de Setúbal, tinha um socorro diferente? Se não tinha também direito ao serviço público de socorro? A isso o senhor Presidente teimava em responder que: *“os bombeiros é tudo igual”*. A isso já tinha feito questão de lhe dizer, e sem resposta, que os Bombeiros Voluntários tinham uma formação inicial de 250 horas, e referiu que presavam muito do trabalho dos Bombeiros Voluntários, e já tinha referido que tinha sido Bombeiro Voluntário durante quase 10 anos, e a formação inicial de um Bombeiro Sapador era de 1080 horas. Era tudo igual senhor Presidente?

O senhor tinha dado exemplo de outros municípios que tinham apenas associações humanitárias e que o socorro também era prestado. Já eles, tinham-lhe dado o exemplo de Vila Nova de Gaia, que estava a apostar em mais recursos humanos, aberturas de destacamentos para estarem mais próximo de toda a população, estava a apostar num serviço público de qualidade, a apostar no progresso. E Setúbal senhor Presidente?

Tinham mais população do que em 1997, o tecido industrial também tinha crescido, os riscos tinham aumentado e o que se tinha feito? Tinha-se transferido competências do sector público, para associações privadas, com qualificações diferentes. Tinham ideia de afastar, para um novo quartel os Bombeiros Profissionais da população e aproximá-los do sector empresarial, transferindo-os para o Quartel da Mitrena. Com que intenção? Também não lhes tinha respondido. Havia um estudo que fundamentava essa decisão senhor Presidente? O estudo que conheciam contrariava precisamente o local para esses fins.

Era aquela a aposta do executivo para Setúbal, andarem para trás? Era aquela a visão de presente e de futuro, para o socorro para população senhor Presidente?

Acreditava que a eles não lhes desse respostas concretas, como não tinha feito até ali e acreditava que não tinha muita vontade de as dar, mas achava que o devia fazer, pelo menos para que a população percebesse, se a seriedade, a responsabilidade e boa vontade com

que os Bombeiros Sapadores encaravam aqueles problemas, eram tratados da mesma forma pelo executivo.

Fez referência a uma afirmação do senhor Presidente, que os tinha acusado que aquele sindicato abordava temas que não eram da competência de um sindicato. Não concordavam, mas mesmo que assim fosse, pelo interesse da população, fá-lo-iam na mesma. E apelou, uma vez mais pela população, que reconsiderasse a possibilidade de se sentar à mesa, o senhor Presidente, o senhor Vereador da Proteção Civil e os representantes dos trabalhares, conforme acontecia de norte a sul do país, em todos os municípios detentores de Sapadores.

**Sr. Presidente** – Agradeceu ao senhor Luis Simões, que tinha feito aquela intervenção em representação do sindicato.

Disse que era bem clara a sua posição, já o tinha referido algumas dezenas de vezes, com a presença ou com a intervenção do senhor representante do sindicato, ou na sua ausência, em resposta às questões que os senhores vereadores tinham colocado. A sua posição não tinha mudado, não havia razão nenhuma para mudar.

Relativamente às questões do ACEP, as questões que tinham a ver com o sindicato, já tinha dito dezenas de vezes também, a senhora Vice-Presidente, já o tinha reafirmado também, algumas dezenas de vezes, que a porta estava sempre aberta, aquela organização sindical, como qualquer outra, poderia marcar as reuniões que entendesse para discutir os assuntos que tinham a ver com a representação sindical, em defesa dos interesses dos trabalhadores. Portanto, sobre isso, não tinha mais nada a dizer.

Sobre a questão de a Câmara Municipal recorrer a outras entidades, tinham o entendimento deles, sobre aqueles problemas. Queria que ficasse bem claro, continuavam a cumprir a Lei e, portanto, respeitavam as decisões das entidades competentes, independentemente de concordarem, ou não. Haveriam de continuar a defender o entendimento deles sobre aquela matéria. Naturalmente, que o sindicato continuaria a defender aquela posição, mas isso era o entendimento que cada um tinha e era do direito de cada um.

À Câmara Municipal cabia gerir a Companhia de Bombeiros Sapadores e faria isso, e não aceitava que alguém se substituísse à Câmara Municipal nas competências que tinham e, portanto, era essa a linha definida, que era do vosso conhecimento, era do conhecimento de todos, e que continuariam sempre a defender aquilo que consideravam ser o melhor caminho na defesa daquilo que era a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal. Sendo certo, tinha-o dito, tinha-o afirmado, aos Bombeiros Sapadores, cada vez que lá ia, fá-lo-ia no próximo dia 23, de que a Companhia de Bombeiros Sapadores, era uma companhia de distinção. Era uma prática, uma prova que ao longo de anos era demonstrada, era reconhecida a capacidade da Companhia de Bombeiros Sapadores por todos e, naturalmente, que se sentiam orgulhosos de ter aquela Companhia de Bombeiros Sapadores em Setúbal.

(Vozes de fundo)

**Sr. Presidente** – Disse que pedia desculpa, mas naquele momento, como sabia tinha que o ouvir, já que tinha ido ali colocar as suas questões.

(Vozes de fundo)

**Sr. Presidente** – Disse que não lhe tinha dado autorização para o senhor falar.

Pediu atenção na defesa dos próprios interesses de cada um.

Relativamente a dúvidas que tinham surgido, não eram surdos nem mudos, estavam a ser avaliadas para serem tratadas e esclarecidas. Como bem tinha dito, estava a decorrer um processo de constituição de um novo regulamento, porque, como todos sabiam, o regulamento de 1997 não se adequava minimamente àquilo que era a Lei e que eram as necessidades dos nossos tempos. Esse regulamento estava em fase final de apreciação, naturalmente, que haveria de ter a apreciação nos termos da Lei e viria ali brevemente para ser aprovado. Pensava que, com esse novo regulamento ficaria atualizado um conjunto de

situações e que, portanto, continuariam aquele trabalho, aquele empenhamento, aquela dedicação e reconhecimento da importância da Companhia de Bombeiros Sapadores. Voltou a repetir, relativamente às questões do ACEP, as portas estavam abertas, como sempre tinham estado, como a qualquer outro sindicato dos trabalhadores da Câmara Municipal. Sobre isso não tinha mais nada a acrescentar.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que aquela era uma situação que se arrastava. Iam para o 4.º mês de greve.

Existia um litígio, entre o empregador e os trabalhadores, entre a Câmara Municipal e os Bombeiros Sapadores. Era um litígio que estava vertido numa situação de greve, ia para 4 meses, e os vereadores do Partido Socialista não conseguiam perceber, como é que o PCP, que dizia defender a negociação coletiva, a prevenção dos conflitos através do diálogo e da negociação enquanto entidade empregadora não dava um passo.

O senhor Presidente tinha vindo a repetir, vezes sem conta, que tinha a porta aberta, mas a greve continuava. Porque é que a Câmara Municipal não convocava o sindicato para uma reunião, uma vez que tinha ficado de apresentar uma contraproposta e nunca tinha chegado a apresentar a essa contraproposta, em termos de negociação. Porque é que o senhor Presidente não tomava essa iniciativa, a senhora Vice-Presidente, Vereadora com os Recursos Humanos, não tomava essa iniciativa? Podiam não chegar a um entendimento, ninguém obrigava a Câmara ou os Bombeiros Sapadores a chegar a um entendimento, mas que essa porta de diálogo fosse efetivamente aberta. É que não bastava vir ali, de 15 em 15 dias, dizer que a porta do diálogo estava aberta, que estavam disponíveis para negociar, para dialogar, mas a greve continuava, o conflito continuava.

O senhor Presidente da Câmara tinha essa responsabilidade. Tinha essa responsabilidade de chamar o sindicato, e de se sentar à mesa com o sindicato. Depois podiam não chegar a um entendimento, mas a verdade é que da parte dos vereadores do Partido Socialista, nunca mais ouvia falar de falta de diálogo, ou da existência da negociação coletiva, como forma de alcançar os necessários consensos.

Já ali tinha dado uma pista e voltou a dar, se a Câmara Municipal, através do senhor Presidente, ou da senhora Vereadora, entendiam que não tinham condições, face às posições extremadas como estavam, de encetar essas negociações diretas, que recorressem ao âmbito da prevenção de conflitos da DGAEP, através de um conciliador que tentava obviamente, fazer com que as partes se entendessem, que chegassem a um entendimento. Existiam dezenas, centenas de bons exemplos desses trabalhos de conciliação feitos pela DGAEP e, também, por outros serviços de conciliação e no setor privado.

Era o apelo que fazia, uma vez mais. Era que, efetivamente, convocasse a estrutura representativa dos trabalhadores, aquele sindicato, para tentarem chegar a um entendimento. Não era possível, as posições estavam demasiado extremadas, recorressem à prevenção de conflitos da DGAEP.

Cabia á Câmara Municipal de Setúbal, através do senhor Presidente ou da senhora Vice-Presidente dar esse passo, esse passo efetivo, da afirmação, da negociação coletiva, das negociações diretas, com primazia de uma tentativa de algo para alcançar os necessários consensos.

**Sr. Presidente** – Disse que a senhora Vice-Presidente naquele dia não estava ali. A senhora Vice-Presidente, tinha estado desde o início daquele mandato, tinha recebido aquele sindicato e todos os outros sindicatos. E quando chegou a altura de tratar da questão do ACEP, aquele sindicato, dito pela senhora Vice-Presidente, não gostava de falar e de utilizar as expressões que outros utilizavam, a senhora Vice-Presidente não estava ali, mas arriscava a dizer o que ela tinha dito, que os senhores representantes do sindicato não estavam disponíveis para discutir.

(Vozes de fundo)

**Sr. Presidente** – Disse que aquilo não era assim e, por isso, é que a senhora Vice-Presidente tinha dito, - e ele também dizia porque se não fosse assim já tinha tomado uma decisão, naturalmente – que a porta estava aberta, era só marcarem, para continuar a fazer a discussão e a avaliação que se fazia com todos os outros sindicatos, eram vários como sabiam.

Como tinha sido acordado e como sabiam, o regulamento estava pronto, ia entrar em apreciação nos termos da Lei, não sabia se na próxima reunião da Câmara haveria condições, porque era preciso ouvir as organizações representativas, mas se não fosse na próxima reunião, viria na outra, e achava que o novo regulamento, no novo quadro legal, que haveria de ajudar a resolver aqueles problemas. Mas o diálogo nunca tinha deixado de existir, ou pelo menos a disponibilidade para isso. Isso no que dizia respeito aos sindicatos. No que dizia respeito aos trabalhadores, como tinha dito, tinha feito reuniões com regularidade. Os bombeiros que estavam de serviço estavam lá, falava com eles, dialogavam, até tinha visto alguma dedicação e empenhamento da parte de vários bombeiros pela representação que faziam da Companhia de Bombeiros, a nível nacional e internacional. O seu empenhamento, o seu reconhecimento, até do esforço que a Câmara Municipal de Setúbal fazia, na formação daquele corpo de bombeiros, e, portanto, achava que tinham que estar orgulhosos pelo facto de haver trabalhadores, naquela Câmara, sendo bombeiros, naquele caso, que faziam aquilo que naturalmente cada responsável eleito daquela Câmara Municipal se orgulhava. E, portanto, aquele era o caminho. Independentemente das diferenças de posições, etc., mas o que era facto é que aquela era a situação que viviam e não havia “costas voltadas”, de maneira nenhuma, não podia haver, isso não fazia parte da forma de estar deles, nem nunca tinha feito, e, portanto, também não era naquela situação que o faria.

**Sra. Denise Reis** – Disse que ela, a sua mãe e a sua tia, eram moradoras do Bairro da Bela Vista.

Trabalhavam numa fábrica que, infelizmente, por causa do Covid, tinha encerrado portas, que era a Continental em Palmela. Estava a trabalhar há 10 anos, nessa fábrica, a sua tia há 20 anos e a sua mãe há 18 anos, quando saíram receberam indemnização. Como tiveram de sair da fábrica, decidiram abrir um negócio e como tinha crescido no Bairro da Bela Vista, pensou abrir um negócio no bairro.

Tinha 36 anos e nunca tinha visto um negócio viável no Bairro da Bela Vista. Para beber um café tinha de sair fora da sua zona de conforto, que era o seu bairro, que era a Bela Vista. Tinham força para trabalhar e resolveram pedir ajuda. Marcaram uma reunião com o Vereador Carlos Rabaçal e com a Dra. Raquel da Habitação e pediram ajuda. Explicaram a situação, disseram que na questão do investimento tinham para investir, porque tinham vindo com indemnização, mas precisavam de um espaço. E, na Bela Vista, o que não faltava era espaços degradados. Tinha crescido na Bela Vista, conhecia aquilo muito bem, andava ali todos os dias e o seu filho também.

A reunião tinha sido feita:” Denise *ok, vamos ajudar*”.

Entretanto, o seu fundo de desemprego, o da sua tia e o da sua mãe, acabaram. Não queria dizer que estivessem a trabalhar, já tinham trabalhado, mas estavam a falar de 2 anos. Tinham dito que iam arranjar um espaço para elas, tinham achado boa ideia.

Tinham ido à procura de bancadas, de fogão industrial, porque a sua tia tinha pensado em fazer uma loja económica, porque quando alguém precisava de arroz ou feijão, tinham que ir a uma loja chinesa. Porque ir a uma loja chinesa comprar coisas económicas para as pessoas do bairro? Isso era errado.

Se quisessem comer uma comida típica, uma cachupa, muamba, não tinham nada no bairro. Mesmo um pequeno-almoço, uma torrada, algo como devia ser, não tinha nada. Não tinha que abrir uma coisa no centro da cidade. Tinha crescido naquele bairro, queria valorizar o seu bairro. Não estava a pedir para lhe darem tudo, tinha para investir, só queria um espaço, e esses espaços estavam degradados. Tinha imagens, os espaços estavam todos fechados, estavam a falar de tijolos. Tinham uma foto de uma criança a brincar. Os canos estavam rotos e estava uma criança a brincar com aquela água. Espreitou, para um dos espaços que tinham

dito que ia ser delas, já fazia 2 anos e esse espaço estava coberto de tijolos, os canos rebentados, para lá irem tinham de rebentar paredes e isso não era higiénico, não era bom para a saúde das crianças. Não falava só nela, tinha pensado em abrir um negócio, para dar um novo ar ao Bairro da Bela Vista. Tinha crescido ali, e não era ninguém de fora que ia querer investir na Bela Vista, porque tinha medo. Mas, se tivessem algo bom, algo viável, de certeza que iam ali. Queriam uma cachupa, uma muamba? Ali era um bom sítio para ir. Era um sítio diferente, tantos sítios fechados, mais de 15 espaços.

Só queria uma resposta, não achava normal, queriam trabalhar, tinham força de vontade. Nenhuma fábrica aceitava a sua mãe ou a sua tia. Estavam ali com vontade de trabalhar, o que se passava? Não havia concursos? Não havia nada, não estavam a pedir para lhes darem dinheiro, só estavam a pedir ajuda, mais nada. Oportunidade aos jovens?

Tinha crescido no meio daquele bairro, não tinha conseguido prosseguir com os estudos, por causa das dificuldades, mas “*graças a Deus*”, não lhe tinha faltado comida, estava ali, sempre na luta.

Diziam-lhe assim: “*Denise, então, nunca mais abres nada? Eles não vão dar-te nada, tu aqui não vais conseguir fazer nada*”. Não se podia pensar assim, o bairro era “*nosso*”, estava ali escrito, “*Nosso Bairro, Nossa Cidade*”, era nisso que tinham que pensar. Desde que ali estava não tinha ouvido ninguém a falar do bairro, nunca tinha ouvido falar no Bairro da Bela Vista, nada.

Quando passeavam no bairro, a fazer as eleições, etc., não havia um ponto de encontro que dissessem: “*vamos ali, vamos sentar ali para comer*”. Só quando era para dar algum troféu, e isso não podia ser. Tinha que ser unidos, tinha que mudar a imagem da Bela Vista, e, tinha que aproveitar os jovens que tinham vontade de trabalhar.

**Sr. Presidente** – Disse que não tinha interrompido aquela intervenção, porque com pessoas assim estavam sempre bem, com pessoas com vontade, com disponibilidade para fazer alguma coisa, para trabalhar, para “*estar na luta*”.

Pediu que no final, falasse com o Dr. Ricardo, que naquele dia estava como Vereador, mas também era seu assessor, para puderem avaliar a situação.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Cumprimentou a Denise, pela convicção e força que tinha tido na sua intervenção.

Era alguém com espírito empreendedor, era alguém que queria fazer alguma coisa pelo lugar onde tinha nascido. E o lugar onde tinha nascido era um lugar particular em Setúbal, era um lugar que precisava de ser aberto ao resto da cidade, ainda estava muito fechado, apesar de esforços, de IPSS e outras associações, ainda estava muito fechado.

Sempre que ia ao Bairro da Bela Vista, havia pessoas que o questionavam o que ia lá fazer. Ia ali, a uma IPSS ou ia visitar alguém, porque conhecia duas pessoas que lá viviam, e nunca tinha tido problema nenhum, antes pelo contrário, sentia por parte das pessoas a vontade de serem completamente integradas, naquilo que era um espaço urbano da cidade de Setúbal.

Por isso, se conseguisse concretizar isso e esperava que conseguisse, era bom para a senhora e para a sua família, era bom para o Bairro da Bela Vista e era bom, também, para a cidade de Setúbal.

Tinha que perder os complexos, tinha que perder os preconceitos, os maus preconceitos, também havia alguns bons, mas aquele era um mau preconceito. Era olhar com preconceito, para o Bairro da Bela Vista. Portanto, abri-lo naquilo que era a sua proposta, senhor Presidente, estava completamente de acordo. E, achava inacreditável, estarem 2 anos à espera que lhes dessem pelo menos uma resposta, nem que fosse não, elas depois, reagiriam e fariam de outra forma.

Tinha a certeza que a Câmara tomaria uma decisão acerca daquela situação.

**Sr. Vereador Domingos Semedo** – Disse que de facto 2 anos era muito.

A força com que tinha falado, poder-se-ia interpretar da seguinte forma: “*o bom navegador não é aquele que espera pelo vento, mas sim aquele que corre atrás do vento*”, e notava-se



que o que estavam a fazer era isso. Tinha sido uma dificuldade constante de mudarem o estigma do bairro, mudarem a imagem do bairro, não era fácil, porque carregavam um grande fardo. Havia também uma razão de ser, para carregarem esse fardo, mas atualmente os tempos eram outros: “*vamos trabalhar e lutar para mudar*”, promovendo ainda mais e melhor a união do bairro.

Havia muitos talentos no bairro, “*Denise não tens muitos estudos, isso não importa*”, porque o que a vida exigia não era um cúmulo de informação, mas sim competência de ação, era isso que a vida exigia deles e a Denise tinha isso, não só a Denise, como muitos moradores no bairro tinham isso e precisavam de avançar. Muitos precisavam de oportunidades, e, acreditava que as iam ter. Não podiam era desistir e deixar de andar.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Domingos Semedo** – Disse que ia ser mudado. E, quando falavam da Bela Vista, tinham que falar com um sorriso, tinham que falar com energia, se não fosse feito assim era complicado.


**Sr. Presidente** – Disse que agradecia, mas que não era permitido as pessoas estarem a falar. Mas, naturalmente que compreendiam todos e estavam ali para fazer crescer Setúbal. E o Bairro da Bela Vista era de Setúbal.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 21 horas e 28 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 5 de julho de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 83 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Carlos Mendes e Aldora Poeira  
Conferida por: Ana Paula Lico / Revista por: Paulo Hortênsio